

# UNISC

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –  
MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**João Carlos Bugs**

**ABORDAGEM ESTRATÉGICA DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL: O CASO DO COREDE VRP**

Santa Cruz do Sul, março de 2011

João Carlos Bugs

**ABORDAGEM ESTRATÉGICA DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL: O CASO DO COREDE VRP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg

Santa Cruz do Sul, março de 2011

**B931a**      **Bugs, João Carlos**

Abordagem estratégica dos processos de desenvolvimento socioeconômico regional : o caso do COREDE VRP / João Carlos Bugs. – 2011.

139 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011.

Orientação: Prof. Dr. Dieter Rugar Siedenberg.

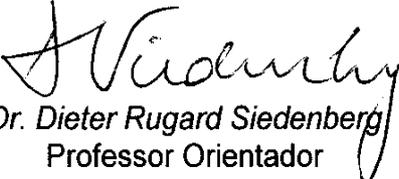
1. Planejamento estratégico. 2. Desenvolvimento regional. 3. Participação social. 4. Visão. 5. Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (RS). I. Siedenberg, Dieter

Bibliotecária responsável: Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053

João Carlos Bugs

**ABORDAGEM ESTRATÉGICA DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL: O CASO DO COREDE VRP**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

  
Dr. Dieter Rugard Siedenberg  
Professor Orientador

  
Dr. Heleniza Ayra Campos

  
Dr. José Eduardo Zdanowicz

*Dedico esta pesquisa a minha esposa Rosa e aos meus filhos  
Fernanda e Bruno, pela consciência DIVINA da união, em todos os  
momentos dos ensinamentos da vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Citar os nomes de todas as pessoas que contribuíram para a elaboração desta Dissertação é uma condição humanamente impossível, além de ingrata, pela possibilidade do imperdoável esquecimento.

No entanto, não posso deixar de expressar minha gratidão, em particular:

A minha esposa Rosa pelo amor, paciência, apoio e incentivo constante em todos os momentos desta caminhada.

Aos meus filhos Fernanda e Bruno pela compreensão e paciência neste período de isolamento e ausências.

A minha mãe Aidê pelo incentivo e orientação a não desistir diante das dificuldades.

A minha tia Adelina Aurinha pelo amparo emocional e amoroso, estando sempre disposta a ajudar diante das adversidades.

Ao estimado orientador, Dr. Dieter Rugard Siedenberg, que além da paciência, dedicação e incentivo, contribuiu, consideravelmente, com seus conhecimentos, para que esta caminhada se tornasse realidade.

A coordenadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC), Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virginia Elisabeta Etges e ao sub-coordenador Prof. Dr. Silvio Cezar Arend pelo apoio e orientação em todos os momentos.

Aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC), pela convivência e importantes ensinamentos.

Aos professores Dr. Dieter Rugard Siedenberg, Dr<sup>a</sup>. Heleniza Ávila Campos, Dr. José Eduardo Zdanowicz que aceitaram o desafio de participarem da Banca Examinadora de minha Dissertação, contribuindo com suas análises para a qualificação do trabalho final.

As secretárias do programa pela disposição, estando sempre presentes para ajudar e orientar.

Aos meus colegas das turmas de mestrado e doutorado que em todos os momentos estiveram dispostos a colaborar e ajudar. Agradeço em especial aos amigos Roberto Tadeu Morais, Marcos Paulo Dhein Griebeler e Luiz Felipe Barros de Barros pela amizade e pelo apoio, incentivo e contribuição.

*Ao lado da capacidade de gestão, a grande implicação do progresso tecnológico moderno é a importância do planejamento para a empresa e o Governo. A grande dimensão e o mais longo prazo de gestação dos projetos, decorrentes da maior complexidade tecnológica, elevam a produtividade do planejamento, pela maior economia de recursos e pela redução substancial de riscos que permite.*

João Paulo dos Reis Veloso  
Discurso de posse como Ministro do Planejamento e Coordenação  
Geral, em 3 de novembro de 1969

## RESUMO

O Estatuto do Conselho Regional de Desenvolvimento deixa claro que o COREDE configura pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, e sua finalidade é promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades para a formulação e implantação de políticas e diretrizes para promover o desenvolvimento integrado da região e diminuir os desequilíbrios existentes. Coloca-se, portanto, uma questão: as decisões da sociedade civil que fazem parte do processo de Consulta Popular, atendem uma abordagem estratégica, ou seja, visam o médio e longo prazo no desenvolvimento socioeconômico regional? O objetivo geral da investigação realizada foi analisar, através da participação de diversos atores, com base em questionário de múltipla escolha, o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto eleito na Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP, avaliando se os respectivos projetos atendem as necessidades de médio e longo prazo, dentro de uma *visão estratégica de planejamento*, para o desenvolvimento socioeconômico local/regional. Foi utilizada a metodologia pela abordagem fenomenológica cuja aplicabilidade está ligada a pesquisa qualitativa fundamentada em questionários aplicados em três etapas: na primeira, para descrever o olhar de cada ator analista sobre as necessidades e prioridades do seu ambiente local, onde cada participante teve a oportunidade de detalhar e justificar suas conclusões; na segunda etapa, para analisar sobre as necessidades e prioridades, porém em âmbito regional, oportunizando aos analistas detalhar e justificar suas respostas; e na terceira etapa para classificar, com base em uma escala de zero a dez, os projetos eleitos na Consulta Popular de 2010 no COREDE-VRP, considerando o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto. As constatações resultantes demonstraram que os projetos eleitos integram prioridades que atendem, sobretudo, áreas de responsabilidade do Governo do Estado como saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, deixando de aproveitar a oportunidade para implementação de projetos capazes de alavancar o desenvolvimento regional. Além disto, um fato impactante dos resultados da pesquisa é que os projetos identificados como prioritários para o desenvolvimento socioeconômico regional enquadram-se em uma posição que demonstra a falta de visão estratégica no passado, na definição das reais necessidades e prioridades para a região, razão pela qual, representa uma preocupante tendência para o futuro, se não houver mudanças na política de definições de projetos a serem eleitos na Consulta Popular.

Palavras-chave: planejamento estratégico - desenvolvimento - participação – visão – COREDES.

## **ABSTRACT**

### **STRATEGIC APPROACH FOR REGIONAL SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT PROCESSES: COREDE VRP CASE**

The Regional Council of Development Statute states that COREDE is characterized as a legal entity under private law, of civil nature, without profits, and has as goal to promote the participation of all regional society branches on the diagnosis of its own needs and potentials for the formulation and implementation of policies and guidelines that have as goal to promote regional development and imbalances reduction. There is, therefore, a matter: do the decisions of the civil society that are part of Popular Consultation process follow a strategic approach, where the medium and longer term regional socioeconomic development are taken into consideration? The overall goal of this work was to examine, through the participation of various actors, based on multiple-choice questionnaires, the importance degree and urgency of each project selected on the 2010 COREDE VRP Popular Consultation, accessing whether the selected projects meets the needs of a medium and long term local/regional socioeconomic development following a strategic planning approach. The methodology applied follows the phenomenological approach that is linked to qualitative research based on three phase questionnaires application: on the first one the opinion of each actor, including its own descriptions and justification for his ideas about the needs and priorities of its local environment are described; on the second one, to analyze the needs and priorities at a regional level, were their justification for their ideas is also taken into consideration; and on the third phase, to classify on a zero to ten scale the relevance degree of each one of the projects selected on the 2010 COREDE VRP Popular Consultation, based on each project's importance and urgency degrees. This work findings showed that most of the projects selected encompass areas that are State Government's responsibility like health, education, sanitation, public safety, failing to take the opportunity to select projects that can boost regional development. Moreover, a striking finding shows that most of the projects identified as high priority for the regional socioeconomic development demonstrate a complete lack of strategic vision in the past, at the definition of the true regional priorities and needs, what at the end represents a worrying trend for the future, if there are no changes on the policies that are used to select the projects that will go through the Popular Consultation selection process.

Keywords: strategic planning - development - participation - vision - COREDES.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Visão estratégica do planejamento: urgências versus importância .....	048
Figura 2 – Mapa de localização do COREDE VRP .....	053
Figura 3 – Mapa de localização dos municípios pertencentes ao COREDE VRP	054
Figura 4 – Descrição das etapas do Processo de Participação Popular .....	056
Figura 5 – Visão gráfica dos projetos homologados no COREDE VRP em 2010	066
Figura 6 – Aplicação das médias ponderadas nos quadrantes .....	088
Quadro 1 – Detalhamento dos projetos eleitos pela consulta popular em 2010 no COREDE VRP .....	046
Quadro 2 – Representação do grupo de pesquisa .....	068
Quadro 3 – Considerações dos atores sobre educação .....	076
Quadro 4 – Considerações dos atores sobre saneamento básico .....	079
Quadro 5 – Considerações dos atores sobre saúde .....	080
Quadro 6 – Considerações dos atores sobre apoio à agricultura .....	081
Quadro 7 – Considerações dos atores sobre pesquisa tecnológica .....	082
Quadro 8 – Considerações dos atores sobre geração de emprego .....	084
Quadro 9 – Quantificação dos resultados quanto à importância de cada projeto	086
Quadro 10 – Quantificação dos resultados quanto à urgência de cada projeto ..	087

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de eleitores aptos a votarem na Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP .....	057
Tabela 2 – Número de votantes por município no COREDE VRP entre 2008 e 2010 .....	058
Tabela 3 – Número de participantes na Consulta Popular do COREDE VRP no ano de 2010 e sua representatividade sobre o total de eleitores de cada município .....	061
Tabela 4 – Projetos para votação na consulta popular do COREDE VRP em 2010 .....	063
Tabela 5 – Valor das demandas homologadas para o COREDE-VRP em 2010	064
Tabela 6 - Detalhamento por demanda, órgão e valor no COREDE VRP em 2010 .....	065
Tabela 7 – Projetos implementados pelo COREDE Vale do Rio Pardo através da homologação pela consulta popular de 2010, por área de destino .....	066
Tabela 8– Número de respondentes por município e sua representatividade ....	069
Tabela 9– Projetos sugeridos para o desenvolvimento local .....	073
Tabela 10 – Projetos sugeridos para o desenvolvimento regional .....	074
Tabela 11 – Investimentos necessários na visão dos atores sobre as demandas locais e regionais e o resultado efetivo da Consulta Popular em 2010 .....	075
Tabela 12 – Índice médio de analfabetismo na região do COREDE VRP .....	078

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
CEASA	Central de Abastecimento Atacadista
COMUDES	Conselhos Municipais de Desenvolvimento
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
COREDE-VRP	Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
CP	Consulta Popular
CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
DEPLAN	Departamento de Planejamento da Secretaria de Estado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESF	Estratégias de Saúde da Família
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP	Instituto Geral de Perícias
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP	Média ponderada
MST	Movimento Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PC	Polícia Civil
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PRÓ-RS IV	Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)
RS	Rio Grande do Sul
SE	Secretaria de Educação
SEAPA (SAA)	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEHADUR	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SES	Secretaria da Saúde
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

SETUR	Secretaria de Turismo
SCT	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	014
Tema e Problema.....	014
Objetivos.....	016
Justificativas.....	017
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS INTERRELAÇÕES PARTICIPATIVAS .....	019
1.1 Consulta Popular e participação .....	019
1.2 Sociedade civil e espaço público .....	026
1.3 Desenvolvimento regional, planejamento e estratégia .....	032
2 METODOLOGIA E DETALHAMENTO OPERACIONAL DA PESQUISA .....	040
2.1 Abordagem epistemológica .....	040
2.2 Procedimentos metodológicos e desenvolvimento da pesquisa .....	042
2.3 Descrição dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados .....	044
2.4 Análise dos dados: o modelo de planejamento estratégico .....	048
3 ENFOQUE ESTRATÉGICO DO PLANEJAMENTO NO VALE DO RIO PARDO .....	050
3.1 Contextualizando as origens e estruturas do COREDE VRP .....	050
3.2 Etapas do processo de Consulta Popular .....	055
3.3 Articulação do processo de Consulta Popular .....	057
3.4 As diferentes percepções do atores .....	067
3.5 Enquadramento no modelo de planejamento estratégico .....	085
3.6 Percepção de alguns dirigentes do COREDE VRP sobre os resultados da Pesquisa.....	091
CONCLUSÕES .....	095
REFERÊNCIAS .....	104
ANEXO A – Questionário Desenvolvimento Local .....	110
ANEXO B – Questionário Desenvolvimento Regional .....	113
ANEXO C – Questionário sobre Importância do projeto eleito pela Consulta Popular .....	116
ANEXO D – Questionário sobre Urgência do projeto eleito pela Consulta Popular .....	118
ANEXO E – Estatuto do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP .....	120
ANEXO F – Primeira solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas ..	133
ANEXO G – Segunda solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas ..	134
ANEXO H – Terceira solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas ..	135
ANEXO I – As percepções das lideranças encaminhadas por escrito.....	136

## INTRODUÇÃO

A globalização está possibilitando transformações em todos os segmentos da sociedade civil, empresarial e política. Pontos importantes em determinadas situações estão se definindo como irrelevantes em curto espaço de tempo, reflexo da rapidez com que as mudanças ocorrem, tornando as pessoas responsáveis inseguras nas suas decisões.

Verifica-se, como consequência, a necessidade de uma integração entre informações, objetivos e necessidades que torne o processo sistêmico de decisão menos inexorável, principalmente nas ações provenientes de rotinas trazidas pelo cotidiano, e ao mesmo tempo, dinâmico aos propósitos do desenvolvimento.

Esta necessidade de integração evidencia-se quando se traz à pauta, decisões provenientes de origem política, como a participação na Consulta Popular, onde as disponibilidades apresentadas à sociedade civil possibilitam uma oportunidade de participar de um processo de desenvolvimento que atenda prioridades individuais com reflexos coletivos.

No entanto, ter o poder para participar e decidir não significa obter resultados, que possam atender às necessidades e prioridades de uma sociedade rumo ao desenvolvimento. Principalmente, quando se procura o desenvolvimento de uma região com variáveis como desejos individuais, necessidades coletivas, interesses políticos, objetivos da iniciativa privada, preservação da condição que se encontra, limitações na disponibilidade de recursos, dificuldades na definição correta de necessidades, enfim, incertezas que integram o conjunto de decisões.

Observa-se, com as variáveis que integram o conjunto de decisões, que o desenvolvimento ocorre por diversos fatores que compõe o conjunto de estratégias políticas e privadas. Estratégias estas que fazem parte do olhar no amanhã, do pensar no futuro.

### **Tema e Problema**

Para tanto, esta dissertação tem como tema central a discussão acerca de

estratégias de desenvolvimento socioeconômico regional no COREDE Vale do Rio Pardo. Representa um desdobramento e aprofundamento operacional de um projeto de pesquisa denominado “A Consulta Popular como Estratégia de Planejamento para o Desenvolvimento Socioeconômico Regional”, elaborado por Siedenberg et al (2005), financiado pela FAPERGS em 2005/06<sup>1</sup>.

O desenvolvimento regional tem sido, frequentemente, tema de preocupações no âmbito do cenário político, cujo objeto de reflexão sobre o assunto encontra dificuldades para efetivas realizações, por conta de uma pauta de debates e justificativas, e também pelos diversos interesses políticos e particulares, que através de uma interação nem sempre previsível, apresenta dificuldades para a efetivação de decisões que leve ao objetivo de desenvolvimento.

Esta visão dos fatos representa um grande desafio ao Governo e demais representantes da sociedade civil, uma vez que a oportunidade da participação da sociedade civil nos espaços públicos através da escolha de investimentos a serem implementados com base em valores orçamentários disponibilizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, representa um grande avanço e uma política de vanguarda no cenário nacional.

Ainda mais que a frequente divulgação através de quase todos os meios de comunicação como rádio, televisão, revistas e jornais, sobre processos escusos de manipulação do dinheiro público traz a impressão de fatos e expressivos montantes disponíveis nos planejamentos orçamentários. Na prática, fica evidente que existem sérias restrições e limitações nas disponibilidades, em virtude das dificuldades de investimentos.

Mesmo assim, dentro deste contexto, conforme dados levantados junto ao COREDE Vale do Rio Pardo, foi disponibilizado no ano de 2010 para a divisão entre todos os COREDES do RS o montante de R\$ 100.000.000,00 com o objetivo de atender os projetos aprovados, acrescidos de mais R\$ 15.000.000,00 para rateio entre os COREDES, conforme o percentual de participação popular de cada Conselho Regional de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul na Consulta Popular de 2010.

---

<sup>1</sup> Este projeto, de acordo com o responsável pela sua execução, apesar de concluído e aprovado, acabou evidenciando algumas lacunas operacionais de análise, o que levou a construção de uma nova proposta que diz respeito a esta dissertação.

Os recursos disponibilizados representam um importante avanço, se compararmos com os valores disponibilizados anteriormente, para a implementação de projetos eleitos na Consulta Popular. No entanto, esta simples liberação não define a caracterização dos projetos quanto à sua prioridade dentro de uma visão estratégica. Portanto, a questão que se coloca é: a sociedade civil, de uma maneira em geral, e os COREDES em particular, estão sabendo utilizar o instrumento da Consulta Popular como uma ferramenta adequada para o desenvolvimento socioeconômico regional?

## **Objetivos**

Partindo-se desta constatação, esta pesquisa tem por objetivo analisar se as decisões da sociedade civil que fazem parte do processo de Consulta Popular, com referência aos projetos eleitos no período de 2010 no COREDE VRP, atendem uma abordagem estratégica, ou seja, visam o médio e longo prazo no desenvolvimento regional.

Tendo por objetivo responder esta questão, foi levantado junto a diversos atores sociais e analistas, o *grau de importância* e o *grau de urgência* de cada projeto eleito pela Consulta Popular de 2010, identificando a posição que os projetos se enquadram num modelo de análise.

Considerando estes aspectos, o objetivo geral deste trabalho foi analisar, através da participação de atores analistas, com base em questionário de múltipla escolha, o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto eleito na Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP, avaliando se os mesmos atendem às necessidades de médio e longo prazo, dentro de uma *visão estratégica de planejamento*, para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.

Os objetivos específicos trabalhados foram: (i) identificar os projetos escolhidos pela sociedade civil nos processos de Consulta Popular e eleitos pelo COREDE VRP em 2010; (ii) identificar por meio de pesquisa junto a um Grupo de analistas integrados ao COREDE VRP, o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto eleito no COREDE VRP no período de 2010; (iii) enquadrar os projetos homologados no âmbito do COREDE VRP num modelo de estratégia de

planejamento buscando identificar se a região está: a) executando suas demandas com base estratégica; b) administrando crises; c) priorizando atuações no supérfluo; ou d) atendendo prioritariamente demandas emergenciais. Por fim, (iv) avaliar os resultados do processo no Vale do Rio Pardo, visando sua qualificação.

## **Justificativas**

O tema *'a discussão acerca de estratégias de desenvolvimento socioeconômico regional'* foi escolhido, por representar para as administrações públicas, uma das questões importantes no atendimento dos objetivos de Governo, e que normalmente se configuram, estas estratégias, para os gestores públicos, um fator de dificuldade para a sua definição e implementação.

Além disto, foi escolhido o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo pela sua representatividade no âmbito estadual bem como, por estar desenvolvendo projetos ligados a questão estratégica.

Portanto, a proposição de um projeto de pesquisa desta natureza justifica-se, através da análise das tendências estratégicas dos projetos efetivamente homologados pelo COREDE VRP, onde a prática define as convergências de destinação orçamentária estabelecidas pela pesquisa popular em prol do desenvolvimento socioeconômico regional, no sentido de trazer aos gestores responsáveis pelos processos de decisão de investimentos públicos, subsídios de informações que sirvam de orientação futura, tanto para suas lideranças como à sociedade civil.

Além disto, o entendimento se o processo de direito de participação dos atores formadores da sociedade civil nas decisões sobre projetos a serem implementados pelo orçamento do Governo do Estado traz efetivamente a resolução de questões prioritárias e problemáticas no âmbito local e regional, dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento socioeconômico, disponibiliza a diretoria do COREDE VRP informações importantes que possam auxiliar no processo de efetivar e operacionalizar orientações como instrumento de desenvolvimento regional.

E por fim, disponibilizar ao Governo um canal que possa legitimar perante a opinião pública e também, no atendimento aos preceitos legais junto ao Tribunal de Contas do Estado, os dispêndios dos recursos públicos com a articulação de toda a estrutura governamental e da instituição COREDE, no levantamento e definição de necessidades e prioridades regionais, na destinação de recursos orçamentários dentro de parâmetros pré-definidos para projetos que tragam melhores condições de vida e sustentabilidade, bem como o envolvimento no processo de Consulta Popular de grande parte da sociedade civil.

A dissertação está estruturada em capítulo com o desenvolvimento regional e suas interrelações participativas, onde são abordados e discutidos conceitos como: consulta popular e participação, sociedade civil, cidadania, espaço público, política de inclusão, desenvolvimento regional e planejamento e estratégia, visando constituir uma base conceitual de referência capaz de relacionar, contrapor e permitir a análise de ações desenvolvidas no COREDE VRP, a luz dos conceitos citados.

No segundo capítulo, metodologia e detalhamento operacional da pesquisa, é explicitada a abordagem epistemológica que norteou a investigação realizada, na qual para dar conta dos objetivos da pesquisa, optou-se por uma abordagem fenomenológica, que se preocupa com a descrição direta da experiência como ela é, permitindo explorar situações, valores e práticas com base na visão dos sujeitos da pesquisa. Neste capítulo, também, são descritos pormenorizadamente os principais procedimentos metodológicos utilizados para atingir os resultados buscados, bem como explicitados os instrumentos de coleta e apresentada a ferramenta de análise de dados.

Uma vez esclarecidos os objetivos, constituído o referencial teórico e explicitados os processos metodológicos, o trabalho apresenta e analisa, no terceiro capítulo, os resultados da pesquisa realizada, que trata do processo de desenvolvimento socioeconômico regional do COREDE VRP analisado a luz de um modelo de planejamento estratégico proposto por (MATUS, 1989, BUARQUE, 1999).

Por fim, são apresentadas as conclusões da investigação realizada. O trabalho é complementado, ainda, pelas referências bibliográficas e pelos anexos.

# **1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS INTERRELAÇÕES PARTICIPATIVAS**

Um elemento fundamental de uma dissertação se constitui na construção de um referencial teórico, onde os principais conceitos e premissas são elucidados e discutidos com base nas experiências, percepções e proposições de especialistas no assunto. Desta maneira, os conceitos de Consulta Popular, participação, sociedade civil, espaço público, desenvolvimento regional e planejamento e estratégia, serão abordados neste capítulo, visando definir com maior precisão o seu significado e uso.

## **1.1 Consulta Popular e participação**

Está se vivenciando a era de mudanças rápidas de uma forma muito particular, com reflexos nas pessoas, sociedades, comunidades e governos, com reflexos diretos nos relacionamentos em virtude dos meios de comunicação que não atendem os objetivos propostos.

Na esfera política, as incertezas com referência aos melhores meios de comunicação, trazem ao campo dinâmico de forças, comportamentos imprevisíveis, onde objetivos trabalhados com certos propósitos poderão não ter a compreensão do devido fim. Podemos considerar estes comportamentos imprevisíveis o reflexo das falhas nos meios de comunicação entre o Estado como Governo e o indivíduo como sociedade civil. Portanto, uma eficiente comunicação governamental representa um instrumento importantíssimo não somente na prestação de contas, mas principalmente, na motivação da sociedade civil a participar de projetos públicos de interesse comum.

Segundo Duarte (2007, p.5),

a comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público.

A Consulta Popular que representa um meio de comunicação entre Estado e sociedade civil, surgiu no Brasil em 1997 como um movimento que teve como propósito ser um instrumento de luta para a transformação do país, através da união de forças sociais.

A Consulta Popular dedica-se a elaborar política e teoricamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular lutadores do povo, e apoiar os movimentos sociais<sup>2</sup>.

Segundo Freire (1987, p.55), "... não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os com o quase "coisas", com eles estabelecem uma relação dialógica permanente".

Portanto, o processo de Consulta Popular tem por objetivo, de certa forma, minimizar o impacto das falhas em comunicação uma vez que, o Governo disponibiliza uma condição legal, organizada e bem definida para a participação, e o indivíduo como sociedade civil tem a possibilidade de contribuir, interagindo.

Para Souto-Maior (1995, p. 78),

participar significa ter ou tomar parte em alguma coisa, ou comunicar alguma coisa, enquanto participação *social* significa um ato de interação grupal dirigido a tomar parte em alguma atividade pública ou administrativa para intervir em seu curso. Ela se distingue da participação *política* por ser direta e contínua, enquanto esta última se dá através do voto periodicamente por ocasião das eleições, ou é exercida indiretamente através da militância em partidos políticos.

Segundo Bava (1994, p. 9) "participação popular é entendida como uma intervenção periódica refletida e constante nas definições e nas decisões das políticas públicas".

O Governo, visando o desenvolvimento utiliza os espaços de liberdade para a definição de necessidades, prioridades e potencialidades tanto local como regional onde, a Consulta Popular, como instrumento democrático, preenche a lacuna de incertezas e falhas na comunicação, uma vez que os atores da gestão pública e sociedade civil têm a oportunidade de falar a mesma linguagem.

---

<sup>2</sup> Dados do texto: Refundar a Esquerda para Refundar o Brasil

Segundo Schier (2002, p. 75),

o direito de participação concretiza, assim, o princípio Democrático, manifestando-se através de regras que asseguram aos cidadãos a possibilidade de interferir e auxiliar na tomada das decisões quanto às atividades do poder público, vinculando tais decisões ao bem comum historicamente definido, contribuindo, nesta medida, com a realização do Estado Social.

Portanto, pode-se considerar a Consulta Popular como um processo de política de inclusão, oportunidade disponibilizada pelo Governo do Estado para que a sociedade civil possa participar ativamente através da definição das necessidades, prioridades e potencialidades e, posteriormente, pela homologação através do voto, na decisão de projetos relevantes para o desenvolvimento da sua região.

A consulta popular tem na base da sua essência a origem na democracia participativa que conforme a Carta Magna brasileira de 1988 possui inúmeros dispositivos decorrentes de seu § único do art. 1º. onde, além de consagrar a democracia participativa, garante a efetiva participação do povo na formação da vontade política do Estado.

Segundo Ramos e Marcuzzo (2006, p. 66),

a democracia direta, também chamada de democracia participativa é aquela que permite aos cidadãos tomar decisões políticas, possuindo como principais características a participação popular, a prática direta e a auto-organização, sendo mais adaptada a pequenas populações.

A participação da sociedade, através do processo de Consulta Popular, possibilita trazer uma maior transparência na elaboração dos planos orçamentários; promover a destinação dos recursos estabelecidos com base no desejo popular; estimular a consciência para o reconhecimento do direito à igualdade e consolidar as relações de confiança entre os vários atores públicos, privados e sociais.

Caracteriza-se, portanto, como um canal próprio da sociedade civil que segundo Sen (2000) “representa a liberdade individual”.

Liberdade esta que, como um dos instrumentos de participação da sociedade, representa um direito a expressão de pensamentos e experiências, alicerçado não somente pela liberdade instituída, mas principalmente, homologada pelo conjunto de conhecimentos.

Bandeira (1999, p. 10) destaca algumas vertentes do argumento em favor da participação da sociedade civil e da articulação entre os agentes sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento que explicitam a interpretação da própria democracia e de um caráter instrumental derivado da funcionalidade da participação. São elas:

- a) Necessidade de consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade.
- b) Importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo.
- c) Vinculação da participação à acumulação de capital social.
- d) Conexão entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região.
- e) A importância do papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores que são essenciais para o desenvolvimento.

Contudo, quando Bandeira (1999) destaca como um dos argumentos em favor da participação da sociedade civil a “importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para uma boa governança e para o desenvolvimento participativo”, possibilita uma constatação, observada inclusive neste trabalho de pesquisa, de que pouco adianta dizer que participa ou mesmo de simplesmente fazer parte de entidades representativas, sem, no entanto, não ter uma participação ativa e efetiva através da voluntariedade da ação.

Portanto, segundo Tenório e Rozenberg (1997, p. 101-125)

antes que a participação popular e a parceria Estado-sociedade sejam encaradas como solução universal para todos os problemas, se faz necessário considerar que existe um hiato entre a legítima participação e a mera manipulação ou pseudoparticipação popular. Para que a participação seja efetivamente um instrumento de acesso à cidadania, é preciso que possua alguns atributos, entre eles: a consciência das pessoas sobre seus atos; a conquista da participação e a voluntariedade da ação. Isso requer, contudo, um processo educativo.

A Consulta Popular que possibilita a participação e traz aos atores sociais a condição à cidadania, perde, em parte, seu significado se não houver, por parte da sociedade civil, a consciência de sua responsabilidade no processo.

Na concepção de Dallari (1998, p. 14) cidadania expressa,

Um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Portanto, evidencia-se a importância da participação da sociedade civil para o desenvolvimento de um local ou região, porém, sem esquecer, de uma condição básica para o processo de decisão, o conhecimento consciente dos atores sociais sobre os temas trabalhados.

Segundo Bandeira, (1999, p. 31),

a participação deve ser vista como um instrumento importante para promover a articulação entre os agentes sociais, fortalecendo a coesão da comunidade para melhorar na qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum. No entanto, as práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de sempre proporcionar soluções adequadas para problemas de todos os tipos.

Ainda segundo o Autor, uma razão para não definir as práticas participativas como procedimentos infalíveis, pode-se determinar como sendo “a qualidade das decisões obtidas por meio da participação sempre dependerá do grau de capacitação da comunidade ou de seus representantes”.

No entanto, dentro desta possibilidade de promover a articulação entre os agentes sociais, a participação determina não somente uma oportunidade de apresentar conhecimentos e experiências que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional, como também a oportunidade de cada ator social aprimorar seus conhecimentos, não somente do seu ambiente local, como também do regional, responsabilizando-se através do envolvimento, na articulação de projetos que atendam necessidades e prioridades coletivas.

Como se pode perceber no campo político, considerando a Consulta Popular como meio de desenvolvimento regional, são justamente as oportunidades sociais que estabelecem as definições que a sociedade homologa nas áreas de educação,

saúde, segurança, meio-ambiente, tecnologia, agricultura, bem como outras prioridades para o desenvolvimento local/regional, as quais influenciam a qualidade de vida.

Contudo, existe uma dificuldade de se manter, de forma contínua e sistemática, elevados níveis de participação da sociedade nas diretrizes das políticas a serem adotadas em uma determinada região. Os movimentos sociais tendem a serem mais presentes apenas em períodos limitados, quando uma ameaça catalisa a união dos diversos segmentos afetados, ou quando há demandas específicas e localizadas a serem atendidas (SANTOS apud SOARES e GONDIM, 2002).

Neste sentido, a sociedade civil deve ter a consciência da sua importância na participação de processos que definam necessidades, prioridades e potencialidades, além de tomar parte ativamente no controle e acompanhamento das efetivas realizações.

Dada a importância da participação, segundo Bandeira (1999, p. 64), uma das classificações mais conhecidas, tendo em vista as diferenças quanto à intensidade da participação, é a desenvolvida por Arnstein (1969), o qual entende a participação social numa escala crescente de oito níveis, classificados segundo o grau de influência atribuído à comunidade na relação com a entidade promotora do processo participativo, são elas:

Manipulação: preocupação se concentra na obtenção de apoio para iniciativas já definidas, sem que haja intenção de permitir que a comunidade tenha qualquer influência na definição de suas características. Terapia: engloba as ações de caráter educativo que têm como objetivo modificar as atitudes e opiniões existentes na comunidade em relação a um projeto ou programa, as quais podem dificultar sua implementação. Informação: não tem como objetivo central direcionar as opiniões da comunidade, constituindo um primeiro passo legítimo para a participação efetiva, especialmente quando prevê mecanismos simples de retorno que permitem avaliar as reações da comunidade e que possam, convencer os responsáveis pela iniciativa da necessidade de efetuar ajustes e adaptações nas suas características. Consulta: utiliza mecanismos mais complexos e estruturados para recolher subsídios junto à comunidade, com a intenção de utilizá-los de forma efetiva na definição das características e objetivos da iniciativa. Apaziguamento: situações em que a influência atribuída à comunidade tende a ser mais aparente do que o real, como ocorre quando são incluídos alguns representantes da comunidade em comitês que, embora formalmente investidos de poder decisório, pela sua composição, acabam, na prática, servindo principalmente para referendar decisões tomadas em outras instâncias. Parceria: ocorre uma efetiva divisão de poder entre a comunidade e a entidade promotora, por meio de processos de negociação, havendo divisão de responsabilidades nas

tarefas relacionadas ao planejamento e à tomada de decisões. Delegação de poder: o poder decisório é atribuído à comunidade, embora a entidade promotora participe dos processos de planejamento e da implementação das iniciativas. Controle pelos cidadãos: a entidade promotora restringe sua participação ao financiamento das iniciativas, cabendo à comunidade as tarefas de planejamento e implementação.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul a participação popular tomou força a partir de 1989 com a implantação do Orçamento Participativo no Município de Porto Alegre o qual se consagraria como um processo de vanguarda para outros Estados da Federação e até mesmo como referência para as políticas de outros países.

Com a experiência exitosa no Município de Porto Alegre, o então eleito Governador Olívio Dutra cujo mandato iniciou em 1999, resolveu levar o projeto da participação, para a elaboração do orçamento estadual. Este processo representa uma forma de governo descentralizado onde as decisões para implementação de demandas são decididas pela sociedade civil, através de Consulta Popular.

Condição esta definida em (Allebrandt, 2010, p. 93),

[...] quando se refere que a descentralização é um processo político-decisório que tornará a administração mais ágil em termos de atendimento e mais coerente com as prioridades locais. Realizar a descentralização significará regionalizar, municipalizar e promover a participação em geral.

A descentralização pode acarretar em consequências positivas para os Estados, se melhorar as burocracias locais, regionais e estaduais, treinar governantes e facilitar o aprendizado aos participantes pelas novas atribuições e responsabilidades. No entanto, poderá ser negativa se não houver autonomia para decisões e recursos para as implementações.

Mesmo dentro destas posições dicotômicas, a descentralização se torna importante pela divisão do espaço em particularidades próprias, trazendo algo para este espaço pela potencialização do processo participativo.

Segundo Castro (1995), citado por Tenório, Dutra e Magalhães (2004, p. 13), a descentralização política tem três aspectos importantes:

a)Necessidade de se democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil;

- b) Reestruturação do Estado no sentido das relações internas nos vários níveis das estruturas de poder;
- c) Fiscalização e acompanhamento das ações do poder público no sentido de garantir a participação societal na esfera pública através de mecanismos diversos que precisam ser institucionalizados, para assegurar a continuidade das ações implementadas.

Portanto, a participação popular representa uma conquista que vai além do voto, é a construção de um complexo processo de decisão, com reflexos individuais e coletivos relacionados e interligados a um estado de direito.

As principais diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado na constituição de um modelo amplo de Consulta Popular prevêm a legalização da participação popular (sustentação política) na elaboração da peça orçamentária, bem como nas discussões das estratégias de desenvolvimento.

Como se pode perceber, o processo de Consulta Popular parte de um sistema de definição de informações potencialmente significativas, relevantes e integradas através da seleção, priorização e negociação, onde os atores participativos representam o papel individual com responsabilidade coletiva, visando o bem comum em um futuro próximo. Portanto, representa a construção de um espaço com liberdade, mas de muita responsabilidade.

Espaço que conforme Santos (1999, p. 51), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

## **1.2 Sociedade civil e espaço público**

Na arena que envolve o Governo e a sociedade civil, esta última representa um meio estratégico para articular e antecipar necessidades relevantes para o desenvolvimento regional.

Segundo Fernandes (2000, p. 26),

sociedade civil é um conceito do século XVIII que desempenhou papel importante na filosofia política moderna, sobretudo entre autores da Europa continental. No entendimento clássico, “incluía a totalidade das organizações particulares que interagem livremente na sociedade (entre as quais as empresas e seus sócios), limitadas e integradas, contudo pelas leis nacionais”.

O conceito de sociedade civil vem mudando ao longo do tempo, de acordo com os acontecimentos históricos que vão transcorrendo. Referente às últimas décadas, conclui-se que a sociedade civil pode ser concebida como um tipo de “comunidade civil que possui códigos e narrativas próprios, expressos em idiomas democráticos, é modelada por um conjunto de instituições particulares [...] e um conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito” (ALEXANDER apud GOHN, 2005, p. 68).

No Brasil, a incorporação da teoria da “nova sociedade civil” data dos anos 1990 e segue uma orientação teórica mais geral de recomposição e difusão do conceito que, de acordo com Nogueira (2003, p.188),

teve como base um conjunto de fatores, entre eles, a complexificação, diferenciação e fragmentação das sociedades contemporâneas que vêm testemunhando a diminuição do peso político da classe operária e registrando a emergência de novos sujeitos coletivos; o processo da globalização que proporcionou, entre outros, uma maior transparência e autonomia do social ante a institucionalidade política; e a suposta crise da democracia representativa com, ou mediante, seus impactos negativos no “funcionamento e identidade dos partidos políticos de esquerda, já abalados pela dificuldade de reprodução dos sujeitos sociais clássicos e pela diminuição do sentido das grandes utopias políticas”.

Contudo, sociedade civil pode ser olhada como um processo de organização, uma vez que Skidmore (2001, p.131), “entende sociedade civil como as variadas formas de organização social que se situa entre o indivíduo e o Estado”.

Segundo Vieira (1999, p. 222), “sociedade civil implica o reconhecimento de instituições intermediárias entre o indivíduo, por um lado, e o mercado e o Estado, por outro”.

Neste caso, olha-se a sociedade civil como uma instituições intermediadora, atuante na inter-relação entre pessoas e Estado.

No entanto, sociedade civil, segundo Costa (1997a, p. 3-25) pode ser definida através da identificação de duas grandes vertentes interpretativas:

A vertente enfática concede a sociedade civil como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se para isso de meios não só institucionais como não convencionais. E, para a vertente moderada, a sociedade civil seria constituída de cidadãos e instituições dotados de virtudes cívicas, cujo desenvolvimento exigiria o mercado como princípio ordenador e a ordem liberal-democrática como seu substrato.

Para a vertente enfática a sociedade civil constitui o conjunto de normas de um projeto radical-democrático, e para a vertente moderada, a sociedade civil é uma categoria predominantemente baseada na experiência, privada da possibilidade de participação ativa.

Percebe-se que o conceito de sociedade civil vem se modificando ao longo do tempo, talvez como reflexo da oportunidade efetiva que a sociedade teve de ser ouvida.

Segundo Bobbio (1982, p. 121),

sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associações e de organização das forças sociais que impedem à conquista do poder político.

Neste caso, a sociedade civil estaria sendo representada como se fosse uma instituição, uma entidade de conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos, do que propriamente o cidadão comum que a compõe. Inclusive Vieira (2000, p.58-59), “refere-se à sociedade civil como movimentos sociais e instituições, localizados tanto na esfera privada quanto na pública [...] que permite a criação de novas formas de mediação entre os subsistemas e o mundo da vida”.

A sociedade civil assumindo um papel como o dos movimentos sociais, independente da esfera em que se encontra, possibilita uma interrelação com os acontecimentos, com as necessidades e prioridades do cidadão comum, e com isto, através de um processo comunicativo, possibilita um entendimento integrado entre as outras esferas do sistema social.

Segundo Tenório, Dutra e Magalhães (2004, p. 5),

“a sociedade civil é relevante na construção da esfera pública democrática, pois está apoiada no mundo da vida e, portanto, apresenta uma maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão comum, além de ser menos influenciada pela lógica instrumental.

Dessa maneira, pode-se entender que a sociedade civil possui códigos e narrativas próprios, com uma forma de organização social que se situa entre o indivíduo, o mercado e o Estado, representada como um terreno de conflitos e de movimentos sociais e instituições localizados tanto na esfera privada quanto na política.

No entanto, conforme Allebrandt (2010, p. 49),

a sociedade civil, concebida como a esfera de interação social entre a economia e o Estado é composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (especialmente associações voluntárias), movimento sociais e formas de comunicação pública. [...] não engloba toda a vida social fora do Estado e da economia. É necessário distinguir a sociedade civil tanto de uma sociedade política de partidos, organizações políticas, parlamentos, quanto de uma sociedade econômica composta de organizações de produção e distribuição, em geral empresas, cooperativas, firmas, etc.

Para dar condições aos anseios da sociedade civil concebida como a esfera de interação social entre a economia e o Estado, faz-se necessário, espaços que disponibilizam a condição de participar.

Dessa maneira, a atual necessidade de aprimoramento dos processos democráticos e a incorporação da participação popular como um dos seus fundamentos justificam as recentes demandas pela criação de *espaços públicos* que possam dar vazão a processos mais dialogados acerca das decisões de interesse público.

Neste contexto, cabe ressaltar que *espaço público* vai além da definição de Reis (1994) que o considera,

parte constitutiva de um mercado político no qual os diferentes grupos de interesse disputam as atenções públicas, impondo-se não pela força mobilizadora dos argumentos que trazem à luz, mas por seu poder de controlar as estruturas comunicativas públicas.

Aproxima-se da construção da forma que Genro (1996, p. 36) define como uma “esfera pública não estatal”. Para o autor, o conjunto de organizações e

associações com caráter público deve merecer um acesso sem mediações ao Estado.

Associações comunitárias, entidades ecológicas e de gênero, redes de solidariedade e assistência social (...) podem dissolver as fronteiras burocráticas que separam o cidadão comum da estrutura estatal. A isso chamamos de “esfera pública não estatal”, uma zona “gris” (*de incertezas, de indefinições, onde não é possível estabelecer uma única atuação*) entre o estado e sociedade civil tomada no seu conceito tradicional. Nela o Estado pode perder a sua potestade e a sociedade civil, por concerto e decisão, publicizar (*divulgar*) as suas demandas.

Autor: descrição de zona gris e publicizar

Segundo Vieira (2001, p. 89),

espaços públicos não-estatais são arenas de negociações entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governo e a representação de conflitos. Como intermediações entre o Estado e a sociedade, esses espaços públicos [...] requerem simultaneamente os mecanismos de representação e participação. Ambos são necessários para a existência da democracia nas sociedades complexas e para o controle democrático do Estado pela sociedade, garantindo-se a expressão da vontade política dos cidadãos, e não apenas o interesse do mercador ou o desejo do príncipe.

Como se percebe, espaço público representa mais do que um mercado político no qual os diferentes grupos de interesse disputam as atenções públicas, para ser uma esfera pública entre o estado e a sociedade civil. Com isto, podemos considerar espaços públicos:

os conselhos, os fóruns de debate, as câmaras setoriais, os orçamentos participativos em algumas cidades brasileiras, entre outras relações de ‘encontro’ entre a sociedade civil e o governo, visando maior transparência e publicização das políticas públicas e a formulação de agendas que venham a se tornar públicas. Portanto, existem vários espaços com diferentes propósitos que vão desde os formalizados e estáveis, que exercem funções consultivas e/ou deliberativas com respeito às políticas públicas (como os diferentes conselhos e os orçamentos participativos), até os espaços de encontros específicos, que se destinam à execução dessas políticas (por exemplo: parcerias com ONGs e com o MST). Existem, também, espaços de relações que se estruturam a partir da sociedade civil e que objetivam a articulação de vários setores a fim de exercer pressão e monitoramento sobre a atuação do Estado. (DAGNINO, 2002a).

Estes espaços públicos se apresentam como um relevante intermediador entre o Estado como Governo e a sociedade civil, possibilitando a articulação de interesses e necessidades entre as partes, estabelecendo uma importante condição

para a geração de alternativas e soluções que atenda as prioridades para o desenvolvimento regional.

Com base nesta contextualização, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo se apresenta como um espaço público, possibilitando aos gestores de Governo interagir com a sociedade civil, para a efetivação de seus propósitos.

Conforme Allebrandt (2010, p. 207),

quando se analisa os Coredes e o Fórum dos Coredes no que se refere à configuração dos espaços públicos, considerando a existência de diversos espaços, alguns podem ser classificados como ampliados e abertos à participação de qualquer cidadão, outros classificados como mais restritos, nos quais participam os representantes ou delegados indicados ou eleitos. Da análise dos diferentes espaços com base no marco legal, [...] propõe-se a classificação dos mesmos, dada a sua função e dinâmica na arquitetura organizacional dos conselhos, em espaços ampliados, semirrestritos e restritos”.

Partindo-se das classificações acima descritas, pode-se definir espaço ampliado segundo Allebrandt (2010, p. 207- 8), como sendo,

a Consulta Popular, entendida aqui como a etapa final do processo de participação da sociedade civil na definição e escolha de projetos a integrarem o Orçamento Anual do Estado, constitui-se sem dúvida no espaço mais ampliado de todos, de natureza quase plebiscitária. Uma crítica muitas vezes externada é a de que a Consulta seria instrumento típico de democracia representativa e não participativa. Entende-se, entretanto, que este argumento não é válido, uma vez que a Consulta é apenas a etapa final de um processo em que a cidadania está presente e que, portanto, enquanto processo decisório, a consulta é altamente eficaz, desde que garantida a efetividade das políticas eleitas pela população.

Ainda segundo o Autor, a classificação categorizado como semirrestrito, pois os mesmos são abertos à participação de qualquer cidadão interessado, mas, quando não obtido o consenso para as deliberações, adota-se processo de votação, em que apenas os representantes oficiais participam. É o caso da Assembleia do Fórum dos Coredes-RS, das assembleias dos Coredes e das reuniões dos Conselhos de Representantes dos Coredes. O problema que pode ser apontado quanto aos espaços semirrestritos é que, mesmo sendo abertos à participação, normalmente, não existe um incentivo explícito no sentido dessa participação. Em muitos casos as reuniões são convocadas apenas através de correio eletrônico ou correspondência, sem divulgação pública na mídia ou em portal de acesso público, o que diminui a possibilidade de participação voluntária nesses espaços.

E por fim, como espaços mais restritos, Allebrandt (2010, p. 208-9), considera que

“podem ser listados as reuniões das diretorias executivas dos Coredes e do Fórum dos Coredes. Ainda assim, é necessário lembrar que muitas vezes essas reuniões também são ampliadas com a presença dos integrantes das comissões setoriais no caso dos Coredes, ou dos integrantes do Conselho Deliberativo no caso do Fórum dos Coredes. Também a Comissão Estadual da Consulta Popular se enquadra como espaço restrito. As reuniões nesse grupo normalmente não são abertas a outros participantes, ainda que não se exclua a participação sem direito a voto”.

Conclui-se, portanto, que a sociedade civil pode ser representada tanto pela família em uma condição mais íntima, por associações quando grupos estabelecem trabalhos direcionados, por movimentos sociais através da participação individual e coletiva das pessoas e por conselhos, que utilizam espaços públicos específicos para direcionar suas idéias, sugestões, reivindicações e participações.

### **1.3 Desenvolvimento regional, planejamento e estratégia**

Com a Consulta Popular alicerçada pela sustentação política e a disponibilidade de espaços públicos que oportunizam a inclusão da sociedade civil no processo de decisão, bem como o fortalecimento da cidadania e do processo democrático, cria-se um cenário para a implementação de processos que possibilitem o desenvolvimento regional.

Para Sen (2000 p. 54), “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas usufruem”.

Esta liberdade representa uma relevante condição para a sociedade civil trazer suas contribuições, não somente com idéias, mas sim, principalmente, com participação ativa na efetivação das soluções, contribuindo para o processo de desenvolvimento local/regional.

No entanto Holanda (1983, p. 28), considera desenvolvimento “como um processo de mudança social global, com implicações não apenas econômicas, como também políticas, sociológicas e culturais”.

Esta posição do autor considera o desenvolvimento como um complexo movimento integrado, ou seja, de uma forma holística nas suas implicações. No entanto, mesmo que os segmentos participam do mesmo universo, existem particularidades que exigem diferentes necessidades e, com isto, gerando o desenvolvimento em períodos de tempo diferentes. Logo, esta sinergia não se concretiza em conjunto.

Dessa maneira, para se entender toda a abrangência do conceito de desenvolvimento, há que se considerar as interações entre os aspectos econômico-social, científico-tecnológico, geoambiental e político-institucional, assim definidos por Casarotto Filho & Pires (1998, p. 92):

- a) Econômico-social: relaciona-se à criação de condições para o desenvolvimento econômico, socialmente inclusivo e equitativamente distribuído.
- b) Científico-tecnológico: refere-se ao domínio e atualização do conhecimento e a sua aplicação nas atividades humanas, estimulando a contínua inovação.
- c) Geoambiental: assegura a manutenção da base de recursos ambientais entendidos como somatória das condições do ambiente social, desde a conservação da natureza até a conservação da cultura social inserida.
- c) Político-institucional: estabelecimento e consolidação do sistema político representativo, garantindo continuidade e consistência de um processo estruturado por um sistema coordenado de decisões e ações que promovam o desenvolvimento, a interação e articulação das dimensões do processo.

Se o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais e de mudança social global, com implicações não apenas econômicas, como também políticas, sociológicas e culturais, pode-se entender desenvolvimento como sendo um reflexo da transformação de atitudes.

No entanto, Boisier (1996, p. 114) dentro de uma concepção contemporânea do desenvolvimento engloba três cenários interdependentes e de recente configuração:

“cenário contextual, cenário estratégico e cenário político. O cenário contextual é resultado de um processo econômico de abertura externa (globalização) e de um processo político de abertura interna (descentralização). Paralelamente, assiste-se ao fortalecimento das cidades e das regiões, que surgem como novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados”.

Neste caso, olhando também desenvolvimento como segmento de mercado, que atende às várias expectativas, tanto públicas como privadas, traz a condição para um novo olhar, ou seja, ver desenvolvimento como uma concepção global, associada não somente as atitudes como também ao crescimento econômico.

Segundo Boisier (2003) citado por Siedenberg (2006, p. 69),

o conceito de desenvolvimento se encontra, no momento, numa fase de transição entre a antiga concepção, que o assimilava à idéia de crescimento econômico e, por conseguinte, a algo objetivo, quantificável e associado a conquistas materiais, e a nova concepção, que o representa como processo e estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais.

Ainda, segundo o Autor, agora é possível, inclusive, reconhecer situações nas quais níveis baixos de conquistas materiais estão acompanhados de altos níveis de satisfação pessoal, que podemos identificar como condições de desenvolvimento, desde que as necessidades básicas estejam satisfeitas.

Conforme Sachs (1986), “o próprio conceito de desenvolvimento pertence mais à esfera da ética do que da economia. Ele visa à libertação da personalidade humana, de todos os homens, e deveria apoiar-se, um dia, mais sobre o auto-controle das necessidades materiais pelo indivíduo, do que sobre um controle social do consumo”.

No entanto, sob o olhar da intenção desta pesquisa, o conceito de desenvolvimento traz um recorte através da divisão em desenvolvimento local, regional e territorial.

Segundo Dallabrida (2010, p. 111), para o desenvolvimento local

há certa concordância de vários autores sobre a precisão do conceito elaborado por Buarque (2006): é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Representa o desenvolvimento da base ou seja, da cidade, do município com referência ao atendimento das necessidades e das prioridades localizadas, como também, o desenvolvimento das pessoas que deste ambiente participam de uma forma integrada.

Sobre desenvolvimento territorial, Dallabrida (2010, p.111), destaca que Boisier (2000) tem se referido a ele como

um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, capaz de promover a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Neste sentido, o desenvolvimento assume uma interrelação mais abrangente, com contribuições que atende de uma forma mais dinâmica, ou seja, efetivamente, as necessidades e prioridades tanto estruturais como de qualidade de vida.

Conforme Siedenberg (2006, p.72), a utilização do termo desenvolvimento regional

está associada às mudanças sociais e econômicas que ocorrem num determinado espaço, porém é necessário considerar que a abrangência dessas mudanças vai além desses aspectos, estabelecendo uma série de interrelações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens.

Ainda segundo o Autor, o termo desenvolvimento regional

também é associado a um estágio (ou estado temporal) social e econômico de uma região ou país, referindo-se à posição relativa destes, medida através de diferentes indicadores sócio-econômicos, em comparação com outras regiões e países, ou seja, nesse contexto são explicitadas apenas algumas características de um determinado momento do processo de mudanças.

Pode-se, considerar o desenvolvimento regional como o reflexo do equilíbrio racional na utilização e dinamização dos recursos disponíveis de uma região, representando o resultado de políticas locais integradas com as políticas regionais, estaduais e federais.

Também, 'desenvolvimento regional' pode ser entendido como um processo de mudanças quantitativas ou também mudanças qualitativas que envolvem o ser humano e aspectos relacionados às representações sociais criadas por este (instituições, governos, conselhos, coordenadorias, empresas, organizações, grupos, segmentos, recortes, coletividades, regiões, arranjos, bacias, etc), abrangendo um determinado contexto (espaço físico) num determinado período

(tempo), antecipando necessidades e prioridades para minimizar tendências ao urgente e ao imediatismo e com isto, consolidando o desenvolvimento da região.

Como se pode perceber, torna-se muito importante a conscientização dos atores sociais com a possibilidade de participação e interação com os propósitos defendidos como prioritários para os interesses regionais, uma vez que, o futuro pode ser moldado, definido rumos e disponibilizado caminhos, e isso pode ser feito, baseando escolhas na razão, a qual remete um olhar de desejos e necessidades no amanhã, alicerçados por prioridades que estimulam o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Necessita, então, de uma estrutura avaliativa apropriada; de instituições que atuem para promover objetivos e comprometer valores, e, ademais, de normas de comportamento e de um raciocínio sobre o comportamento que permitam realizar o que tenta realizar (SEN, 2000).

A definição de uma estrutura avaliativa apropriada, ou seja, que traga parâmetros possíveis de análise, e os meios pelos quais as instituições públicas utilizam para alcançar seus propósitos individuais e coletivos, são de extrema importância e, em muitos casos, o diferencial entre alcançar ou não os objetivos.

As dificuldades aliadas às necessidades urgentes caracterizam em muitas ocasiões, decisões impulsivas que amenizam emergências e urgências de curto prazo. Neste contexto, as políticas públicas têm a sua importância atrelada à responsabilidade de incentivar, definir, organizar, implementar e controlar sistemas adequados de gestão pública.

O planejamento, que é uma ferramenta que possibilita perceber a realidade, definir objetivos, avaliar os caminhos e construir a ação, visando o desenvolvimento futuro e o atendimento dos resultados almejados pela sociedade com menores dispêndios e maior produtividade, poderá ser utilizado como um sistema adequado de gestão pública.

Além disso, o planejamento representa um espaço de negociação entre os atores sociais, confrontando interesses e alternativas fundamentadas no conhecimento, que visa à construção de um futuro melhor, além de incentivar a condição do aprendizado social.

Conforme Ander-Egg (1995, p. 25), planejamento é

a ação consistente de utilização de um conjunto de procedimentos mediante os quais se introduzem uma maior racionalidade e organização em um conjunto de atividades e ações articuladas entre si que, previstas antecipadamente, tem o propósito de influenciar no curso de determinados acontecimentos com o fim de alcançar uma situação eleita como desejável, mediante o uso eficiente de meios e recursos escassos ou limitados.

Segundo Oliveira (2002, p.36), o propósito do planejamento pode ser definido como

o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos.

Segundo Daland, (1969, p. 6) o termo “planejamento” é ambíguo devido ao seu emprego de duas maneiras muito diferentes.

No seu sentido mais restrito, o planejamento se refere à atividade de “planejadores” profissionais, quando agindo em sua capacidade profissional. No sentido mais amplo, o planejamento se refere ao processo pelo qual os governos fazem decisões de planejamento. Neste sentido, o planejamento é não só técnico como político, abrangendo o estabelecimento e o apoio à instituição de âmbito da decisão política, e a criação de atitudes de aceitação para as decisões de planejamento, além de seu papel puramente técnico.

Também, a preocupação com a qualidade de vida e não somente com o crescimento econômico, amplia o conceito de planejamento, conforme Dallabrida (2010) “como algo que esteve na origem da economia”.

Conforme diz Buarque (1999, p.37),

como a hegemonia não é um dado estático, mas um fato social dinâmico e construído, o planejamento abre a oportunidade para a reconstrução e reordenação do jogo do poder, permitindo uma redefinição dos objetivos dominantes na sociedade e a ampliação das liberdades individuais e coletivas.

Portanto, o planejamento representa uma ferramenta que envolve tanto processos e técnicas, como atitudes, que através do nível de conhecimentos e da ação, poderão representar diferenciais no atendimento de objetivos definidos.

Segundo Holanda (1983, p. 36), planejamento é

a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos com vistas à tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para ação futura. Planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, ou seja, um plano é uma linha de ação preestabelecida.

No dizer de Matus (1989, p. 20), planejamento é “o cálculo que precede e preside a ação” num processo permanente de reflexão e análise, para escolhas de alternativas que permita alcançar, determinados resultados desejados no futuro.

Com isto pode-se considerar, que planejamento é um processo de aprendizagem no qual os atores sociais vão construindo uma visão coletiva da realidade local e seu contexto, do futuro e das ações necessárias para a sua construção, visando o desenvolvimento da região. Quanto mais participativo os atores no processo de planejamento maior o aprendizado social.

Portanto, na visão de Buarque (1999, p. 36), “o planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que levem ao futuro desejado”.

Dentro desta concepção, o projeto para implementar transformações necessárias deve atender não somente o curto prazo, preocupando-se com prioridades urgentes, como também o médio e longo prazo.

Com isto, de acordo com Holanda (1983, p. 49),

os planos de longo prazo ou planos de perspectiva, por sua vez, visam a dar uma visão mais ampla das perspectivas de desenvolvimento da economia. Esses planos fornecem um padrão de referência para o plano de médio prazo.

Sendo assim, o planejamento regional definido com bases estratégicas, tem um papel preponderante para minimizar as dificuldades locais e as disparidades regionais significativas no curto, médio e longo prazo.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que as articulações representam um instrumento gerador de resultados que atenda necessidades individuais e coletivas, podemos considerar que a consulta popular como *estratégia de planejamento* poderá dar um passo além da simples participação através do voto.

Segundo Wittmann e Dotto (2006) citado por Siedenberg (2006, p. 87), a estratégia

tendo sua origem nas artes marciais, o termo é caracterizado nas ciências administrativas como a aplicação de recursos e meios para estabelecer um conjunto integrado e coordenado de ações com o objetivo de reunir e gerenciar potencialidades e competências essenciais.

No plano estratégico, inserem-se os novos cenários de desenvolvimento regional, construído a partir da interseção dentre novas modalidades de configuração territorial e novas modalidades de gestão regional. Por visão estratégica de planejamento se pensa decisões tomadas com reflexos a médio e longo prazo, visando o desenvolvimento socioeconômico regional.

Segundo Hitt, Ireland e Hoskinsson (2002, p. 144-5) “uma estratégia formulada com eficácia ordena, integra e aloca recursos, capacidades e competências da empresa para que esta possa enfrentar com êxito o seu ambiente”.

Portanto, é importante que a gestão pública não somente defina e aplique ferramentas como o planejamento mas, principalmente, que seus gestores com poder de decisão entendam como fundamental, a visão estratégica, ou seja, com avaliações não somente de curto como também, de médio e longo prazo.

Com isto, a Consulta Popular como veículo de *visão estratégica de planejamento* tem por objetivo antecipar necessidades visando o desenvolvimento socioeconômico local/regional e, portanto, centrando as decisões da sociedade civil, representada pelos eleitores aptos a votarem, nas questões estratégicas, minimizando o apagar incêndio do urgente e trazendo à pauta prioridades para o desenvolvimento de médio e longo prazo.

## 2 METODOLOGIA E DETALHAMENTO OPERACIONAL DA PESQUISA

### 2.1 Abordagem epistemológica

Com o propósito de agregar conhecimentos ao mundo do saber, procurou-se com esta investigação científica, disponibilizar dados e informações pertinentes a condição dos projetos eleitos pela Consulta Popular no ano de 2010 no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, sob uma visão estratégica.

Segundo Köche (1997, p. 30), a investigação científica se inicia quando

Se descobre que os conhecimentos existentes, originários, quer das crenças do senso comum, das religiões ou da mitologia, quer das teorias filosóficas ou científicas, são insuficientes e impotentes para explicar os problemas e as dúvidas que surgem.

Conforme Gil (1999, p. 26) a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, os métodos científicos, para que seus objetivos sejam atendidos.

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se deve empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999, LAKATOS; MARCONI, 1993).

O método utilizado para o desenvolvimento desta investigação foi o fenomenológico cuja aplicabilidade está ligada a pesquisa qualitativa, a qual foi utilizada para interpretar, compreender uma realidade que não pode ser expressa através de números, e foi utilizada a pesquisa quantitativa para a definição dos dados que determinaram os resultados da realidade de análise.

Conforme (MALHOTRA, 2001, p. 155)

a pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma de análise estatística.

O método fenomenológico preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Triviños (1987) “a fenomenologia estuda a essência da percepção e da consciência. Como tal, a fenomenologia ressalta a idéia de que o mundo é criado pela consciência, cuja realidade é construída socialmente”.

Portanto, optou-se pela abordagem fenomenológica, preconizada por Husserl<sup>3</sup>, a qual se preocupa com a descrição direta da experiência tal como ela é. No contexto desta abordagem a realidade não é única; existem tantas realidades quantas forem suas interpretações e comunicações, uma vez que esse método subjetivista de investigação científica busca descrever os significados das vivências experimentadas por determinados indivíduos em relação a um dado fenômeno, assim como interpretá-lo. É, portanto, uma abordagem inacabada, isto é, o fenômeno pode ser sempre de retomado e visto sob uma nova interpretação (CARVALHO e VERGARA, 2002; GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1987).

A seleção da unidade de observação na abordagem fenomenológica é de grande importância. Os sujeitos da pesquisa sejam indivíduos ou grupos, devem ter características singulares, estar envolvidos em experiências similares e ser representativos. A coleta dos dados, nesse método, se dá por meio da observação e de entrevistas semi-estruturadas nos cenários das situações sociais do mundo real, por isso a preparação do entrevistador é de fundamental importância na condução da pesquisa. O tratamento dos dados coletados remete à dinâmica qualitativa da pesquisa em que tanto as perguntas, quanto as respostas rejeitam padrões que não

---

<sup>3</sup> Edmund Husserl (1859-1938) realizou seus estudos em Leipzig, Berlim e Viena, dedicando-se primeiramente à matemática. Influenciado por Franz Brentano, Husserl aproximou-se da filosofia, a partir daí publicou vários livros. O ideal husserliano exprime-se pela determinação em dar consistência científica à filosofia e assim atingir as outras ciências, através de uma base sólida de racionalidade, como exige uma fundamentação rigorosa. Herda a necessidade de exatidão de seus estudos matemáticos, buscando constantemente maior clareza em suas descobertas. Isto faz com que esteja presente em sua filosofia um dinamismo permanente, onde nada é tido como fechado, acabado, caracterizando esta filosofia por uma consciência sempre aberta. Husserl funda então a *fenomenologia*, a qual procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, por meio de uma ciência da experiência.

podem ser tratados simplesmente por procedimentos estatísticos (CARVALHO e VERGARA, 2002).

Como se trabalhou com dados primários através da análise de projetos eleitos pela Consulta Popular no COREDE VRP, a classificação da proposta pode ser definida como exploratória e descritiva.

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 43)

a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato e, a pesquisa descritiva tem por objetivo estudar as características de um grupo, o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Ainda segundo Nickels (1999, p. 91)

[...] a pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa preliminar projetada para mostrar de forma mais completa a natureza do problema e da situação atual e apontar o caminho para pesquisas futuras.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999).

## **2.2 Procedimentos metodológicos e desenvolvimento da pesquisa**

O projeto de pesquisa e análise foi desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

Primeira etapa: representou a pesquisa e o desenvolvimento dos conteúdos conceituais inerentes a base teórica do tema onde Consulta Popular, sociedade civil, democracia participativa, espaço público, política de inclusão, desenvolvimento, planejamento e estratégia para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, foram analisados.

Segunda etapa: levantamento junto à Secretaria Executiva do COREDE VRP dos projetos de desenvolvimento eleitos na Consulta Popular como prioritários no ano de 2010.

Terceira etapa: desenvolvimento dos questionários que foram aplicados ao Grupo de Analistas formado por atores dos diversos segmentos do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo e representantes da sociedade civil. Estes questionários oportunizaram aos participantes, em um primeiro momento, levantar as necessidades locais e regionais, definindo suas escolhas com base nas prioridades de um a cinco, bem como justificando e detalhando-as. No segundo momento, através de questionários de múltipla escolha, procurou captar a percepção de cada pesquisado, quanto ao grau de importância e o grau de urgência de cada projeto eleito pela Consulta Popular no COREDE VRP no ano de 2010. Para tanto, os analistas foram solicitados a marcarem, dentro de uma escala de zero a dez, a sua forma de entender cada projeto, quanto ao grau de importância e de urgência.

Quarta etapa: definição do Grupo de Analistas, ou seja, atores locais, que responderam os questionários.

Este chamado grupo de analistas é composto por um conjunto de aproximadamente cem pessoas, na condição de lideranças públicas instituídas (Presidente da Câmara de Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Prefeitos), representantes de instituições públicas (Diretoria Executiva do COREDE VRP, Assembleia Geral, Comissões Setoriais, Representantes dos Comudes, Representantes da Emater) e da sociedade civil organizada (trabalhadores urbanos e rurais, empresários urbanos, produtores rurais, profissionais liberais, micro e pequenos empresários, diretório acadêmico universitário), bem como representantes setoriais (área da saúde, educação, meio ambiente, agropecuária, pólo de modernização tecnológica e implantação de projetos).

Quinta etapa: primeiro contato com o Grupo de Analistas onde foram explicitados os objetivos da pesquisa, a importância da participação dos envolvidos através das respostas aos questionamentos, o detalhamento de informações úteis e apresentação da primeira etapa do questionário de avaliação para ser respondido pelos atores participantes.

Sexta etapa: segundo contato com o Grupo de Analistas para aplicação do questionário de múltipla escolha, para que o ator determinasse, com base na sua análise sobre o projeto, o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto eleito pela Consulta Popular no COREDE VRP no período de 2010.

Sétima etapa: representou a fase de consolidação, análise e sistematização dos dados levantados nos questionários respondidos pelo Grupo de Análise.

Última etapa: consistiu na finalização do projeto de pesquisa, conclusão da dissertação e apresentação à banca examinadora.

### **2.3 Descrição dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados**

O principal instrumento de coleta de dados utilizado no sentido de colher subsídios à análise desta investigação foi a aplicação de questionários de fácil manuseio, apresentados e respondidos via e-mail, em duas etapas distintas, conforme Anexos A, B, C e D.

Visando-se atender aos objetivos propostos, a primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida com os grupos através da aplicação de questionário específico conforme Anexo A, onde foram levantadas informações que refletiram o posicionamento dos atores quanto aos projetos que deveriam ser elaborados visando o *desenvolvimento local*, dentro de uma escala de prioridades, da primeira (mais importante) à quinta.

O objetivo desse procedimento foi o de tentar criar no grupo de analistas uma clara diferenciação entre o que são demandas e prioridades locais e do que são demandas e prioridades regionais. A apuração e análise destes resultados estão detalhadas no próximo capítulo.

Uma vez obtida e 'cristalizada' a percepção de todos os membros do grupo de analistas sobre as demandas e prioridades do desenvolvimento local (que podem ser muito específicas e diferenciadas por município), partiu-se para a segunda etapa da pesquisa, que desafiava os mesmos atores a pensarem e exporem sua

percepção sobre demandas e prioridades do desenvolvimento regional, isto é, do Vale do Rio Pardo como um todo.

Novamente, foi apresentado um questionário conforme Anexo B, similar ao anterior com alternativas prioridades e justificativas para a escolha de projetos, cuja apuração e análise são detalhadas no próximo capítulo.

Uma vez obtida e 'cristalizada' a percepção do grupo de analistas sobre prioridades para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo, partiu-se para a terceira etapa da pesquisa, na qual o grupo de atores foi convidado a avaliar os 25 projetos eleitos pela Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP sob dois enfoques:

- No primeiro, através do questionário conforme Anexo C, foi solicitado para cada envolvido analisar os projetos eleitos dentro do enfoque de visão estratégica, classificando o *grau de importância* de cada projeto com base na escala de valores de zero a dez, no qual zero significava o menor grau e dez o maior grau de importância do referido projeto para o desenvolvimento regional.

- No segundo enfoque, através de questionário conforme Anexo D, foi solicitado para o ator analisar os projetos eleitos dentro do enfoque de visão estratégica, classificando o *grau de urgência* de cada projeto com base na escala de valores de zero a dez, no qual zero significava o menor grau e dez o maior grau de urgência do referido projeto para o desenvolvimento regional.

Para tanto, foi disponibilizado, o detalhamento dos projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010 no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, conforme disposto no Quadro 1, para que cada envolvido tivesse subsídios para analisar cada projeto dentro de uma *visão estratégica*, ou seja, sob o olhar de antecipação de prioridades a médio e longo prazo para o desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo.

Projeto	Especificação	Demanda	Órgão	Valor R\$
01	Geração de renda	Regional	SEAPA	1.715.000,00
02	Manter e conservar espaços escolares de Ensino Fundamental	Regional	SE	975.000,00
03	Manter e conservar espaços escolares de Ensino Médio	Regional	SE	975.000,00
04	Construção e ampliação de unidade hospitalar	Hospital Ana Nery (Santa Cruz do Sul) Hospital São João (Segredo) Hospital São Sebastião Mártir (Venâncio Aires)	SES	300.300,00 100.800,00 199.500,00
05	Equipamentos para Unidade Hospitalar	Hospital dos Passos (Rio Pardo) Hospital Santa Cruz (Santa Cruz do Sul) Hospital Santa Rosa de Lima (Arroio do Tigre)	SES	200.000,00 75.000,00 100.000,00
06	Reforma e adaptação de área física e adequação de unidade hospitalar	Hospital Santa Cruz (Santa Cruz do Sul) Hospital São Sebastião Mártir (Venâncio Aires)	SES	225.000,00 100.800,00
07	Construção e ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS)	Regional	SES	148.783,14
08	Equipamento para Unidade Básica de Saúde (UBS)	Regional	SES	148.783,14
09	Reforma da Unidade Básica de Saúde	Regional	SES	148.783,14
10	Ampliação de serviços média e alta complexidade através de Consórcio Intermunicipal de Saúde Regional	Municípios da micro-região do Centro Serra	SES	750.000,00
11	Viatura Bombeiros - Leve	Santa Cruz do Sul	SSP	60.000,00
12	Viatura Leve – BM	Candelária, Rio Pardo, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul	SSP	240.000,00
13	Viatura Leve – IGP	Santa Cruz do Sul	SSP	60.000,00
14	Viatura Leve – PC	Candelária (1), Encruzilhada do Sul (1), Pantano Grande (1), V. Aires (1), Vera Cruz (1), Santa Cruz do Sul (2)	SSP	490.000,00
15	Viatura para transporte de presos – SUSEPE	Encruzilhada do Sul	SSP	150.000,00
16	Viatura Pick-Up – BM	Santa Cruz do Sul (2), Encruzilhada do Sul (1)	SSP	360.000,00
17	Kit Armamento (fuzil, carabina, e/ou metralhadora) – BM	Sobradinho	SSP	10.000,00
18	Kit Informática I (microcomputador e impressora) – BM	Arroio do Tigre (1), Estrela Velha (1), Lagoa Bonita do Sul (1), Passa Sete (1), Segredo (1), Sobradinho (1),	SSP	

		Tunas (1)		70.000,00
19	Kit Proteção II (pistola e/ou submetralhadora, espingarda, carabina, colete balístico) - SUSEPE	Sobradinho	SSP	19.000,00
20	Kit Reaparelhamento de Delegacias I (condicionar de ar, e/ou armário, ventilador de teto, estufa para papel, bebedouro, fragmentadora de papel, fac-simile, mesa, cadeira) PC	Arroio do Tigre	SSP	20.000,00
21	Viatura Leve – BM	Centro Serra	SSP	60.000,00
22	Viatura Leve – PC	Centro Serra	SSP	70.000,00
23	Viatura Pick-Up – BM	Sobradinho	SSP	120.000,00
24	Ampliação e/ou melhoria de esgoto sanitário	Municípios com população inferior a 15 mil habitantes do baixo Vale do Rio Pardo	SEHA DUR	495.000,00
25	Apoio e investimentos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica	Municípios do Baixo Vale do Rio Pardo	SCT	260.000,00
			TOTAL	8.646.749,42

Quadro 1 – Detalhamento dos projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010 no COREDE VRP

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo COREDE VRP

Como pode ser observado no Quadro 1, em termos de volume de recursos, o projeto de geração de renda regional, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representa individualmente o maior percentual (19,83%) entre todos dos projetos eleitos pela Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP. Outros dois projetos relacionados à manutenção e conservação de espaços escolares de Ensino Fundamental e Médio representam outros 11,28% do total de recursos, enquanto outros dois projetos na área da Saúde, relacionados à Ampliação de serviços média e alta complexidade através de Consórcio Intermunicipal de Saúde Regional e construção e ampliação de unidades hospitalares consomem, respectivamente 8,67% e 6,95% dos recursos totais do COREDE VRP.

Desta forma, quase 60% dos recursos destinados ao COREDE Vale do Rio Pardo no ano de 2010 eleitos pela Consulta Popular, foram direcionados para três segmentos: Agricultura, Educação e Saúde.

## 2.4 Análise dos dados: o modelo de planejamento estratégico

Os resultados desta pesquisa foram analisados com base em um modelo de planejamento estratégico composto por duas variáveis e configurando quatro quadrantes conforme Figura 1.

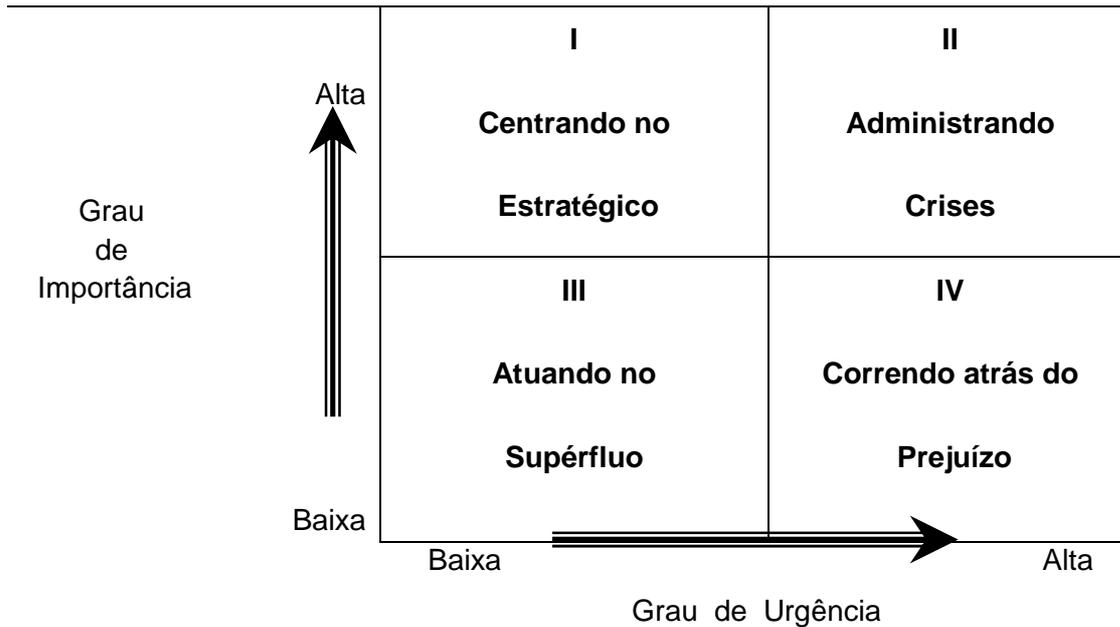


Figura 1: Visão estratégica do planejamento: urgência versus importância

Fonte: Baseado em Stephen R. Covey, citado por Conjuntura & Tendências

O quadrante I se configura como aquele que deveria representar o foco das decisões dos atores envolvidos na definição de projetos a serem homologados para o desenvolvimento socioeconômico de uma região uma vez que, se caracteriza por projetos e atividades com um alto grau de importância e um baixo grau de urgência, ou seja, envolve atividades que podem ser enfrentadas com tranquilidade, visando à preparação do futuro, criando as bases para a reestruturação socioeconômica regional e evitando o acúmulo e a formação de novas demandas, problemas e urgências num futuro próximo.

O quadrante II configura aquele que é caracterizado por projetos e atividades com um alto grau de importância e um alto grau de urgência, o que evidencia a falta de iniciativas no passado em projeto do quadrante I no qual resultou em problemas mais graves e inadiáveis. Neste quadrante a tendência é de ações voltadas para a

administração de crises herdadas do passado, onde são requeridas ações imediatas e prioritárias no sentido de evitar estrangulamentos de curto prazo e desdobramentos de médio e longo prazo.

O quadrante III se configura como aquele que é caracterizado por projetos e atividades com um baixo grau de importância e um baixo grau de urgência, envolve atividades cuja tendência do projeto é ser ignorado quando da definição das prioridades de ação, como consequência de atuar no supérfluo, ou seja, em projetos desnecessários dentro da ótica do desenvolvimento regional, e com isto, evitando o desgaste de energias e de recursos.

E, o quadrante IV, configura aquele que é caracterizado por projetos e atividades com um baixo grau de importância e um alto grau de urgência, onde o projeto representa fatores indesejáveis e graves na perspectiva da sociedade local, mas que são resultantes de outros problemas e, portanto, não estruturais e determinantes do desempenho futuro da realidade uma vez que a tendência é de demandar iniciativas imediatas de forma compensatória e transitória, ou seja: a região 'corre atrás do prejuízo' enquanto amadurecem as transformações resultantes da intervenção sobre os projetos dos quadrantes I e II.

Portanto, a prioridade estratégica no planejamento para o desenvolvimento socioeconômico deve ter sua concentração nas decisões e ações cujos projetos são de 'alto grau de importância e de baixo grau de urgência'.

Com isto, a tendência será a diminuição da participação de projetos dentro do conceito de avaliação considerado como supérfluo, minimizando ou eliminando o olhar crítico da sociedade civil com referência as aplicações do dinheiro público, bem como, evitar projetos de alta importância e de alta urgência e com isto eliminar a necessidade de administrar crises, em virtude do ingresso em um círculo vicioso de gargalos que contrapõe com os objetivos de desenvolvimento regional. E por fim, evitar a definição de projetos de baixa importância e alta urgência o que caracteriza demanda de tempo em virtude de estar correndo atrás do prejuízo, bem como de prováveis custos mais elevados e, principalmente, reflexos no conceito de credibilidade da organização pública.

### 3 ENFOQUE ESTRATÉGICO DO PLANEJAMENTO NO VALE DO RIO PARDO

#### 3.1 Contextualizando as origens e estruturas do COREDE VRP

Um dos grandes desafios para as políticas públicas no que se refere ao processo decisório tem sua origem em um conjunto de elementos que formam a diversidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Coelho (2010, p. 20)

O Rio Grande do Sul apresenta grande diversidade interna apesar de não ser das mais extensas Unidades da Federação Brasileira. Esta variedade tem origem em diferentes ecossistemas e paisagens naturais, bem como nas formas históricas de colonização e ocupação (sesmarias, colônias e assim por diante) pluralidade étnica e estágio cultural dos diferentes ciclos de povoamento. O resultado secular foi a consolidação de diversificadas realidades sociais, econômicas e culturais em diferentes regiões.

No entanto, a disposição por parte do povo para a integração de diferentes etnias possibilitou, ao longo do tempo, um florescimento cultural que fez surgir no Rio Grande do Sul uma vocação de seus atores sociais para soluções comunitárias, e cuja participação se evidenciou e se fortaleceu, quando das dificuldades.

Essa vocação para soluções comunitárias representou um processo lento, mas gradual, de conscientização popular onde segundo Coelho (2010, p. 22)

existiram mobilizações e organizações das comunidades para participar das decisões sobre políticas públicas como o Movimento Comunitário de Base, em Ijuí, na década de sessenta. Ainda, por outro lado, o RS também revelou certa vocação de ligar a participação popular à questão orçamentária, ou seja, a presença da cidadania nos processos de discussão e escolha de investimentos, gastos e prioridades dos entes estatais.

Porém, o Estado do Rio Grande do Sul sempre se posicionou na vanguarda de questões participativas políticas, como reflexo ou mesmo impulsionada pela consciência e responsabilidade civil. Dessa maneira, a participação popular em decisões ligadas a questão orçamentária trouxe ao RS um pioneirismo que conforme Coelho (2010, p. 22)

[...] teve experiências de Orçamento Participativo em alguns municípios (Pelotas, 1983, uma das pioneiras no Brasil). Foi o único Estado a

reconhecer em sua Constituição de 1989 a 'iniciativa popular' também para propor emendas aos projetos de leis orçamentárias, algo não previsto na Constituição Federal.

No entanto, para participar de forma consciente e responsável no processo de decisões políticas, revela-se a necessidade de que os atores sociais tenham pleno conhecimento das situações locais/regionais. Esta condição, dos atores terem pleno conhecimento da situação local, trouxe uma nova realidade, a qual a sociedade civil não estava plenamente preparada para assumir. Este despreparo da sociedade civil quanto ao processo de participação nas decisões, criou uma lacuna entre o Estado e a população oriunda do estado democrático.

Partindo deste contexto, a população clamava por uma alternativa que trouxesse amparo legal para ambos atores, de um lado o Estado, representando a posição da administração pública, e de outro lado, as pessoas, como representantes da sociedade civil com interesses individuais e coletivos diretos nas questões locais/regionais.

Desta forma, vieram os COREDES preencher esta lacuna referenciada, através da inovação representativa da sociedade no processo de gestão orçamentária com o que corrobora Frantz (2004, p. 9) quando afirma

processa-se algo de novo no cenário do poder político do Estado do Rio Grande do Sul, um processo de educação política pela participação no debate sobre o desenvolvimento regional, por meio da construção de novas relações políticas, com a entrada em cena de novos atores sociais no cenário das relações políticas com o objetivo de construir e ampliar os espaços públicos de participação.

Contudo, o papel da sociedade vai além da participação na construção de novas relações políticas, estabelece-se uma posição como 'intermediadora de interesses' por meio da articulação e organização das necessidades locais/regionais prioritárias das instituições públicas e sociedade civil.

No entanto, observa-se uma dificuldade nesta condição de intermediar interesses, uma vez que fatores como as desigualdades regionais afetam sensivelmente as comunidades, com reflexos locais e regionais. Desigualdades que se aceleram em alguns municípios gaúchos onde uma das razões é o declínio demográfico.

Segundo Bandeira (2010, p. 37), o declínio demográfico resulta de dois fenômenos:

i) a continuidade da emigração em busca de empregos em regiões mais dinâmicas, processo cujos efeitos se manifestam, com intensidade variável, desde o início do século vinte e, ii) mais recente, a acentuada redução das taxas de fecundidade verificada nas últimas décadas no Rio Grande do Sul onde a taxa caiu a menos da metade desde a década de sessenta, situando-se em 1,8 filhos por mulher em 2005.

Com isto, em virtude das desigualdades regionais, principalmente com referência a questão da emigração para centros maiores, a qual afeta, por consequência, os dois fenômenos (emigração pela oportunidade de emprego e aumento da natalidade nos centros maiores em virtude da emigração), amplia-se a responsabilidade que os COREDES trazem em seu conjunto de objetivos, os quais devem proporcionar através de suas lideranças, alternativas que possam reverter este quadro de desequilíbrios gerados pela emigração local, disponibilizando condições e recursos humanos e técnicos, para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Segundo Bandeira (1999, p. 32)

os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul foram criados com a finalidade de suprir a falta de instâncias de articulação regional no Estado, constituindo-se, simultaneamente, em instrumentos de mobilização da sociedade, capazes de aprofundar a compreensão dos problemas regionais, e em canais de comunicação com a administração pública, que possibilitassem a participação da comunidade na formulação e na implementação de iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional.

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo que abrange este estudo, está localizado na região central do Estado, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

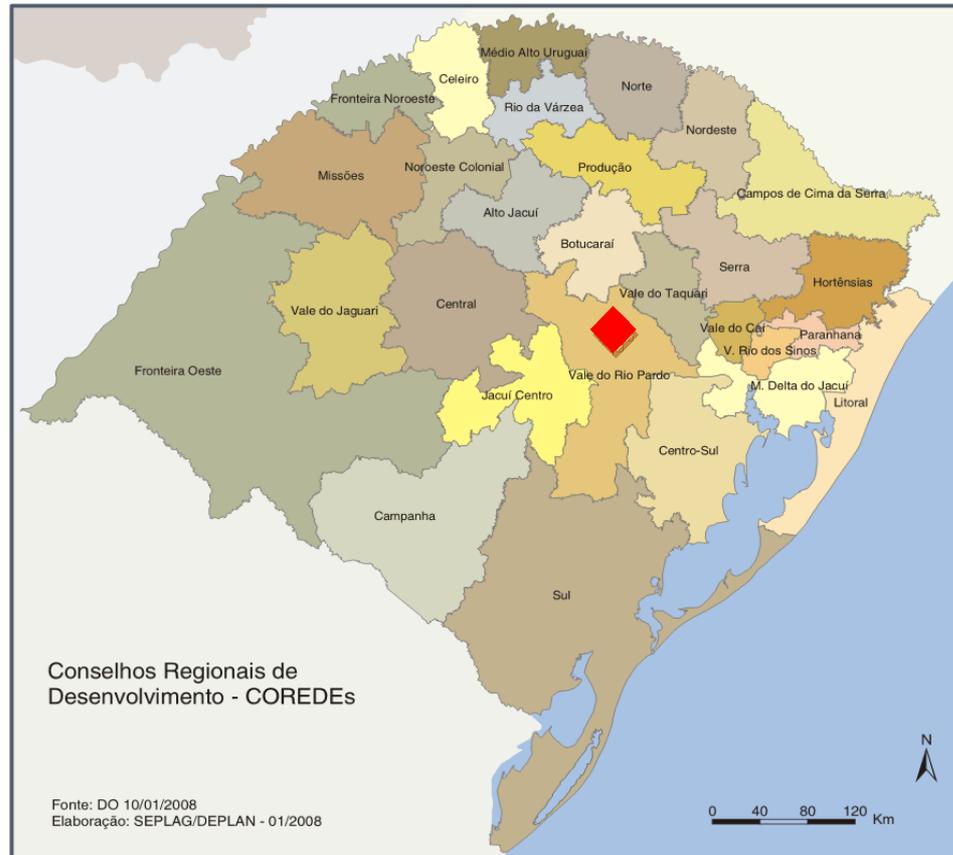


Figura 2 - Mapa de localização do COREDE VRP

Fonte: SEPLAN/DEPLAN em 18/10/2010.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2011), a população total residente na região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo em 2010 era de 418.109 habitantes. Com uma área de 13.255,7 km<sup>2</sup>, a densidade demográfica registrada no Vale do Rio Pardo em 2010 foi de 31,5 hab/km<sup>2</sup>. Outros indicadores sociais da região dizem respeito à taxa de analfabetismo, que em 2000 era de 9,49 %; já a expectativa de vida ao nascer no mesmo ano era de 70,58 anos enquanto o coeficiente de mortalidade infantil em 2009 era de 13,33 óbitos por mil nascidos vivos. No que diz respeito aos principais dados econômicos da região, cabe mencionar que o PIBpm em 2008 era de R\$ mil 7.299.173,00 e o PIB per capita alcançou um valor médio de R\$ 17.082,00 enquanto as exportações totais em 2010 foram de U\$ FOB 1,755,753,339.

Compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo vinte e três municípios, os quais são representados pelos seus respectivos

Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), localizados conforme disposto na Figura 3.



Figura 3 - Mapa de localização dos municípios pertencentes ao COREDE-VRP

Fonte: SEPLAN/DEPLAN em 18/10/2010

A finalidade do COREDE, com base no Estatuto do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Anexo E) é promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades para a formulação e implantação de políticas e diretrizes para promover o desenvolvimento integrado da região e diminuir os desequilíbrios existentes.

Além disso, segundo Coelho, Frizzo e Marcondes (2010, p.17) o Conselho Regional de Desenvolvimento tem como objetivos:

I – formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; II – avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política; III – constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; IV – avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; V – conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; VI – intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional e VII – difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

Percebe-se, portanto, que o COREDE VRP tornou-se um fórum de integração entre os interesses do Estado como Governo e suas deliberações no processo de políticas públicas, e a sociedade civil, visualizando há possibilidade de atender seus anseios, necessidades e prioridades, através da participação nas decisões por meio do voto na Consulta Popular.

### **3.2 Etapas do processo de Consulta Popular**

A Consulta Popular representa uma condição de participação institucionalizada, a qual foi instituída pela Lei nº 11.179 de 25 de junho de 1998, alterada pela Lei nº 11.920 de 10 de junho de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 47.170 de 08 de abril de 2010, cujo processo se desenvolve com base nas seguintes etapas representadas graficamente na Figura 4.

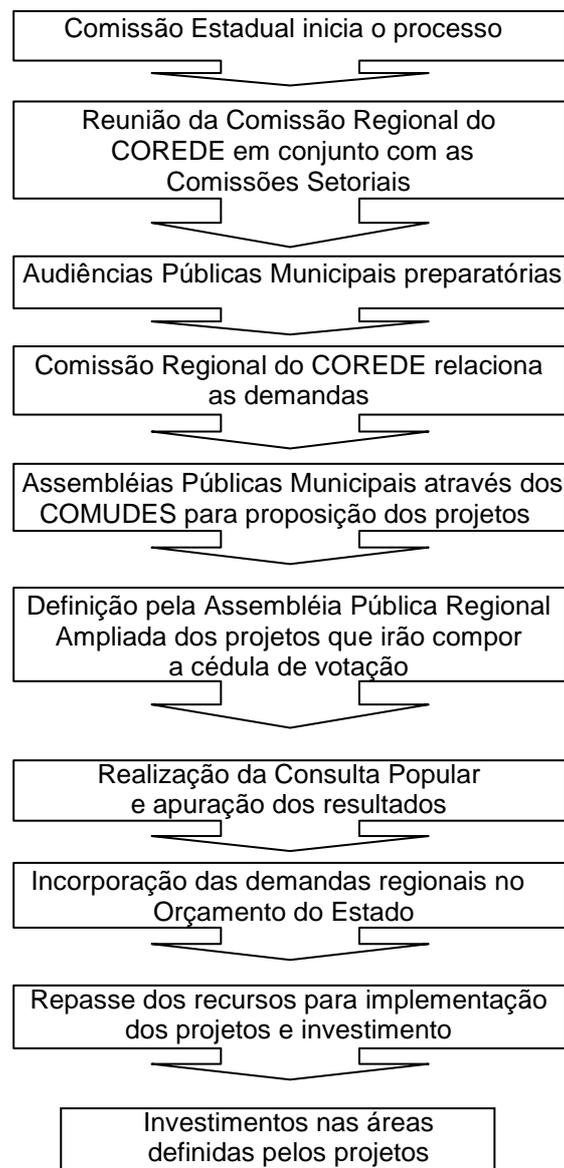


Figura 4 – Descrição das etapas do processo de participação popular do COREDE VRP

Fonte: elaborado pelo autor

A Consulta Popular representa um processo de decisão da sociedade civil sobre uma pequena parcela do orçamento do Estado, e tem na participação da população um dos seus elementos fundamentais. Portanto, a Consulta Popular como processo, representa um método de decisão, o qual determina para o seu desenvolvimento a fundamental participação da sociedade civil como fonte das decisões, sendo que os eleitores têm a importante missão de definir projetos para necessidades e prioridades da comunidade, dentro de uma abrangência regional.

### 3.3 Articulação do processo de Consulta Popular

Na pesquisa realizada, levantou-se o número de eleitores em cada município pertencente ao COREDE VRP nas Consultas Populares de 2008 a 2010 aptos para votarem, conforme consta na Tabela 1.

Municípios	Número de eleitores 2008	Número de eleitores 2009	Número de eleitores 2010
1. Arroio do Tigre	10.026	9.944	10.135
2. Estrela Velha	3.363	3.331	3.305
3. Ibarama	3.315	3.320	3.379
4. Lagoa Bonita do Sul	2.162	2.185	2.209
5. Passa Sete	3.855	3.858	3.934
6. Segredo	5.785	5.742	5.816
7. Sobradinho	10.787	10.719	11.031
8. Tunas	3.632	3.596	3.595
9. Boqueirão do Leão	6.211	6.216	6.147
10. Candelária	23.414	23.161	23.563
11. Encruzilhada do Sul	19.818	19.669	20.096
12. General Câmara	6.843	6.788	6.827
13. Herveiras	2.534	2.519	2.530
14. Mato Leitão	2.964	2.984	3.102
15. Pantano Grande	8.583	8.490	8.503
16. Passo do Sobrado	4.661	4.658	4.729
17. Rio Pardo	30.045	29.777	30.090
18. Santa Cruz do Sul	88.637	88.691	91.327
19. Sinimbu	7.959	7.857	7.969
20. Vale do Sol	8.188	8.151	8.240
21. Vale Verde	2.874	2.835	2.883
22. Venâncio Aires	49.980	50.034	51.360
23. Vera Cruz	17.348	17.228	17.804
TOTAL	322.984	321.753	328.574

Tabela 1 – Número de eleitores do COREDE VRP aptos a votar na consulta popular de 2008 a 2010  
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE VRP

Optou-se pela análise dos últimos três anos para visualizar e destacar as oscilações no número de eleitores aptos a participarem da Consulta Popular, em relação às oscilações do número de votantes.

Inicialmente percebe-se que a variação do número de eleitores nos três anos considerados é ínfima. De 2008 para 2009 houve um decréscimo de 1.231 eleitores, onde os municípios que mais reduziram o número de eleitores foram Rio Pardo com

268 eleitores a menos, Candelária com 253 eleitores, Encruzilhada do Sul 149, Vera Cruz com 120 e Sinimbu com 102 eleitores a menos. Porém, de 2009 para 2010 houve um acréscimo de 6.821 eleitores na região o que representou 2,12% sobre o total de 2009. Os municípios que mais contribuíram com acréscimo de eleitores foram Santa Cruz do Sul com 2.636 eleitores, seguido de Venâncio Aires com 1.326 eleitores, Vera Cruz com 576, Encruzilhada do Sul com 427, Candelária com 402, Rio Pardo com 313 e Sobradinho com 312 eleitores. Estas oscilações no número de eleitores se devem a questões conjunturais, emprego, estudo, jovens aptos a votarem, enfim, fatores que contribuem para as oscilações.

Porém, para o processo de Consulta Popular, mais importante que o número de eleitores e sua oscilação, é o número de votantes que efetivamente participa do processo em cada ano, cujos dados estão sintetizados na Tabela 2.

MUNICÍPIOS (COMUDES)	NÚMERO DE VOTANTES	NUMERO DE VOTANTES	NÚMERO DE VOTANTES
	2008	2009	2010
1. Arroio do Tigre	601	2.652	2.614
2. Estrela Velha	373	1.122	1.544
3. Ibarama	928	1.453	1.693
4. Lagoa Bonita do Sul	92	600	696
5. Passa Sete	495	648	685
6. Segredo	545	2.223	2.628
7. Sobradinho	840	1.872	2.066
8. Tunas	409	398	744
9. Boqueirão do Leão	523	1.749	2.042
10. Candelária	1.702	3.352	4.231
11. Encruzilhada do Sul	1.052	1.075	3.589
12. General Câmara	773	1.151	1.158
13. Herveiras	380	590	774
14. Mato Leitão	411	1.463	1.803
15. Pantano Grande	351	964	1.690
16. Passo do Sobrado	467	879	1.222
17. Rio Pardo	1.459	3.922	6.441
18. Santa Cruz do Sul	7.011	9.527	13.740
19. Sinimbu	764	1.052	1.500
20. Vale do Sol	256	1.071	1.312
21. Vale Verde	741	842	954
22. Venâncio Aires	2.477	6.752	7.216
23. Vera Cruz	537	2.418	3.263
TOTAL	23.187	47.775	63.605

Tabela 2 – Número de votantes na Consulta Popular por município do COREDE VRP entre 2008 e 2010

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE VRP

Como visto anteriormente, o número de eleitores aptos a votarem na Consulta Popular cresceu aproximadamente 1,7% (5.590 eleitores) entre 2008 e 2010. No entanto, o percentual de votantes em relação ao número de eleitores vem crescendo ano a ano: em 2008 os votantes representavam 7,18% dos eleitores; em 2009 aumentou para 14,85% e em 2010 a participação teve um crescimento para 19,36%.

Conforme mencionado por Bandeira (1999, p. 59),

a sustentação política e credibilidade através da existência de um compromisso efetivo, maduro e continuado das instâncias políticas é o primeiro – e talvez o mais importante – dos fatores que condicionam as possibilidades de sucesso dos esforços de integrar a participação da sociedade civil à tomada de decisões na esfera da administração pública.

Esta sustentação política traz um importante amparo legal, colaborando na justificativa do número de votantes que participaram da Consulta Popular no COREDE VRP entre 2008 e 2010, quando de 2008 a 2009 o número de votantes aumentou em 24.588 pessoas, ou seja, de 106,04% e entre 2009 e 2010 aumentou em 15.830 votantes, representando um crescimento de 33,13%. Com isto, o aumento total foi 40.418 eleitores no período considerado, representando um crescimento de 174,3%, o que demonstra a conscientização da sociedade civil e demais representações políticas e privadas, da sua responsabilidade e importância na definição de investimentos para suprir prioridades locais/regionais.

Com base nos conteúdos explicitados anteriormente, a necessidade de aprimoramento dos processos democráticos e a incorporação da participação popular como um dos seus fundamentos justificam as recentes demandas pela criação de *espaços públicos* que possam dar vazão a processos mais dialogados acerca das decisões de interesse público.

Segundo Sachs (2004, p. 61),

deve-se criar espaços para o exercício da democracia direta, na forma de foros de desenvolvimento local que evoluam na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar (*distribuir poder*) as comunidades para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro.

Fonte: conceito de empoderar apresentado pelo autor

Como a Consulta Popular representa um espaço público para o exercício da democracia, e portanto um canal para o desenvolvimento regional, observa-se que os municípios que tiveram maior participação na Consulta Popular de 2010 com

relação aos dois anos anteriores foram em primeiro lugar, Santa Cruz do Sul com 4.213 eleitores, representando 26,6% do crescimento total do COREDE VRP, seguido de Rio Pardo com 2.519 eleitores, representando 15,9%, Encruzilhada do Sul com 2.514 eleitores, representando 15,9%, Candelária com 879 eleitores, o que representou 5,6%, Vera Cruz com 845 eleitores, representando 5,3% e Estrela Velha com 578 eleitores, representando 3,7%. Estes municípios totalizaram um aumento de 11.548 eleitores, o que representou 72,95% do crescimento total de 15.830 eleitores habilitados para participarem na Consulta Popular em 2010.

Os municípios acima destacados são os mais representativos com referência a quantidade de eleitores que estão habilitados a participarem da Consulta Popular do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Logo, a tendência é de um crescimento mais acelerado e significativo por conta desta representatividade, a partir do momento que as articulações políticas junto à sociedade civil obtiverem êxito no processo de conscientização da população para a participação na Consulta Popular.

No entanto, ao analisar os percentuais das oscilações de votantes em cada município, o quadro muda completamente. Neste caso, Lagoa Bonita do Sul teve um crescimento de 604 votantes de 2008 a 2010, representando um aumento de 656,52%, após vem Vera Cruz com 2.726 votantes, representando 507,64%, Vale do Sol com um aumento de 1.056 votantes, representando 412,50%, Segredo com 2.083 votantes, o que representou 382,20% e Pantano Grande, com 1.339 votantes, representando um aumento de 381,48%. As razões para estas oscilações crescentes podem ser destacadas pela conscientização dos atores sociais quanto a importância da participação, bem como pela possibilidade de obter parte dos R\$ 15.000.000,00 disponibilizados pelo Governo do Estado para rateio entre os COREDES, conforme o percentual de participação popular de cada Conselho Regional de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul na Consulta Popular de 2010.

Portanto, mesmo que os municípios com maior participação quantitativa no processo de Consulta Popular no período de 2010 no Vale do Rio Pardo sejam os de maior capacidade socioeconômica, os municípios que estão tendo uma maior representatividade proporcional, ou seja, um crescimento considerável na relação eleitores versus votantes, e com isto, demonstrando uma conscientização do povo para o efetivo empenho na participação popular, estão representados pelos

municípios com menor capacidade socioeconômica, cujo Produto Interno Bruto a preços de mercado – PIBpm – tem menor representatividade.

Outra análise desenvolvida é a comparação do número de eleitores aptos a votarem por município do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo na Consulta Popular com os votantes que efetivamente exerceram a sua cidadania, participando do processo no ano de 2010, conforme exposto na Tabela 3.

Municípios	Número de eleitores	Número de votantes	% Participantes
1. Arroio do Tigre	10.135	2.614	25,79%
2. Estrela Velha	3.305	1.544	46,72%
3. Ibarama	3.379	1.693	50,10%
4. Lagoa Bonita do Sul	2.209	696	31,51%
5. Passa Sete	3.934	685	17,41%
6. Segredo	5.816	2.628	45,18%
7. Sobradinho	11.031	2.066	18,73%
8. Tunas	3.595	744	20,70%
9. Boqueirão do Leão	6.147	2.042	33,22%
10. Candelária	23.563	4.231	17,96%
11. Encruzilhada do Sul	20.096	3.589	17,86%
12. General Câmara	6.827	1.158	16,96%
13. Herveiras	2.530	774	30,59%
14. Mato Leitão	3.102	1.803	58,12%
15. Pantano Grande	8.503	1.690	19,88%
16. Passo do Sobrado	4.729	1.222	25,84%
17. Rio Pardo	30.090	6.441	21,41%
18. Santa Cruz do Sul	91.327	13.740	15,04%
19. Sinimbu	7.969	1.500	18,82%
20. Vale do Sol	8.240	1.312	15,92%
21. Vale Verde	2.883	954	33,09%
22. Venâncio Aires	51.360	7.216	14,05%
23. Vera Cruz	17.804	3.263	18,33%
<b>TOTAL</b>	<b>328.574</b>	<b>63.605</b>	<b>19,36%</b>

Tabela 3 – Número de participantes na Consulta Popular no COREDE VRP no ano de 2010 e sua representatividade sobre o total de eleitores de cada município.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE VRP

Analisando a proporcionalidade entre o número de eleitores de cada município que integra o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo e o número de votantes efetivos na Consulta Popular de 2010, verifica-se uma situação interessante. Os municípios nos quais o percentual de participação mais desponta, são municípios que apresentam desenvolvimento econômico de menor proporção, comparando com as grandes cidades, no contexto regional. Em primeiro

lugar aparece Mato Leitão com 58,12% da população votante do município participando da Consulta Popular no COREDE VRP em 2010, em segundo lugar vemos Ibarama com 50,10% dos eleitores, seguido de Estrela Velha com 46,72%; Segredo com 45,18%; Boqueirão do Leão com 33,22%; Vale Verde com 33,09%; Lagoa Bonita do Sul com 31,51%; Herveiras com 30,59%; Passo do Sobrado com 25,84% e Arroio do Tigre com 25,79% dos eleitores, participando do processo. Nos demais municípios o índice de participação oscilou entre 14% e 22%.

Estes percentuais podem ter sua justificativa por questões motivacionais, no qual cita-se o bônus financeiro que a região recebe pela proporcionalidade de eleitores em relação aos votantes, justificando os municípios menores terem uma proporcionalidade maior, principalmente, pela conscientização, conforme abordado anteriormente, da importância da sociedade civil em participar com seu voto na Consulta Popular, a qual homologa investimentos que atendam às necessidades e prioridades tanto locais como regionais.

Portanto, pode-se considerar que esta conscientização da sociedade civil, com referência a sua participação na definição de projetos relevantes que atendam as necessidades e prioridades locais e regionais, destaca-se como de muita importância uma vez que, segundo Muñoz (2007, p. 154), “os resultados da participação podem ser considerados expressivos tendo em vista o fato de que o voto não era obrigatório”.

Esta importância se eleva a partir do instante que, conforme mencionado por Tenório, Dutra e Magalhães (2004, p. 5),

a sociedade civil é relevante na construção da esfera pública democrática, pois está apoiada no mundo da vida e, portanto, apresenta uma maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão comum, além de ser menos influenciada pela lógica instrumental.

Esta crescente participação dos eleitores de cada município integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo aumentou a responsabilidade da escolha na cédula de votação da Consulta Popular no ano de 2010, onde um conjunto de alternativas disponibilizadas foi representado por treze segmentos de aplicações dos recursos no montante total de R\$ 15.737.900,00 que formalizaram o processo, cujo detalhamento segue exposto na Tabela 4.

Descrição	Valor
1 – Ampliação e/ou melhoria de esgoto sanitário	480.000,00
2 – Perfuração de poços e execução de redes de abastecimento de água	465.000,00
3 – Polos de inovação tecnológica – Apoio Tecnológico a Iniciação de Geração de Renda que visem o Desenvolvimento	260.000,00
4 – Fomento a Pesquisa (FAPERGS) – Projetos que contribuam para o Desenvolvimento da região	260.000,00
5 – Geração de Renda	1.700.000,00
6 – Conservação de Estradas (acesso a propriedades rurais)	1.690.000,00
7 – Equipamentos e Mobiliários- Ambientes Pedagógicos para Escolas Estaduais/Ensino Fundamental e Médio	1.850.000,00
8 – Manutenção e Conservação de Espaços Escolares do Ensino Fundamental e Ensino Médio	1.830.000,00
9 – Reforma, Construção, Ampliação e Equipamento para Unidade Básica de Saúde	1.650.000,00
10 – Apoio aos Hospitais	1.301.400,00
11 – Custeio para a ampliação de serviço de média e alta complexidade através do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale	750.000,00
12 – Repressão e prevenção a criminalidade/reposição da frota	1.730.000,00
13 – Material de Motomecanização e Reparelhamento para Segurança Pública	1.771.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.737.900,00</b>

Tabela 4 - Projetos para votação na consulta popular do COREDE VRP em 2010

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE VRP

É necessário considerar que a processualidade da Consulta Popular exige que se proponha em cada região do Rio Grande do Sul, no mínimo, o dobro e, no máximo, o quádruplo dos valores disponibilizados em cada ano pelo Governo do Estado para cada região.

Por isto, os valores disponibilizados nas cédulas de votação não representam os orçamentos efetivamente liberados para investimentos nos projetos homologados pela Consulta Popular, uma vez que representam um conjunto de alternativas a serem votadas pela sociedade civil.

Mas, mesmo assim, os recursos efetivamente disponibilizados, ou seja, após a homologação pela Consulta Popular no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo nos períodos entre 2008 e 2010, tiveram um importante crescimento de quase R\$ 6.000.000,00, representando um aumento neste período de 224,4% conforme exposto na Tabela 5.

ÓRGÃO	2008	2009	2010
SSP (SJS)	1.266.000,00		1.729.000,00
SEAPA	1.399.668,94	1.856.089,00	1.715.000,00
SES		1.580.000,00	2.497.749,42
SE		2.120.000,00	1.950.000,00
SCT		160.000,00	260.000,00
SEMA		130.000,00	
SETUR		150.000,00	
SEHADUR			495.000,00
TOTAIS	2.665.668,94	5.996.089,00	8.646.749,42

Tabela 5 – Valor das demandas homologadas para o COREDE-VRP em 2010

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE-VRP

Verifica-se, portanto, uma evolução nas aplicações dos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o COREDE VRP do ano de 2008 para 2009 na ordem de R\$ 3.330.420,10, representando um aumento de 124,94% e, de 2009 para 2010, um aumento de R\$ 2.650.660,40, ou seja, de 44,20%, o que determinou um crescimento total de R\$ 5.981.080,48, representando um aumento de 224,4% entre 2008 e 2010.

No entanto, faz-se necessário analisar, se o valor disponibilizado pelo Governo do Estado para o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo atende às necessidades e prioridades relevantes para a comunidade em questão e também, se proporcionam os retornos esperados pelos eleitores no que tange as suas expectativas quanto ao desenvolvimento socioeconômico regional.

As demandas efetivamente homologadas pela sociedade civil através do voto na Consulta Popular de 2010 no COREDE Vale do Rio Pardo estão detalhadas na Tabela 6.

Demanda	Órgão	Valor
Geração de renda – regional	SEAPA	1.715.000,00
Manter e conservar espaços escolares de Ensino Fundamental – regional	SE	975.000,00
Manter e conservar espaços Escolares de Ensino Médio – regional	SE	975.000,00
Construção/ampliação de unidade hospitalar	SES	600.600,00
Equipamentos para unidade hospitalar	SES	375.000,00
Reforma e adaptação de área física para adequação de unidade hospitalar	SES	325.800,00
Viatura Leve Bombeiros	SSP	60.000,00
Viatura Leve Brigada Militar	SSP	300.000,00
Viatura Leve IGP	SSP	60.000,00
Viatura Leve PC	SSP	560.000,00
Viatura para transporte de presos – SUSEPE	SSP	150.000,00
Viatura Pick-Up Brigada Militar	SSP	480.000,00
Kit Armamento Brigada Militar	SSP	10.000,00
Kit Informática Brigada Militar	SSP	70.000,00
Kit Proteção II – SUSEPE	SSP	19.000,00
Kit Reaparelhamento de Delegacias I	SSP	20.000,00
Construção/Ampliação de unidade básica de Saúde	SES	446.349,42
Custeio para ampliação de serviços de Média e Alta complexidade através de Consórcio Intermunicipal de Saúde Regional	SES	750.000,00
Ampliação e/ou melhoria de esgoto sanitário	SEHADUR	495.000,00
Apoio e investimentos para o desenvolvimento de Projetos de pesquisa	SCT	260.000,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS DO COREDE VRP EM 2011</b>		<b>8.646.749,42</b>

Tabela 6 – Detalhamento por demanda, órgão e valor no COREDE VRP em 2010

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo COREDE VR

Estas demandas efetivamente homologadas pela sociedade civil através do voto na Consulta Popular de 2010 no COREDE Vale do Rio Pardo quando agrupados por área de ação do Governo do Estado, ou seja, na saúde, educação, ciência e tecnologia, turismo, habitação, segurança pública e agricultura, apresentam concentrações a princípio previsíveis sobre o destino dos recursos, conforme detalha a Tabela 7.

Áreas	Número de projetos	Participação	Valor destinado por área	Ordem
Saúde	07	28,89%	2.497.749,42	1
Educação	02	22,55%	1.950.000,00	2
Ciência e Tecnologia	01	3,01%	260.000,00	6
Meio Ambiente	0	0,00%	0,00	0
Turismo	0	0,00%	0,00	0
Habitação	01	5,72%	495.000,00	5
Segurança Pública	13	20,00%	1.729.000,00	3
Agricultura	01	19,83%	1.715.000,00	4
<b>Total</b>	<b>25</b>		<b>8.646.749,42</b>	

Tabela 7 - Projetos implementados pelo COREDE Vale do Rio Pardo no ano de 2011, através da homologação pela Consulta Popular de 2010 por área de destino

Fonte: elaborado pelo autor

Apresentando os dados acima de outra maneira, ou seja, dentro de um perfil gráfico, pode-se analisar conforme exposto na Figura 5.

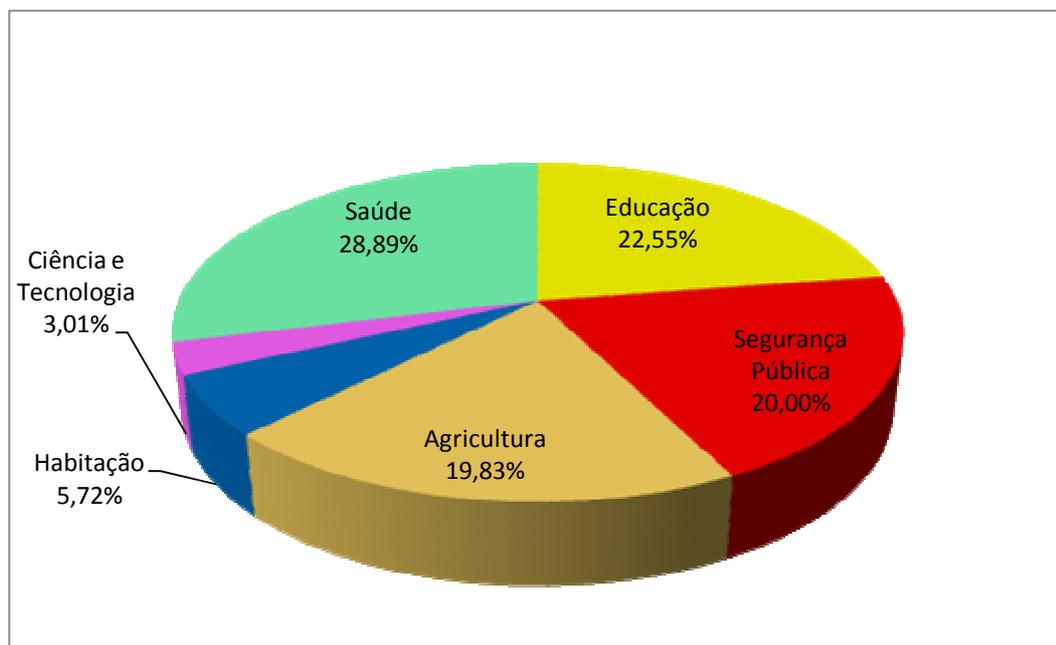


Figura 5 – Visão gráfica dos projetos homologados no COREDE VRP em 2010

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se que quatro segmentos: saúde, educação, segurança pública e agricultura, representam 91,27% do montante de recursos homologados pela Consulta Popular do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo

no ano de 2010. Logo, a Consulta Popular está caracterizando como processo de desenvolvimento regional projetos ligados principalmente a saúde, educação e segurança pública, funções específicas de governo.

Conforme mencionado por Boisier apud Dallabrida (2010), o conceito de desenvolvimento regional é definido

como um processo de mudança estrutural localizado num âmbito territorial chamado região, que se associa a um permanente processo de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade local e de cada indivíduo que lá habita.

Com isto, considerando o desenvolvimento regional como um processo de mudança estrutural localizado num âmbito territorial chamado Região do Vale do Rio Pardo questiona-se: qual o efetivo reflexo da implementação de projetos ligados a saúde, educação e segurança pública, enquanto áreas de atração prioritária e exclusiva do Estado, para o desenvolvimento socioeconômico regional?

O confronto de distintas percepções sobre os processos de desenvolvimento local e regional, bem como a visão estratégica de um conjunto de atores relevantes no cenário regional é sintetizado no próximo capítulo.

### **3.4 As diferentes percepções dos atores sobre a participação na Consulta Popular**

Os questionários foram dirigidos a um universo aproximado de cem (100) lideranças ligadas ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, membros efetivos da Assembleia Geral, Conselho de Representantes, Diretoria Executiva e Comissões Setoriais, os quais abrangem representantes de todos os vinte e três municípios pertencentes a região do respectivo COREDE.

A abordagem se deu por meio virtual (e-mail) e o objetivo era obter respostas do maior número possível de entrevistados para um conjunto de questionários aplicados conforme Anexos A, B, C e D. Após a terceira tentativa de contato com os entrevistados, o retorno foi muito baixo (apenas “17” novas respostas). Após a

quarta tentativa de contato (Anexos F, G e H), não houve mais nenhum retorno, de forma que se encerrou a coleta de dados com uma amostra significativa, de aproximadamente 31% do universo total, conforme detalhado no Quadro 2.

Ordem	Especificação dos representantes que participaram da pesquisa
1	Órgãos Públicos Estaduais: 13ª CRS
2	Representante das Organizações Não- Governamentais – ONG's
3	Área dos Conselhos Municipais de Energia e Meio Ambiente
4	Instituições de Ensino Superior
5	Presidente do COREDE VALE DO RIO PARDO
6	Secretário Municipal - Representante dos Produtores Rurais
7	Representante dos Sindicatos – Trabalhadores Urbanos
8	Presidente de COMUDE
9	Área da Saúde – Diretor de Hospital
10	Vice-Presidente de COMUDE
11	Pólo de Modernização Tecnológica
12	Presidente de COMUDE
13	Representante dos Micro e Pequenos Empresários
14	Conselheiro de COMUDE
15	Prefeito Municipal
16	Conselho Municipal – COMASO
17	Representante de Agremiações Estudantis Oficiais
18	Secretário Municipal de Saúde
19	Secretário de Planejamento
20	Vice-Presidente de COMUDE
21	Presidente de COMUDE
22	Representante de Instituição de Ensino Superior
23	Representante do Pólo de Modernização Tecnológica
24	Deputado Estadual do RS
25	Presidente de COMUDE
26	Secretário da Fazenda Municipal
27	Representante dos Micro e Pequenos Empresários
28	Representante da Classe Empresarial – ACI
29	Secretário de Administração Municipal
30	Representante dos Consórcios Intermunicipais
31	Representante da Área Agropecuária

Quadro 2 – Representação do grupo de pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se que a amostra em questão configura uma diversidade representativa da liderança regional, ou seja, envolve desde representante de agremiações estudantis que fazem parte do COREDE Vale do Rio Pardo até a participação de Deputado Estadual como membro efetivo do respectivo Conselho, fortalecendo a credibilidade tanto de respostas quanto de resultados obtidos com a ponderação dos dados. Isto de certa forma é representativo para a participação de tais lideranças em atividades rotineiras do COREDE Vale do Rio Pardo e evidencia a

importância da participação dos membros efetivos do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo na busca incessante por melhores alternativas que resultem no desenvolvimento socioeconômico tanto local como regional.

A tabela 8 lista os municípios e o grau de representatividade do número de habitantes no contexto regional, explicitando ainda o número de respondentes dos questionários por município bem como a sua representatividade percentual no contexto das 31 respostas obtidas

<b>Municípios</b>	<b>Número de Habitantes</b>	<b>Relação na Participação</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>Representatividade da Participação</b>
Encruzilhada do Sul	24.537	5,86%	01	3,23%
Pantano Grande	9.895	2,37%		
Rio Pardo	37.602	8,99%	03	9,67%
General Câmara	8.452	2,02%	01	3,23%
Vale Verde	3.253	0,78%	01	3,23%
Passo do Sobrado	6.011	1,44%	01	3,23%
Santa Cruz do Sul	118.287	28,29%	11	35,48%
Venâncio Aires	65.964	15,78%	01	3,23%
Mato Leitão	3.869	0,93%	01	3,23%
Vera Cruz	23.986	5,74%	04	12,90%
Candelária	30.176	7,22%		
Sinimbu	10.067	2,41%		
Vale do Sol	11.077	2,65%	01	3,23%
Boqueirão do Leão	7.673	1,84%	02	6,45%
Herveiras	2.954	0,71%	01	3,23%
Passa Sete	5.159	1,23%		
Lagoa Bonita do Sul	2.662	0,64%		
Sobradinho	14.285	3,41%	01	3,23%
Segredo	7.158	1,71%	01	3,23%
Ibarama	4.371	1,05%		
Arroio do Tigre	12.648	3,02%	01	3,23%
Estrela Velha	3.628	0,86%		
Tunas	4.395	1,05%		
<b>TOTAL</b>	<b>418.109</b>	<b>100,00%</b>	<b>31</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 8 – Número de respondentes por município e sua representatividade

Fonte: elaborada pelo autor utilizando dados do COREDE VRP

Pode-se observar que do universo de municípios que participaram da pesquisa, o município que mais respondentes teve foi Santa Cruz do Sul com onze

participantes, o que representou 35,48% das respostas. Por sua vez, este município concentra 28,29% da população do VRP, o que por um lado relativiza a concentração da amostra colhida e, por outro lado, enfatiza a sua representatividade. Do município de Vera Cruz se obteve a participação de quatro pessoas, representando 12,9% do total da amostra e de 5,74% do total da população, seguido pelos municípios de Rio Pardo com três respondentes, representando 9,67% da amostra e de 8,99% da população, e Boqueirão do Leão com duas respostas, representando 6,45% da amostra e de 1,84% da população. Os demais municípios que participaram da pesquisa tiveram apenas um respondente, o que representou 3,23% das respostas.

Observa-se, na análise da relação 'número de habitantes versus representatividade das respostas', o município que desponta é Vera Cruz, onde 5,74% dos habitantes geraram 12,9% das respostas, demonstrando conscientização e responsabilidade com o COREDE Vale do Rio Pardo.

Outro dado que chamou atenção, foi o número de municípios (oito) que não tiveram nenhum participante nos questionários respondidos, representando aproximadamente um terço, ou seja, 34,78% do total de vinte e três municípios que compõe o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Estes municípios que não participaram do estudo realizado representam 16,83% da população da região pesquisada.

Observou-se, pela estratégia adotada junto aos atores sociais que fizeram parte desta pesquisa, que falta algo, que vai além da posição de cada um na estrutura do COREDE VRP, que supera o simples sentimento de inclusão e de fazer parte de uma entidade. O que falta, na realidade, é uma conscientização por parte de muitos membros, da importância de fazer parte efetiva de uma entidade como o COREDE VRP, que tem por objetivo atender às necessidades e prioridades de 23 municípios que, através de suas lideranças públicas e privadas luta, exaustivamente, para atender suas principais demandas sociais.

Com isto, pode-se considerar que a importância da participação vai além de uma condição de ser simplesmente membro figurante do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, para ter, dada a sua importância, a consciência e a compreensão de aproveitar cada momento como uma oportunidade

única de atender aos anseios de cada local e região, representando um grande diferencial como impulsionador do desenvolvimento regional.

Portanto, a intenção com as quatro tentativas de contato com os atores sociais membros do COREDE VRP conforme (Anexos F, G e H), foi persuadi-los a participar da pesquisa por dois motivos: 1º) para conscientizar os atores da importância do seu envolvimento e não somente integrar a estrutura do COREDE VRP como simples membro efetivo; 2º) oportunizar a cada ator pesquisado uma possibilidade de trazer sua valiosa experiência local/regional, trocando experiências, juntamente com os demais membros participantes, para realização de projetos, visando o desenvolvimento socioeconômico da sua localidade e região.

No entanto, a participação nesta pesquisa foi de 31% do total de lideranças com as quais se buscou contato, conforme anteriormente abordado, o que demonstra a falta de interesse em colaborar com a entidade uma vez que, foram disponibilizados quase três meses, entre o primeiro e o último contato, e mesmo assim, em alguns casos, houve justificativa por não participar, mas não houve participação com respostas. Inclusive, talvez seja este um dos motivos observado nos resultados obtidos na pesquisa efetivada, no qual ficou evidente que não há preocupação em avaliar, e muito menos, antecipadamente, os reflexos dos projetos a serem eleitos pela Consulta Popular.

Contudo, como observou Ricupero (2002, p. 64), “as economias não se desenvolvem simplesmente porque existem”.

As economias se desenvolvem através da iniciativa das lideranças responsáveis por instituições públicas e privadas, na participação através da geração de alternativas e propagação de conhecimentos, sempre visando à execução de planejamentos que tragam para um período definido, informações que possam ser utilizadas como parâmetros de orientação para ações efetivas no desenvolvimento de necessidades e prioridades.

E esta oportunidade, das economias se desenvolverem, deveria ser aproveitada pelas lideranças regionais e sociedade civil, uma vez que o progresso está homologado pelo Governo do Estado através do Decreto 47.170 (que dispõe sobre a Consulta Popular e dá outras providências) onde, no seu Art. 1º determina que a

consulta direta à população “visa definir os investimentos e serviços de interesse regional a serem incluídos na proposta orçamentária anual do Estado”.

Com isso, a condição de participar, de ser proativo e procurar alternativas e soluções que atendam aos interesses regionais quanto ao desenvolvimento socioeconômico, por si só, não representa o estado de realizações. É muito importante o entendimento do que efetivamente é necessário, prioritário e importante e, principalmente, quem tem há responsabilidade pelo seu atendimento e execução, evitando desperdícios de tempo e de oportunidades.

A pesquisa realizada com os 31 respondentes se deu em três etapas distintas, cada qual com objetivos bem específicos como anteriormente descrito. Porém, felizmente todos os 31 respondentes participaram das três etapas.

Conforme exposto nesta primeira etapa da pesquisa, a finalidade foi levantar informações junto aos atores sobre a sua forma de analisar as prioridades, considerando as necessidades para o desenvolvimento local, do seu município. O objetivo desta etapa foi tentar captar a percepção da liderança sobre as necessidades e prioridades que a sociedade civil espera atendidas para minimizar dificuldades e melhorar a qualidade de vida das pessoas em nível local. Para tanto, o questionário apresentava alternativas de segmentos dirigidos ao saneamento básico, cultura, lazer e esporte, apoio a fruticultura, projetos de pesquisa tecnológica, assistência ao menor abandonado, segurança pública, reforma agrária, educação, turismo, geração de emprego, combate a fome/miséria, saúde, apoio a agricultura, habitação/construção de casas populares, construção/reforma de estradas, preservação do meio ambiente, bem como espaço para detalhamento de outros projetos que os respondentes considerassem prioritários para o desenvolvimento socioeconômico local.

No detalhamento da Tabela 9, são apresentadas as quantidades de indicações em cada referência, da primeira à quinta, para cada alternativa disponibilizada aos participantes da pesquisa. Foram levantadas também, as maiores necessidades e prioridades locais, de acordo com a percepção do grupo amostral.

Valorção	5	4	3	2	1	$\Sigma$
Alternativa	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	Pontuação Ponderada
Educação	8	4	0	3	4	66
Saúde	3	2	4	3	1	42
Apoio a agricultura	2	3	2	4	1	37
Projetos de pesquisa tecnológica	1	2	3	2	1	27
Geração de emprego	0	3	2	2	5	27
Cultura, lazer e esportes	0	3	3	2	1	26
Apoio a fruticultura	2	2	1	1	0	23
Turismo	0	2	3	2	1	22
Segurança pública	0	2	3	1	2	21
Reforma agrária	1	1	0	2	0	13
Preservação do meio-ambiente	1	0	1	0	2	10
Construção/reformas de estradas	1	0	0	1	2	9
Assistência ao menor abandonado	0	1	1	0	0	7
Combate a fome/miséria	1	0	0	0	0	5
Habitação/construção de casas populares	0	1	0	0	1	5
1º Outro	1	0	0	0	0	5
2º Outro	1	0	0	0	0	5
3º Outro	0	0	0	0	1	1
4º Outro	0	0	0	1	0	2
TOTAIS	29	27	27	26	22	408

Tabela 9 - Projetos sugeridos para o desenvolvimento local do ano de 2010

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, foi possível detectar que, na opinião dos entrevistados, a educação foi considerada como ação prioritária capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico local, com 66 pontos ou seja, 16,18% das indicações totais, seguido de projetos relacionados ao saneamento básico, com 55 pontos, 13,48% das indicações totais, saúde com 42 pontos, (10,29%), apoio à agricultura com 37 pontos, (9,07%) e projetos de pesquisa tecnológica e geração de empregos com 27 pontos ou seja, 6,9% das indicações totais.

Uma vez determinado isso, partiu-se para a segunda etapa da pesquisa. Esta etapa tinha basicamente a mesma formatação, porém o enfoque aqui era *regional*

em vez de *local*. O objetivo de realizar esta análise separadamente era o de tentar, ao máximo possível, evitar com que o grupo de respondentes carregasse para dentro de uma abordagem regional as demandas e necessidades locais, mais prementes, presentes e reais. O objetivo era o de que uma vez dada vazão aos sentimentos e percepções sobre demandas e necessidades locais, os participantes da pesquisa teriam melhores condições de pensar regionalmente, isto é, imaginar projetos cuja abrangência extrapolasse o chamado ‘mundo de vida’.

Para tanto, a Tabela 10 detalha as indicações que os respondentes do questionário apontaram, considerando que foi solicitado identificar as cinco alternativas mais importantes, necessárias e prioritárias para o desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo como um todo. Igualmente, foram levantadas as maiores necessidades e prioridades regionais, de acordo com a percepção do grupo amostral.

VALORAÇÃO	5	4	3	2	1	$\Sigma$
Alternativa	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	Pontuação Ponderada
Educação	6	2	5	2	4	61
Saúde	4	5	2	2	1	51
Apoio a fruticultura	1	2	3	0	2	24
Construção/reformas de estradas	1	1	3	0	1	19
Turismo	0	1	1	4	1	16
Segurança pública	1	1	1	1	1	15
Assistência ao menor abandonado	0	0	3	1	0	11
Reforma agrária	1	1	0	1	0	11
Preservação do meio-ambiente	0	0	1	0	3	6
Combate a fome/miséria	0	0	1	0	0	3
Habitação/construção de casas populares	0	0	1	0	0	3
1º Outro	0	0	0	0	1	1
2º Outro	0	0	0	0	1	1
3º Outro	0	0	0	1	0	2
4º Outro	1	0	0	0	0	5
TOTAIS	25	23	34	25	24	393

Tabela 10 - Projetos sugeridos para o desenvolvimento regional do ano de 2010  
Fonte: elaborado pelo autor

De forma similar ao que ocorreu com a dimensão local, a educação também ficou como primeira prioridade para o desenvolvimento regional, com 61 pontos ou seja, 15,52% das indicações, seguida da saúde com 51 pontos, 12,98%, projetos de pesquisa tecnológica com 47 pontos, 11,96%, seguido de apoio a agricultura com 34 pontos ou seja, 8,65%, geração de emprego com 31 pontos, 7,89%, e saneamento básico com 28 pontos ou seja, 7,12% das indicações totais. .

Evidenciou-se, assim, que na percepção dos atores que participaram da pesquisa, há certa sobreposição identificativa de demandas locais com demandas regionais como fatores do desenvolvimento, mesmo quando estas dimensões espaciais são consideradas individualmente, o que confere uma maior autenticidade às mesmas enquanto pleitos sociais.

Portanto, com base nas respostas dos atores representantes da sociedade civil das localidades que integram o COREDE Vale do Rio Pardo nos dois questionários descritivos aplicados, pode-se observar que os projetos eleitos pela Consulta Popular e homologados no período de 2010, atendem grande parte das áreas de necessidades e prioridades identificadas conforme Tabela 11.

Áreas	Projeto Local	Pos.	Projeto Regional	Pos.	Consulta Popular	Pos.
Educação	16,18%	1º	15,52%	1º	22,55%	2º
Saneamento Básico	13,48%	2º	7,12%	6º	0,00%	-
Saúde	10,29%	3º	12,98%	2º	28,89%	1º
Apoio a Agricultura	9,07%	4º	8,65%	4º	19,83%	3º
Pesquisa Tecnológica	6,90%	5º	11,96%	3º	3,01%	4º
Geração de Emprego	6,90%	6º	7,89%	5º	0,00%	-
Outros	37,18%		35,88%		25,72%	

Tabela 11 – Investimentos necessários na visão dos atores sobre as demandas locais e regionais e o resultado efetivo da Consulta Popular em 2010

Fonte: elaborado pelo autor

Verifica-se que, sob o olhar dos atores que responderam ao primeiro questionário, tem como unanimidade a educação, a qual é definida como uma prioridade para o desenvolvimento e crescimento das pessoas que terão maior

compreensão sobre as questões que envolvem o seu ambiente. No entanto, existe uma divergência de interesses entre o pensar dos atores e os investimentos homologados no período de 2010 pela Consulta Popular. No item educação foi homologado o valor de R\$ 1.950.000,00, representando o segundo investimento, 22,55%, na região do COREDE VRP, o qual foi destinado unicamente a manter e conservar espaços escolares de ensino médio e fundamental – regional, não sendo, portanto, destinado investimentos para novas escolas, investimento em tecnologias que possibilitem melhores alternativas para o desenvolvimento de metodologias de ensino e nem tampouco, para a diversificação em escola técnica, conforme sugeriram os atores que participaram da pesquisa.

Visando explicitar a real percepção do grupo de analistas com referência ao seu modo de observar, sentir e entender o ambiente do seu hábitat, sintetiza-se a seguir comentários, justificativas e detalhamentos sobre as questões que permeiam o desenvolvimento local e regional.

Como as descrições dos atores foram desenvolvidas, justificando e detalhando, aspectos locais das necessidades e prioridades como sendo, igualmente regionais, apresenta-se um resumo das principais considerações.

A seguir, são sintetizadas algumas considerações dos atores sobre a questão da educação como fator de desenvolvimento.

Descrição	Justificativa / Detalhamento
Necessitamos de escolas técnicas públicas, que possibilitem aos estudantes egressos do ensino médio, buscarem uma profissão em 1,5 anos de formação, a fim de disputarem com dignidade o mercado de trabalho local e regional.	Temos mercado nas áreas de alimentos e meio ambiente. Hoje, diversas empresas estão instaladas e outras virão, nas áreas de alimentos (panificação, produtos lácteos, carnes e derivados), gerando demandas de tecnólogos em alimentos e técnicos em meio-ambiente.
Não se pode falar em desenvolvimento e crescimento de um país sem falar em educação. A educação brasileira precisa urgentemente de apoio e governantes que a coloquem como prioridade.	Reforma na educação básica. Formação, qualificação e remuneração digna aos professores, e decisões governamentais qualitativas e não quantitativas, como vem sendo comum no ensino público brasileiro que toma por base os índices, gráficos e indicadores sociais de alfabetização e não preocupam-se com a qualidade da aprendizagem e ensino no país.
Qualificar a juventude para melhorar sua capacidade de crescimento e	1) Poder público, 2) Ensino Técnico, 3) Implantação de mais escolas técnicas

desenvolvimento.	profissionalizantes.
Os índices de analfabetismo ainda são altos.	Os projetos a serem desenvolvidos em relação ao analfabetismo deverão ser discutidos e elaborados a partir de dados coletados pelos próprios analfabetos para não recairmos nos mesmos erros dos programas existentes onde as pessoas não participam ou começam e desistem.
A melhoria dos níveis de segurança, de emprego e de desenvolvimento social e econômico do município passa pela extensão e qualificação do ensino fundamental e médio, bem como pela promoção do ensino técnico e profissionalizante dos jovens.	Projeto a ser desenvolvido pela Prefeitura em parceria com o governo do Estado, Universidade, com as organizações sociais que atuam junto à comunidade, sobretudo nas escolas dos bairros mais carentes.
Destinar mais recursos para a educação, não somente quantitativa mas, principalmente, qualitativa.	Somente teremos uma sociedade com o pleno exercício de sua cidadania quando a educação for prioridade para todos. Pessoas com formação integral, uma educação ampliada, enquanto inteireza do seu ser, cuidam de sua saúde, do meio em que estão inseridas, tornando-se autônomas.”
Não se consegue qualquer plano de desenvolvimento sem que tenhamos uma população com um grau de educação desenvolvido. Isto favorecerá a compreensão e o auxílio a aplicação do plano.	Sem justificativa e detalhamento.
A educação é uma das formas mais abrangentes de conscientização de uma localidade, projetos nesta área necessitam ser desenvolvidos para que tenhamos adultos preparados, conhecedores das realidades e capazes de interagir em um mundo globalizado.	Projetos em larga escala, voltados à educação integral.
Cursos gratuitos profissionalizantes nas áreas da construção, moveleira, turismo, informática, vestuário, metal-mecânico. Escola prática do agronegócio na Granja Municipal.”	Sem justificativa e detalhamento.
Escola Técnica	Desenvolvimento da Agroindústria
Necessidade de um pensamento educacional semelhante para toda a região, as políticas precisariam ser pensadas regionalmente e serem voltadas ao conhecimento regional.	Sem justificativa e detalhamento.

Quadro 3 – Considerações dos atores sobre a educação

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se, na descrição dos atores participantes da pesquisa com referência a educação, uma tendência das decisões de Governo em elevar o índice quantitativo de alfabetizados, e utilizar os meios de comunicação para divulgar a diminuição dos indicadores de analfabetismo, sem demonstrar preocupação, em um primeiro momento, com a qualidade do ensino.

Mesmo assim, conforme apresentado na Tabela 12, as taxas de analfabetismo são elevadas, razão pela qual, os atores sugerem que os projetos

desenvolvidos nesta linha deveriam ser discutidos com os próprios analfabetos no sentido de adequar as necessidades com as condições, evitando as freqüentes desistências.

Dados dos municípios	População Total	Taxa de Analfabetismo	Analfabetos
Arroio do Tigre	12.648	10,91%	1.380
Boqueirão do Leão	7.673	13,95%	1.070
Candelária	30.176	12,63%	3.811
Encruzilhada do Sul	24.537	14,71%	3.609
Estrela Velha	3.628	14,05%	510
General Câmara	8.452	11,97%	1.012
Herveiras	2.954	13,23%	391
Ibarama	4.371	12,09%	528
Lagoa Bonita do Sul	2.662	0	0
Mato Leitão	3.869	5,40%	209
Pantano Grande	9.895	13,75%	1.361
Passa Sete	5.159	16,55%	854
Passo do Sobrado	6.011	8,67%	521
Rio Pardo	37.602	11,24%	4.226
Santa Cruz do Sul	118.287	4,71%	5.571
Segredo	7.158	14,85%	1.063
Sinimbu	10.067	10,28%	1.035
Tunas	4.395	20,22%	889
Vale do Sol	11.077	7,57%	839
Vale Verde	3.253	16,36%	532
Venâncio Aires	65.964	6,36%	4.195
Vera Cruz	23.986	6,52%	1.564
	418.109		36.806
		Taxa	8,80%

Tabela 12 – Índice médio de analfabetismo na região do COREDE VRP  
 Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do COREDE VRP

Observando ainda a tabela acima, verificamos que a preocupação das lideranças na região tem justificativa, uma vez que a taxa de analfabetismo na região do COREDE Vale do Rio Pardo se apresenta em torno de 8,8%, portanto, acima da média de analfabetismo do Estado do Rio Grande do Sul, que conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2009 era de 4,6%.

Além disso, os atores pesquisados consideram que pela crescente oferta de empregos para tecnólogos em determinadas localidades da região, seria muito importante o investimento em Escolas Técnicas, pensamento este para uma educação voltada às necessidades regionais, reduzindo com o aperfeiçoamento dos profissionais, a mão-de-obra que deixa a desejar quanto a sua capacidade técnica e

de conhecimentos. Enfim, expressam, conforme anteriormente destacado, a importância do ensino qualificado e não somente em números quantitativos.

No quadro, a seguir, estão sintetizadas algumas percepções da liderança entrevistada sobre a questão do saneamento básico como um dos principais entraves para o desenvolvimento socioeconômico local ou regional.

<b>Descrição</b>	<b>Justificativa / Detalhamento</b>
Este item está diretamente ligado a questão da saúde uma vez que é impossível pensar em saúde pública, considerando que a realidade brasileira conta ainda com esgotos correndo a céu aberto e milhares de pessoas sem acesso a água potável.	Cumprimento das diretrizes básicas da Constituição Federal, que determinam direitos dignos e a obrigatoriedade por parte das autoridades de proporcionar condições mínimas de vida a todo o cidadão brasileiro.
O município não possui qualquer sistema de tratamento de esgoto na área urbana, necessitando urgentemente de investimentos nesta área para tratamento do esgoto cloacal e melhor escoamento das águas pluviais e resíduos sólidos.	Necessidade de elaboração de projetos para construção de redes de recolhimento de esgoto cloacal e estação de tratamento, bem como um projeto de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos.
Melhora da saúde em geral da população.	Temos várias comunidades do interior sem rede de água e também temos ausência de esgoto no perímetro urbano, onde as residências são atendidas somente com tratamento via fossa séptica.
Garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças e preservando o meio ambiente.	Realizar um levantamento da situação atual e propor parceiras para obtenção de recursos com outros segmentos.
Embora os indicadores não evidenciam, há uma profunda carência na oferta de rede de esgotamento sanitário em Santa Cruz do Sul. Somente 8% da área urbana é servida por rede de esgotos, o que impõe um intenso processo de poluição dos cursos d'água existentes, e afeta as condições de higiene e saúde, sobretudo nos bairros periféricos.	O projeto de expansão da rede de esgotamento urbano deve ser realizado em parceria do estado (governos municipais, estadual e federal) com a iniciativa privada.
O esgoto sanitário é armazenado em fossas sépticas particulares sem rede de coleta.	A crescente concentração de pessoas em determinadas áreas acelerou a necessidade de promoção de políticas públicas de saneamento com o intuito de evitar que torne um problema ambiental e de saúde pública.
Investimento direto em saúde.	Estações de tratamento a nível regional

Quadro 4 – Considerações dos atores sobre saneamento básico

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo as lideranças que responderam os questionários descritivos, o saneamento básico está diretamente ligado à questão da saúde pública, uma vez que consideram a realidade brasileira muito distante das condições mínimas de cidadania, já que existem esgotos correndo a céu aberto e milhares de pessoas sem acesso a água potável.

Portanto, investimentos oriundos de dotações orçamentárias do Governo do Estado se fazem necessários com urgência para eliminar a contaminação e proliferação de doenças além de preservar o meio ambiente.

Os atores definem também, que o desenvolvimento passa por esta questão já que, conforme suas palavras, *população sem saúde trabalha menos, se trabalha menos tem menos recursos, se tem menos recursos não tem poder de investimento*, gerando, como consequência, um círculo vicioso.

A questão de projetos prioritários relacionados na área da saúde também foi tematizada por muitos respondentes, como se observa no quadro a seguir.

Descrição	Justificativa / Detalhamento
Buscar a geração de projetos na área da saúde preventiva, englobando saneamento básico e a preservação ambiental, fatores importantes para a qualidade de vida de todos.	Poder público, universidade, entidades atuantes nesta área e população em geral.
O município de Herveiras é dependentes dos municípios vizinhos para atendimentos, principalmente de média e alta complexidade. É necessário o melhor aparelhamento da unidade básica de saúde existente para poder atender melhor a população, principalmente no que refere-se a consultas especializadas como pediatria, ginecologia, traumatologia, fisioterapia, que constituem a maior demanda destes pacientes à outros municípios da região ou mesmo capital.	Ampliar a unidade básica de saúde e adquirir equipamentos para atendimentos de especialidades e realização de exames.
A necessidade do investimento em saúde deve ser prioritária na concepção das causas acumulativas. "População sem saúde trabalha menos, se trabalha menos tem menos recursos, se tem menos recursos não tem poder de investimento", gerando um círculo vicioso.	Programas de prevenção.
Atendimento microrregional e mais recursos, propiciariam mais qualidade de vida à população.	Temos um hospital de pequeno porte, temos profissionais, mas faltam equipamentos e mais recursos para o custeio de exames, internações e outras ações, que nos permitam limitar ao máximo o transporte de pacientes para centros maiores, a tão chamada ambulancioterapia.
Ampliações da cobertura de ESF (Estratégias de Saúde da Família)	Aumentar abrangência de ESF's, como atendimento à saúde básica com resolutividade.
No nosso caso, em especial, necessitamos de aperfeiçoamento no sistema de saúde, visto que temos as instalações de um hospital com 90 leitos fechado e cujas instalações são utilizadas para outros fins.	Sem justificativa e detalhamento.
Hoje a região depende em grande parte dos hospitais e leitos disponibilizados em POA e	Implantação de Hospital Regional, dotado de tecnologia de ponta, recursos da União, ser

em outras regiões, para atendimento especializado, especializado, especialmente para as pessoas de menor poder aquisitivo que acessam o SUS.	desenvolvido ações integradas dos diversos municípios, para que tenhamos força política de convencimento das autoridades federais e estaduais.
Hospital regional.	Atendimento amplo, regional.

Quadro 5 – Considerações dos atores sobre saúde

Fonte: elaborado pelo autor

No modo de pensar dos atores entrevistados desta pesquisa, a saúde passa, fundamentalmente, pelo saneamento básico. No entanto, consideram algumas providências muito importantes para a minimização dos problemas, muitas vezes crônicos, da questão saúde. Uma destas providências seria a ampliação da cobertura de Estratégias de Saúde da Família – ESF, como atendimento à saúde básica e, não menos importante, o investimento em hospitais para atendimento em nível regional, com especializações nas diversas áreas da saúde, e com isto minimizando ou mesmo eliminando a ‘ambulanciaterapia’.

Outra área prioritária para o desenvolvimento foi identificada no apoio à agricultura como pode ser observado no quadro abaixo.

<b>Descrição</b>	<b>Justificativa / Detalhamento</b>
O município de Herveiras possui 87% da sua população residente na área rural que têm na agricultura familiar a sua fonte de sobrevivência. É necessário cada vez mais dar condições a estas famílias rurais de produzirem em suas propriedades e agregarem renda em seus produtos, não apenas vendendo matéria-prima, mas também industrializando e obtendo uma melhor remuneração dos seus produtos. O investimento em agroindústrias elevaria a renda familiar, aumentando o retorno de ICMS.	Capacitação da assistência técnica e na logística de produtos industrializados.
Em Herveiras a agricultura é o carro chefe da economia local, com 80% da população na zona rural.	É importante o apoio à diversificação da produção, com incentivo à outras culturas além do fumo (hortifruti, agroindústrias, silvicultura) para que o agricultura tenha renda o ano inteiro. Importante a assistência técnica.
Abertura da CEASA regional com a gestão participativa de entidades como sindicatos, entidades empresariais e associação de produtores.	Sem justificativa e detalhamento.
O apoio a agricultura familiar se torna imprescindível no sentido de dar condições para que os jovens permaneçam, com formação e qualificação profissional, na atividade rural.	Sem justificativa e detalhamento.
A melhor maneira de gerar empregos na	Investir na capacitação de produtores, ampliar

região é investir na agricultura, pois as principais indústrias e serviços que empregam na região tem ligação com o setor primário. Investir em atividades inovadoras que agreguem valor aos produtos agrícolas e melhorar a produtividade.	a assistência técnica e implantar área de observação de culturas, bem como na construção de empreendimentos coletivos de transformação e industrialização de produtos agrícolas.
---	--

Quadro 6 – Considerações dos atores sobre apoio à agricultura  
Fonte: elaborado pelo autor

Na questão agricultura a percepção dos atores se desenvolve dentro de uma maior abrangência, uma vez que consideram o tema de fundamental importância para a sobrevivência das famílias, a permanência dos jovens no campo e, como consequência, a continuidade das atividades em questão, minimizando fatores do êxodo rural para os grandes centros onde, em muitos casos, aumentando o exército de desempregados e de sem teto.

Dessa maneira, a permanência do homem no campo e a continuidade da produção de produtos agrícolas, possibilitaria à diversificação destes produtos, os quais abasteceriam uma expressiva quantidade de famílias urbanas em toda a região. Dentro da mesma linha de raciocínio, em vários municípios da região analisada observa-se que a agricultura já se tornou o carro chefe. Com isso, as lideranças pesquisadas sugerem que seria interessante a criação da CEASA regional que possibilitaria o desenvolvimento de muitos municípios e microrregiões, fortalecendo a agricultura familiar.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e tematizado por vários atores pesquisados, foi à pesquisa tecnológica como se observa a seguir.

Descrição	Justificativa / Detalhamento
De acordo com a necessidade de diversificação e para tornarmos o município reconhecido pelo desenvolvimento tecnológico em benefício da sociedade e considerando ainda que existem vários cursos tecnológicos implantados no município.	Poder público, universidade, empresas locais, envolvidos em programas prioritários de desenvolvimento tecnológico permanentes.
O apoio aos projetos de pesquisa são importantes no sentido de identificar as potencialidades regionais. No entanto, as linhas de pesquisa devem ser melhor direcionadas para posterior investimento em tecnologias alternativas ou novas formas de produzir.	Redes de instituições de ensino superior e tecnológico.
É preciso diversificar a matriz econômica do município, majoritariamente dependente da fucultura, através do estímulo ao	Esse projeto necessita ser realizado através da parceria e de ações conjuntas da UNISC, Prefeitura Municipal, ACI e demais

desenvolvimento de novas empresas inovadoras (pequenas, médias e grandes) com base na pesquisa, no desenvolvimento e na inovação tecnológica.	organizações empresariais de pesquisa e outras instituições.
Nossa economia está centrada no setor primário. Precisamos de pesquisa para desenvolvermos produtos e alternativas para a região.	Apoio das universidades, com recursos de seus orçamentos e recursos com convênios, envolvimento de empresas e entidades de pesquisa existentes, desenvolver nossas tecnologias, para disponibilizar às Prefeituras e pequenas propriedades que queiram diversificar.
Não é possível pensar em desenvolvimento regional sem evidenciar o aspecto tecnológico.	Avanço tecnológico através de capacitações e fomento para unidades, incubadoras, micros e pequenas empresas.
O Vale do Rio Pardo necessita equalizar suas pesquisas tecnológicas para promover o harmônico desenvolvimento de todas a região, aproveitando as melhores qualidades de cada município.	Sem justificativa e detalhamento.
Escola politécnica	Técnicas em agroindústria e turismo.

Quadro 7 – Considerações dos atores sobre pesquisa tecnológica

Fonte: elaborado pelo autor

Os atores pesquisados vêm na pesquisa tecnológica, pela rapidez com que se transforma o mundo globalizado, uma grande oportunidade para diversificar a matriz econômica da região, dependente na atualidade, quase que exclusivamente do fumo. Em síntese, ficar menos dependente do setor primário, porém, integrar todas as forças regionais visando o bem comum.

Para tanto, os atores pesquisados consideram interessante a identificação de potencialidades regionais, visando o desenvolvimento de projetos em tecnologias alternativas, ou mesmo, na pesquisa de novas formas de produção.

Por este motivo, os atores consideram também, como uma prioridade, a ampliação de Escolas Politécnicas para suprir necessidades diversificadas desde segmento para agroindústria, bem como o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada que possa atender às necessidades regionais no campo do turismo, uma vez que a região possibilita investimentos neste segmento e, a disponibilidade de mão-de-obra técnica, se apresenta carente.

Finalmente, outro aspecto relevante levantado como prioritário pelas lideranças na pesquisa efetuada, diz respeito à geração de emprego como se observa no quadro abaixo.

Descrição	Justificativa / Detalhamento
Manter o jovem em sua cidade e em suas localidades no interior do município. Hoje, são poucas as possibilidades locais, nossos jovens dependem de SCS e POA.	Estruturar o turismo, envolvendo o comércio e prestadoras de serviços, criar uma marca para vender o produto do município, com cursos de preparação para os diversos segmentos.
Criar alternativas regionalizadas.	Concentração de riqueza nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.
Deve-se investir na análise vocacional regional assim como na qualificação profissional, tornando a região atraente ao investimento.	Empresas com perfil das potencialidades locais/regionais.
Para possibilitar o desenvolvimento regional é necessário apoio às empresas para posterior geração de empregos.	Oferta de áreas para futuras instalações, bem como incentivos fiscais conforme capacidade produtiva.
Programa permanente de atração de novas empresas.	Sem justificativa e detalhamento.
A Universidade com o apoio da comunidade tem que trabalhar com projetos de geração e renda.	Novas alternativas para o produtor rural diversificar sua produção, para que um jovem que teve poucas condições para estudar ter uma profissão.
Diversificar atividades.	Sem esquecer as estruturas já existentes.

Quadro 8 – Considerações dos atores sobre geração de emprego

Fonte: elaborado pelo autor

Observou-se que uma expressiva participação dos atores desta pesquisa têm como preocupação, a geração de emprego a nível local e até os limites do microrregional. Ficou claro que esta condição tem a ver com *manter o jovem na sua cidade*. Neste caso, considera-se microrregião de acordo com a Constituição brasileira de 1988, definindo-a como um agrupamento de municípios limítrofes cuja finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Para tanto, se faz necessário a geração de empregos para evitar a migração da população para centros mais dinâmicos. Um dos exemplos no Rio Grande do Sul da permanência do homem na sua cidade, é o caso do município de Erechim, que teve um crescimento da sua população em média de 2,5%, enquanto 26 municípios do seu entorno tiveram perda de população. E assim, várias regiões do Estado que apresentam crescimento acima da média estadual, principalmente situada no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, além da região da Encosta da Serra e a região do Litoral.

Portanto, a preocupação da migração fundamenta-se pelo receio de um crescente êxodo para os grandes centros, principalmente dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, em virtude da dificuldade de desenvolvimento socioeconômico dos locais e região. No caso do crescente êxodo, o

desenvolvimento fica concentrado nas regiões dinâmicas, mas em contrapartida, traz dificuldades para os municípios e regiões que não tiveram as oportunidades, razão pela qual, a mão-de-obra não tendo alternativa, migra para centros maiores.

### 3.5 Enquadramento no modelo de planejamento estratégico

A terceira etapa da pesquisa, que configura o ponto crucial da análise, o grupo de pessoas entrevistadas foi incentivado a responder outro exercício identificando, de acordo com a percepção individual, a urgência e a importância de cada um dos vinte e cinco projetos do Vale do Rio Pardo submetidos à Consulta Popular de 2010.

Para tanto, os atores respondentes foram orientados a considerar como *importante*, um projeto relevante e determinante, que viabiliza transformações estruturais do desenvolvimento local/regional, que impulsiona as diversas relações e inter-relações sistêmicas e, como *urgente*, um projeto desejável ou não, porém de prioridade imediata, que se caracteriza como de problemas mais graves e inadiáveis, mas que apenas ameniza os problemas do momento, que não foi pensado anteriormente dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento socioeconômico local/regional.

Assim, solicitou-se que cada liderança entrevistada assinalasse em formulário especificamente preparado para tal fim (Anexos C e D), numa escala de zero a dez, o grau de importância e o grau de urgência de cada projeto em questão, conforme explicitada no Quadro 4.

Posteriormente, foi calculada a média ponderada do grau de importância, bem como do grau de urgência de cada projeto analisado pelos analistas respondentes, visando o desenvolvimento socioeconômico regional, conforme a percepção dos entrevistados.

O quadro, a seguir, sintetiza as respostas obtidas em relação ao grau de *importância* de cada um dos vinte e cinco projetos elaborados e submetidos à Consulta Popular de 2010 no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do

Rio Pardo, bem como apresenta os resultados da média ponderada obtida em cada projeto.

PROJETO	PESO ATRIBUÍDO											MP
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1	0	1	0	0	0	0	1	0	3	7	19	9,16
2	0	3	0	0	1	1	3	5	6	5	7	7,35
3	0	3	0	0	0	1	4	5	6	5	7	7,42
4	0	0	1	0	1	2	5	3	6	7	6	7,68
5	0	0	1	0	1	3	1	5	3	10	7	7,94
6	0	0	1	0	1	5	4	5	4	6	5	7,29
7	0	0	0	1	0	1	1	6	7	5	10	8,29
8	0	0	0	1	0	1	1	4	8	6	10	8,39
9	0	1	0	1	1	2	2	4	8	4	8	7,68
10	0	1	0	1	0	4	1	3	6	6	9	7,84
11	0	1	0	2	1	7	5	6	4	4	1	6,32
12	0	2	0	0	2	5	4	9	3	2	4	6,58
13	0	2	0	1	2	5	5	9	2	3	2	6,26
14	0	1	0	0	3	6	4	9	3	3	2	6,48
15	0	2	0	2	4	5	3	5	4	3	3	6,16
16	0	1	0	2	3	4	3	9	2	2	5	6,58
17	0	2	0	1	4	7	3	4	0	4	6	6,39
18	0	2	0	2	3	6	3	4	3	5	3	6,29
19	0	2	0	3	3	7	0	6	0	5	5	6,29
20	0	2	0	2	2	6	3	6	3	6	1	6,26
21	0	1	0	1	3	7	3	8	2	3	3	6,39
22	0	2	0	1	3	6	3	9	2	3	2	6,16
23	0	1	0	1	3	6	3	8	2	4	3	6,52
24	0	0	1	1	1	2	0	1	6	5	14	8,35
25	0	0	0	0	2	0	1	3	6	6	13	8,61

Quadro 9 – Quantificação dos resultados quanto à importância de cada projeto

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se que a média ponderada resultante das respostas dos atores, considerando o grau de importância de cada projeto eleito na Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP, oscilou entre seis e dez. Isso demonstra, dentro da escala de análise de 0 a 10, uma concentração dos projetos com tendência para *muito importante*.

Após as respostas das lideranças quanto ao grau de importância de cada projeto eleito na Consulta Popular de 2010 no COREDE VRP, os atores foram convidados a responder sobre o grau de urgência de cada um destes vinte e cinco projetos submetidos à Consulta Popular, cujo resultado está sintetizado no quadro a seguir, juntamente com a média ponderada obtida.

PROJETO	PESO ATRIBUÍDO											MP
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	6	21	9,13
2	0	1	1	0	0	2	4	4	5	7	7	7,68
3	0	1	1	0	0	1	4	4	6	7	7	7,77
4	0	1	0	0	0	4	2	2	7	5	10	8,00
5	0	1	0	0	0	3	3	3	7	5	9	7,94
6	0	1	0	0	1	2	2	5	8	4	8	7,81
7	0	2	0	0	1	0	2	4	8	4	10	7,94
8	0	1	1	0	0	0	2	6	6	8	7	7,97
9	0	2	0	0	1	0	4	6	7	4	7	7,55
10	0	1	1	0	1	2	2	4	3	4	13	7,97
11	0	1	1	1	3	6	4	7	2	3	3	6,26
12	0	1	0	0	2	7	4	10	1	3	3	6,55
13	0	2	0	0	2	7	5	9	1	3	2	6,23
14	0	2	0	0	2	7	5	9	1	3	2	6,23
15	0	2	0	1	2	7	5	7	2	4	1	6,10
16	0	1	1	0	2	6	4	9	2	3	3	6,48
17	0	1	1	0	2	7	1	5	4	5	5	6,90
18	0	1	0	3	4	5	1	6	2	6	3	6,42
19	0	2	1	1	2	7	2	5	2	5	4	6,39
20	0	2	0	1	3	3	1	11	4	5	1	6,52
21	0	1	0	0	3	6	4	9	3	3	2	6,48
22	0	2	0	0	2	6	4	10	3	3	1	6,29
23	0	1	1	0	2	6	2	10	2	5	2	6,58
24	0	0	2	1	0	1	1	1	4	5	16	8,45
25	0	0	0	2	1	0	1	1	6	5	15	8,58

Quadro 10 – Quantificação dos resultados quanto à urgência de cada projeto

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se que a média ponderada resultante das respostas dos atores também oscilou entre seis e dez, considerando o grau de urgência de cada projeto eleito na Consulta Popular. Isto demonstra, dentro da escala de análise de 0 a 10, uma concentração dos projetos com tendência para *muito urgente*.

Transferindo os resultados obtidos para o gráfico cartesiano que deu origem à abordagem teórica e metodológica de planejamento estratégico, constata-se que na percepção da própria liderança do COREDE VRP os projetos propostos e eleitos na Consulta Popular de 2010 se enquadram no quadrante II do referido modelo, que os proponentes (MATUS,1989, BUARQUE,1999) configuram como “administrando crises”.

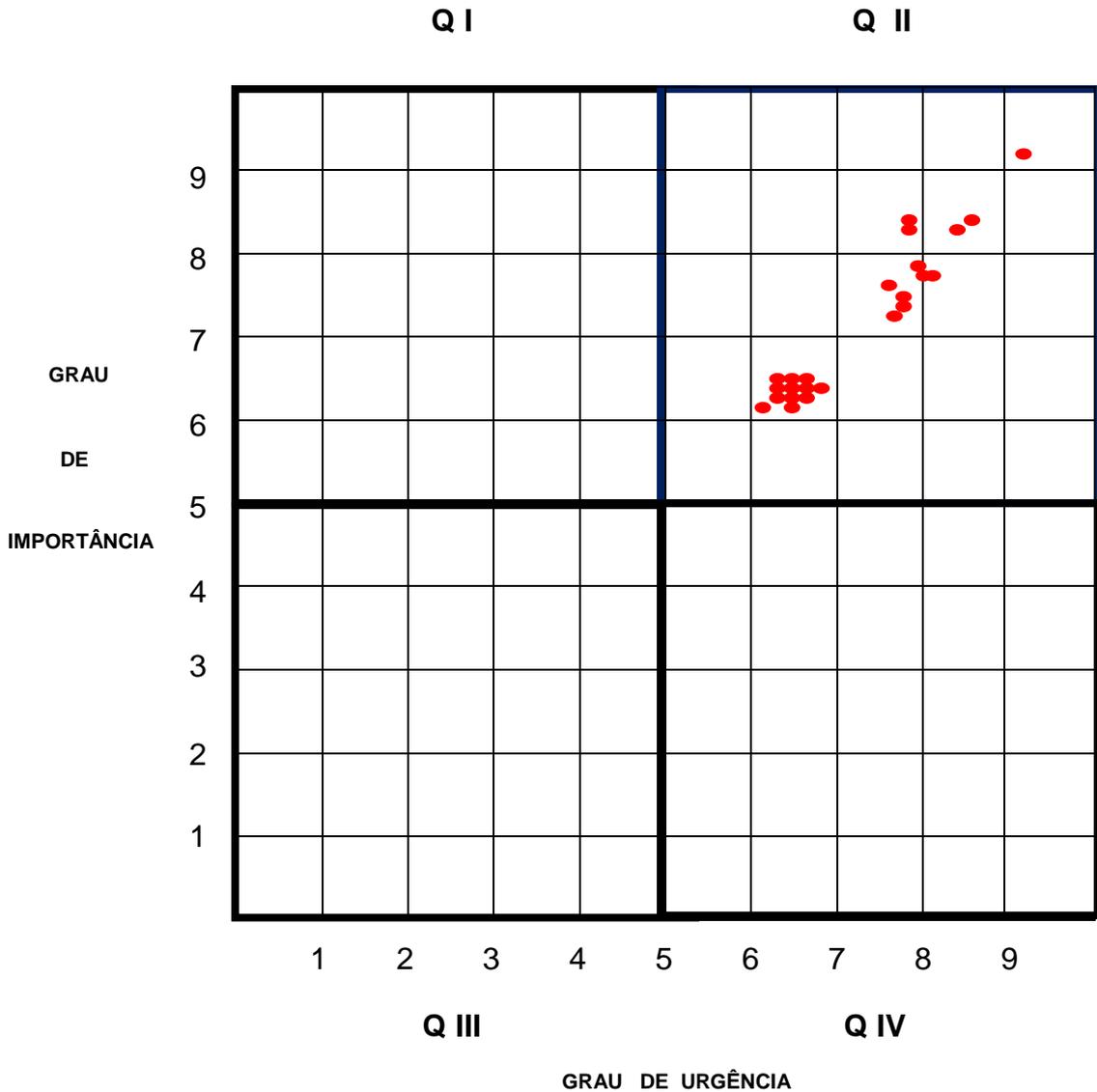
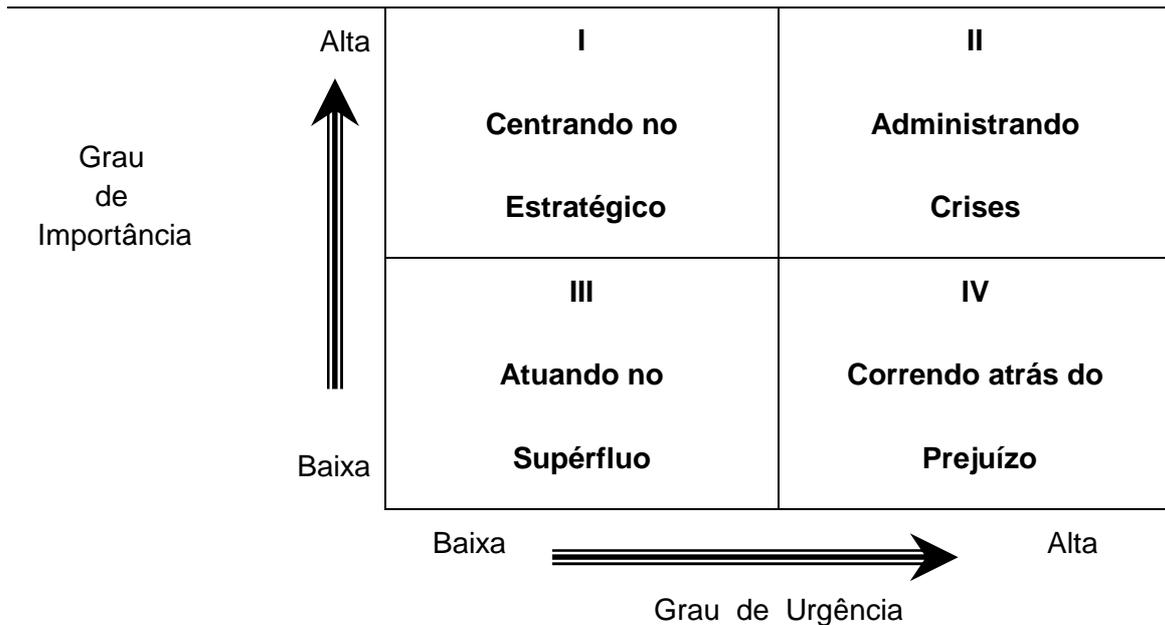


Figura 6 – Aplicação das médias ponderadas nos quadrantes  
 Fonte: elaborado pelo autor

Com o objetivo de facilitar a interpretação dos dados e a identificação dos resultados nos seus devidos quadrantes, é rerepresentada a Figura síntese do modelo teórico adotado.



Fonte: Baseado em Stephen R. Covey, citado por Conjuntura & Tendências. TGI, ano 4, nº 139, 06/10/97

Pode-se verificar, que todos os resultados das respostas obtidas através da aplicação de questionários junto ao grupo de respondentes, concentraram-se no quadrante II, que significa 'administrando crises'.

A concentração no quadrante II significa que os projetos eleitos pela Consulta Popular sob o olhar dos atores que participaram desta pesquisa têm um *alto grau de importância* e *alto grau de urgência*. Esta condição traz uma evidência da falta de iniciativas no passado, em problemas do quadrante I (centrando no estratégico), que se tornaram mais graves e inadiáveis, quando das decisões políticas dos agentes públicos e sociedade civil, em definir projetos com visão estratégica.

Observa-se, portanto, que os projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010 no COREDE VRP representam uma continuidade do processo de decisões tomadas em conjunto pelas lideranças governamentais e a sociedade civil no decorrer dos anos, nos quais resultou como consequência, a necessidade de escolherem projetos que atendessem problemas imediatos, mais graves e inadiáveis. Razão pela qual, as ações se voltaram à administração de crises herdadas de políticas públicas desenvolvidas no passado, cujo momento não havia preocupação quanto aos efeitos há médio e longo prazo.

Logo, é possível entender que no passado, foram tomadas decisões imediatas e prioritárias no sentido de evitar estrangulamentos de curto prazo e desdobramentos de médio e longo prazo, ou seja, não houve a consciência, a percepção e a visão estratégica.

Como os projetos foram definidos de 'alta importância', seria interessante que no modelo teórico adotado, os resultados obtidos se localizassem no quadrante I (centrando no estratégico), o que deixaria claro que os projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010 tiveram como base a visão estratégica para o desenvolvimento regional. No entanto, conforme o pensar dos atores questionados, os projetos foram também considerados como de 'alta urgência', o que direcionou a decisão das lideranças para o quadrante II, apresentando como resultado uma condição de que, os projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010, caracterizam um olhar no imediato, sem preocupações com o futuro.

Contudo, mesmo que fique evidente que as necessidades e prioridades consideradas importantes, e ao mesmo tempo urgentes, sejam soluções que tem origem nas atitudes políticas efetivadas no limite do tempo, onde as decisões e as soluções acontecem no curto prazo, sem a devida preocupação com a visão estratégica, são questões temporais que devem caminhar juntas para, em um determinado período, minimizar questões de urgência, trabalhando dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento socioeconômico local/ regional.

Inclusive, segundo Sachs (2004, p. 17) seria um erro isolar as urgências de curto prazo ligadas ao gerenciamento de crises de reflexão sobre a estratégia de médio e longo prazo.

Para tanto, transparência política é necessária ao funcionamento dos processos de desenvolvimento, onde a integração de alternativas deve fazer parte

do conjunto, principalmente se levar em conta que a heterogeneidade estrutural, tanto econômica quanto social, não pode ser desconsiderada nas definições das necessidades e prioridades.

Logo, este processo de desenvolvimento necessita estar amparado por ferramentas que tragam facilidades, bem como possibilite a integração dos agentes públicos e privados com a comunidade; na geração de alternativas, na definição de prioridades a curto, médio e longo prazo; na possibilidade de antecipar cenários, visando o efeito no amanhã, de decisões no hoje; para trabalhar as heterogeneidades; na orientação para implementar projetos e no acompanhamento dos resultados alcançados.

Enfim, é a sedimentação de uma consciência, e uma das ferramentas que fortalece este perfil é o planejamento estratégico, o qual se caracteriza como uma fonte de definição planejada do futuro, trazendo como alternativa, a possibilidade de analisar cenários e redirecionar ações, sempre focado no objetivo definido, o desenvolvimento socioeconômico regional com qualidade de vida para os seus habitantes.

### **3.6 – Percepção de alguns dirigentes do COREDE VRP sobre os resultados da pesquisa**

Os resultados finais desta dissertação foram apresentados para algumas lideranças (Presidente e Ex-Presidentes) do COREDE VRP, com o objetivo de confrontá-los com esta constatação de que todos os projetos eleitos na Consulta Popular de 2010 se configuram, sem exceção, de acordo com o modelo teórico adotado e metodologia empregada, na condição de administração de crises (quadrante II). Estas lideranças manifestaram sua opinião nos termos abaixo sintetizados<sup>4</sup>.

De acordo com o Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - e do Departamento de História

---

<sup>4</sup> As percepções das lideranças consultadas foram encaminhadas por escrito diretamente ao autor deste trabalho e constam na íntegra, no Anexo I.

e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Ex-Presidente do COREDE VRP, o

“trabalho consegue mostrar adequadamente o sentimento e a decisão da comunidade regional do VRP no sentido de que as demandas encaminhadas para votação na Consulta Popular, são urgentes e necessárias, e traduzem a falta ou a ineficiência de políticas públicas capazes de atender satisfatoriamente as demandas apontadas. Penso que o seu trabalho se coloca como importante instrumento de gestão para o COREDE-VRP.”

Como se percebe, este posicionamento meramente protocolar reflete, em boa parte, a falta de compromisso sistemático das lideranças instituídas pela região com as atividades desenvolvidas no âmbito do COREDE, uma vez que no referido parecer esta liderança afirma que o trabalho “mostra adequadamente o sentimento e as decisões da comunidade regional” e que as demandas encaminhadas são urgentes e necessárias porque “traduzem a falta ou ineficiência de políticas públicas”. Ora, de acordo com Matus (1989) e Buarque (1999), a concentração de projetos de desenvolvimento no quadrante II evidencia a falta de iniciativas e ações no passado, isto é, de uma liderança capaz de apontar em tempo hábil os principais entraves para o desenvolvimento regional. Mas, essa concentração de projetos no quadrante II evidencia um aspecto ainda mais grave: que no presente a liderança atual pouco ou nada está fazendo para reverter tal situação num futuro próximo.

Já o atual Vice Prefeito de Santa Cruz do Sul, Luiz Augusto Costa Campis, Ex-Presidente do COREDE VRP, argumenta “que os investimentos em esfera Estadual nas áreas da Educação, Saúde e Segurança foram conduzidos de acordo com o Pacto Federativo”, ou seja, foram direcionados visando atender os percentuais orçamentários legais para algumas áreas (Educação 25%, Saúde 15%). Todavia, na Consulta Popular isso não teria justificativa, uma vez que, o montante destinado para a consulta representa menos de 1% do orçamento do Estado, além de que, neste orçamento, deveriam ser obedecidos os limites mínimos de investimento em projetos nestas áreas. Inclusive, a mesma liderança lembra “que o Estado do Rio Grande do Sul não vem cumprindo com estes percentuais mínimos em relação a estas áreas, onde os projetos submetidos à Consulta Popular são apresentados de acordo com as necessidades e demandas de cada região e área”.

Portanto, com base neste posicionamento, pode-se questionar porque o Estado se preocuparia com essa distribuição legal na Consulta Popular?

Por outro lado, essa mesma liderança entende “que há uma demanda reprimida e que esta situação levou a apontar que a maioria dos projetos são localizados no quadrante II”. Porém, é relevante considerar, que os respondentes do questionário não incluíram, por opção, diretamente os projetos no referido quadrante, uma vez que não sabiam dessa metodologia a ser trabalhada, ou seja, somente expressaram sua percepção sobre o elevado grau de urgência e importância dos projetos. E foi justamente isso, o elevado grau de urgência e importância atribuído aos projetos, que levou ao referido enquadramento.

Além disto, o Professor Campis reconhece e afirma, com muita propriedade: “se esta demanda tivesse sido identificada estrategicamente no passado, hoje ela não seria enquadrada como ‘alto grau de importância e alto grau de urgência’ e poder-se-ia concentrar esforços em identificar de fato ações mais estratégicas para o desenvolvimento da região”. No entanto, sua conclusão não aponta para o rompimento desse círculo vicioso, quando afirma: “Assim, como não aconteceram os projetos estratégicos resta ao município alocar os recursos em projetos importantes e urgentes”. Com isto, esta estratégia operacional, continuar escolhendo sempre e somente projetos urgentes e importantes, acaba perenizando o quadro. Portanto, é necessário e imperioso, sim, que a região comece a pensar e votar também em projetos importantes e não-urgentes, para quebrar esse círculo vicioso.

A atual presidente do COREDE Mariza Christoff, atribui a “algumas peculiaridades da região” a contribuição para que “a grande maioria dos projetos tenham sido enquadrados [sic!] em Administrando Crises”, enfatizando em sua análise que a região está “insegura e pessimista” e “não está claro qual o melhor caminho” a seguir, atribuindo há existência deste cenário conturbado e incerto à trajetória da estrutura econômica e ao mercado do tabaco.

Por outro lado, a presidente do COREDE VRP constata uma fraqueza identitária regional ao afirmar que “não há uma conscientização de pertencimento regional” e que isto “sem dúvida é ainda algo a ser trabalhado e desenvolvido”.

Mariza Christoff segue afirmando ainda que

“os municípios maiores querem trazer para si todos os investimentos regionais, mas relutam em assumir as responsabilidades que advém dessa liderança, por outro lado os municípios menores procuram de

todas as formas recursos que possam trazer melhor qualidade de vida imediata a seus municípios”.

A mesma liderança afirma, também, que somente “muito lentamente algumas propostas estratégicas regionais vem ganhando a simpatia” da sociedade, citando como exemplos projetos relacionados à “construção do HPS, aeroporto regional, escolas técnicas de nível médio e projetos regionais de diversificação, expansão da bacia leiteira e fruticultura”, evidenciando com isso que o COREDE atua muito passivamente na construção dessa identidade e coesão regional.

Como se percebe pelos depoimentos ou pareceres e análises das lideranças, as ações desenvolvidas no âmbito do COREDE do Vale do Rio Pardo ainda carecem de uma ação estratégica mais focada, embasada num maior conhecimento sobre a realidade e demandas socioeconômicas regionais, para trazer resultados concretos, satisfatórios e sustentáveis à população. Trata-se, fundamentalmente, de um desafio de gestão estratégica institucional e territorial.

## CONCLUSÕES

O processo de tomada de decisões públicas, pelas circunstâncias abrangentes que incorporam as políticas governamentais, deve ser desenvolvido com a preocupação em atender prioridades que traga à sociedade civil, uma condição de sobrevivência e desenvolvimento digno e com qualidade de vida.

Dentro deste enfoque, o cumprimento das diretrizes básicas é de responsabilidade dos órgãos públicos, enquanto Governo, conforme determina a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, dentro dos preceitos de direitos dignos e a obrigatoriedade por parte das autoridades de proporcionar condições mínimas de vida a todo o cidadão, como se pode ver no art. 169 da referida Constituição Estadual, “os investimentos do Estado atenderão, em caráter prioritário, às necessidades básicas da população e estarão, obrigatoriamente, compatibilizados com o plano estadual de desenvolvimento”.

Sendo assim, se o Estado como Governo tem o dever e a responsabilidade de alocar recursos para investimentos em *áreas prioritárias* como educação, saúde, segurança pública, saneamento básico, habitação, lazer, desporto, assistência social e meio ambiente, pode-se concluir que os projetos apresentados nas cédulas para a Consulta Popular coordenados pelo COREDE VRP no período de 2010, têm por objetivo fazer com que a sociedade civil, através de seu voto, homologue projetos que o Estado como Governo tem a responsabilidade de atender. Logo, o processo de Consulta Popular, através dos projetos eleitos, deixa de atender alternativas que efetivamente poderiam proporcionar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Da mesma forma, nesta linha de pensamento, o próprio COREDE VRP deixa de aproveitar uma importante oportunidade para desenvolver um dos seus principais objetivos que é “formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional”.

Além disto, os projetos eleitos pela Consulta Popular em 2010 se caracterizam como de muita importância o que demonstra a correção na sua escolha, mas também, como de muita urgência, o que deixa evidente a sua premência e, principalmente, extrema necessidade de execução. Com isto, o objetivo do desenvolvimento regional fica em ‘segundo plano’, em virtude da

homologação de projetos 'urgentes', de responsabilidade do Governo do Estado, como reflexo de ações que não foram analisadas e projetadas antecipadamente.

Na tentativa da busca de alguns motivos desta indesejável posição de segundo plano para o desenvolvimento socioeconômico regional visualiza-se, em um primeiro momento, que a falta de iniciativa no passado recente por parte dos agentes políticos e privados, de ações que visasse o desenvolvimento regional, teria sua origem em aspectos de interesse político e pessoal.

Segundo Sundfeld (2003), há uma tendência muito relevante na teoria política de mostrar como a luta política é contaminada pelos interesses pessoais.

Os grupos que se digladiam na política lutariam por interesses privados e, como reflexo disso, os agentes públicos estariam postos dentro da máquina do Estado para realizar esses interesses. Nessa visão, não existiria propriamente interesse público como algo distinto ou separado do interesse individual; o interesse público corresponderia aos interesses individuais prevalentes em certo momento histórico. Esta é, inclusive, uma feição da crítica marxista do Estado, segundo a qual o que denominamos interesse público não passa de interesse de certo grupo preponderante no momento, que o impõe a toda sociedade, de modo que, nesta visão, o agente público é agente de interesses privados - seus ou do grupo de que participa - e, toda vez que age, não passa de alguém tentando privatizar aquilo que, em termos idealizados, se diz ser interesse público.

Neste caso, os representantes, as lideranças políticas e privadas que utilizam os meios políticos para o atendimento aos anseios e objetivos pessoais, podem através de atitudes e comportamentos impulsionados pelo desejo, imperar um processo de desenvolvimento em troca da preservação da sua posição de conforto e obtenção de vantagens.

Em um segundo momento, a indesejável posição de segundo plano para o desenvolvimento socioeconômico regional, pode ser compreendido pela dificuldade, em muitas ocasiões, por parte dos agentes públicos e privados, de entenderem a diferença entre crescimento e desenvolvimento.

Segundo Sachs (2004, p. 14), o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades.

E por fim, em um terceiro momento, identificar a indesejável posição de segundo plano para o desenvolvimento regional pela forma não objetiva de decidir, quando da definição dos projetos disponibilizados nas cédulas de votação para a Consulta Popular. Esta condição parece clara e justifica esta consideração, pelo fato de que os representantes do COREDE VRP e a sociedade civil, estarem homologando projetos relativos à educação, saúde, segurança pública, habitação e saneamento básico, os quais são de responsabilidade do Governo do Estado como gestor público. Logo, dificilmente veremos desenvolvimento regional, se não houver uma conscientização de reverter este quadro, mesmo que paulatinamente, através de projetos que atendam, efetivamente, necessidades e prioridades com a utilização das potencialidades.

Portanto, se faz necessário que o Governo do Estado disponibilize recursos para serem votados na Consulta Popular, porém visando projetos que atenda efetivamente às potencialidades, às necessidades e prioridades locais e regionais, dentro do propósito do desenvolvimento socioeconômico regional.

Podemos constatar estas ponderações com base nos dados fornecidos pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, analisando os projetos que integraram a cédula de votação no ano de 2010 no COREDE VRP cujo montante foi de R\$ 15.737.900,00, e no qual foram homologadas demandas no valor de R\$ 8.646.749,42 representando 55%. Deste valor, os investimentos em educação, saúde e segurança pública participaram com 71,43% das demandas homologadas, em torno de R\$ 6.180.000,00. Logo, como visto anteriormente, a região está elegendo projetos que o Estado tem a responsabilidade de executar através da destinação de verbas nos seus orçamentos, transformando, desta forma, a Consulta Popular, nos moldes que se encontram, como um veículo 'aparente de decisão'. Como se pode perceber, o processo se caracteriza como um *faz de conta* que a sociedade civil tem o poder de propor, definir e decidir sobre as necessidades e prioridades para o desenvolvimento regional.

Conforme Bandeira (1999, p. 64) na classificação da participação social em uma escala crescente de oito níveis define:

Apaziguamento: refere-se a situações em que a influência atribuída à comunidade tende a ser mais aparente do que o real, como ocorre quando são incluídos alguns representantes da comunidade em comitês que,

embora formalmente investidos de poder decisório, pela sua composição, acabam, na prática, servindo principalmente para referendar decisões.

Considerando que para o Governo a situação se apresenta cômoda, seria importante que a iniciativa para reverter este quadro partisse do COREDE VRP através das suas lideranças e membros efetivos, como veículo incentivador das lideranças políticas, privadas e da sociedade civil, utilizando como ferramenta de persuasão a institucionalização do planejamento estratégico, e com isto conscientizando os agentes públicos e a sociedade civil, através de um processo de orientação e explanação dos reflexos oriundos das decisões a serem tomadas, a votarem projetos que realmente atendam às necessidades e prioridades do desenvolvimento socioeconômico regional.

Conforme Marcon (2010), um exemplo pioneiro e interessante foi o caso do COREDE Vale do Jaguari, que através de um acordo interno, definiram projetos que atendesse ao desenvolvimento socioeconômico regional. Para tanto, elaboraram o Planejamento Estratégico para o período de 2010 do COREDE Vale do Jaguari, através da definição dos objetivos estratégicos e de seus desdobramentos em programas e projetos estruturantes, subsidiados nos elementos resultantes do Diagnóstico Técnico, da Análise Situacional, da Matriz FOFA e das Diretrizes Estratégicas construídas; representando os principais consensos sociais com relação às estratégias de desenvolvimento sócioeconômico regional, apuradas de forma cidadã e participativa. Além disso, para cada objetivo estratégico definido em cada eixo temático, foram concebidos os respectivos programas e projetos integrantes.

Ainda conforme o Autor, trazendo um exemplo de objetivo em cada eixo temático, na área de gestão social o objetivo foi o programa de capacitação e motivação para o desenvolvimento o qual utiliza como meio de integração, oficinas de culinária, artesanato e fortalecimento da agricultura familiar. Além disto, o referido planejamento estratégico detalha objetivos e meios de integração para as áreas de gestão econômica, gestão estrutural e gestão institucional.

Com isto, o COREDE Vale do Jaguari representado por suas lideranças, demonstrou consciência e amadurecimento para redirecionar as políticas adotadas até então. Políticas estas, que poderão ser o impulsionador de um novo paradigma,

do pensar mais atuante, consciente e, principalmente, pró-ativo para o bem coletivo, tendo sempre uma visão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Este novo paradigma, de utilizar o Conselho Regional de Desenvolvimento como gestor de planejamento estratégico, transformando demandas operacionais em demandas estratégicas, representa um grande avanço para minimizar resultados de investimentos homologados pela Consulta Popular, em projetos de alta importância, mas, igualmente de alta urgência, cuja prática frequentemente ensina, deixa a desejar quanto há eficiência e a eficácia nas suas implementações e, principalmente, nos seus resultados ao longo do tempo.

Justifica-se tal afirmação, uma vez que o COREDE representa o Fórum em que a sociedade civil tem a oportunidade de expor suas dificuldades e fazer-se ouvir pelo poder público, com o objetivo de suprir as necessidades. Para tanto, o planejamento estratégico possibilita avaliar o cenário real e apresentar alternativas, como solução ou não de seus problemas, o que neste segundo caso, determina a continuidade do problema, mas conscientiza o agente público a procurar soluções. Conclui-se então, que com esta ferramenta, tem-se a oportunidade de trabalhar a problemática municipal no curto prazo, bem como deslocar o olhar para o futuro, no longo prazo, com base numa visão estratégica de desenvolvimento socioeconômico regional.

No entanto, tomando por base as considerações anteriormente abordadas, uma questão seria importante questionar: por quê os projetos a serem disponibilizados na cédula de votação para a Consulta Popular no COREDE VRP não são definidos, quando das assembleias municipais, tendo um olhar no futuro (mesmo que inicialmente apenas em uma parte dos investimentos) ou seja, sob uma visão estratégica?

No intuito de levantar hipóteses, avaliando sob um olhar empírico, mas nem por isto menos importante, na tentativa de responder a indagação acima, surge algumas possibilidades que podem ser evidenciadas, como talvez falem mecanismos que habilitem tecnicamente as lideranças sociais a terem este olhar para o futuro e ao mesmo tempo traga a oportunidade de um maior envolvimento integrado, local – regional. Além disso, talvez falem conhecimentos aos agentes

públicos para trabalharem junto à sociedade civil este novo paradigma, que disponibilize efetivamente projetos que tragam desenvolvimento local e regional e uma melhor qualidade de vida ao povo das comunidades.

Com isto, talvez faltem oportunidades aos agentes públicos e privados para modificarem este quadro, e realmente ‘pensar’ desenvolvimento dentro de uma matriz socioeconômica, com visão estratégica.

Portanto, sendo este tema fascinante, representa um campo fértil para novos estudos e pesquisas que possam trazer interpretações e definições que atenda aos preceitos científicos de ajudar as pessoas a ter uma melhor qualidade de vida, digna e humana. Dada a sua importância, aproveita-se a oportunidade para sugerir um processo que traga agilidade a articulação permanente, visando ao atendimento de necessidades e prioridades dos projetos da região em estudo.

Como enunciou, a Excelentíssima Presidente da República Dilma Rousseff no seu pronunciamento de posse em 01 de janeiro de 2011, “temos que *aprimorar o desenvolvimento regional*, uma vez que estamos inseridos em um país continental de grandes proporções”, urge, portanto, a premência por soluções neste campo de políticas públicas.

O planejamento estratégico, que dentro do seu universo temporal de curto, médio e longo prazo identifica-se como uma ferramenta que estimula o levantamento de dados e informações pertinentes aos problemas e potencialidades, pode ser concebido para desenvolver um papel com maior profundidade no seu universo de resultados. Para tanto, se o processo partir da base, com planejamentos estratégicos desenvolvidos nos municípios com a coordenação do COREDE VRP através de um agente orientador e pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), criando cenários locais, disponibilizaria importantes subsídios para uma integração ao planejamento regional desenvolvido pelo COREDE VRP.

A ocasião se apresenta oportuna, uma vez que segundo Christoff (2010, P. 17),

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE VRP tem procurado, ao longo de sua trajetória de 19 anos de existência, oportunizar não só a discussão como a implementação do planejamento de ações que visem à diminuição das desigualdades inter e intrarregionais, essa extremamente preocupante. Em 2009, o COREDE VRP iniciou um novo processo de planejamento contando com recursos específicos destinados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e

com o apoio do Ministério da Integração Nacional e da UNISC cujo resultado contribuiu não só para a tomada de consciência de decisões da comunidade regional acerca de sua própria realidade, mas também para o fortalecimento das relações democráticas entre os diferentes segmentos representativos do Vale do Rio Pardo, refletindo, assim, sobre as ações que a região poderá empreender na busca de um desenvolvimento regional nos próximos anos, de forma a oferecer melhor qualidade de vida à população. Foi com essa intenção que construímos e apresentamos à sociedade este documento – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO (RS) 2010 – que é a síntese do trabalho realizado.

Ainda justificando o planejamento estratégico concebido para desenvolver um papel de maior profundidade no seu universo de resultados, pode-se referendar a aplicabilidade de ferramenta com este conceito, da base para o todo, uma vez que esta amplitude traz a compreensão dos verdadeiros fatos locais/regionais e possibilita a execução de projetos que atenda necessidades e prioridades reais de curto e longo prazo.

Outro ponto importante, é que esta sistemática pode servir como motivador para a conscientização dos atores públicos e a sociedade civil a terem um maior compromisso com o estabelecido, ou seja, exercer a prática participativa, uma vez que participam da sua criação. Também, o planejamento possibilita uma reação em cadeia, onde as estruturas ligadas e integradas fomentam novos planos, tornando o processo com o tempo, sistêmico.

Portanto, representa um novo paradigma de um processo integrado onde o conjunto sai fortalecido, minimizando e evitando transtornos e perdas originárias da necessidade do *apagar incêndios*, e ingressando em uma nova visão de desenvolvimento e crescimento consciente, construído paulatinamente e progressivamente em bases sólidas.

Como pode-se perceber, que a essência do processo está na ‘visão estratégica’ que possibilita a análise pormenorizada e detalhista das reais prioridades, tanto locais como regionais, com um olhar de forma integrada e interligada e, desta forma, crescendo e desenvolvendo o conjunto, trocando experiências e possibilitando o intercâmbio de desempenhos.

Portanto, o COREDE Vale do Rio Pardo, com base no seu planejamento estratégico desenvolvido de abrangência regional, pode incentivar a execução de planejamento estratégico em cada COMUDE, através da conscientização, aprimoramento e execução competente pelos atores responsáveis, fortalecendo a

integração a partir de interesses comuns e desenvolvendo a consciência progressiva deste novo sistema de gestão pública, *o de pensar olhando o futuro através de uma visão estratégica de desenvolvimento socioeconômico local/regional.*

Com isto, amplia-se a geração de alternativas para a elaboração de planejamentos que atenda às reais necessidades de curto, médio e longo prazo, bem como facilita a aplicação do plano, pela ativa participação dos agentes envolvidos, onde o sujeito que planeja participa no objeto planejado.

Sob este olhar, o COREDE VRP poderia integrar na sua estrutura organizacional um departamento técnico, não como fonte executora, mas orientadora, de apoio aos municípios para o desenvolvimento do planejamento estratégico que atenda dois objetivos:

1º - **Planejamento estratégico de comunicação** como veículo de Marketing institucional que segundo MARCHORI (2006, p. 145) pretende alcançar dois objetivos básicos: sustentar a sua própria existência e melhorar a vida daqueles com os quais se relaciona.

Portanto, visualizar o COREDE VRP como uma fonte de apoio, dando suporte a capacidade institucional de governar, através da conscientização da sociedade civil e os atores públicos da importância da sua participação e entendimento, através do conhecimento a ser desenvolvido e do saber holístico sobre o seu meio e região. Enfim, o trabalho de divulgação e motivação dos atores, sobre as questões concernentes aos interesses pessoais e coletivos.

2º - **Planejamento estratégico de prioridades** como ferramenta de implementação a curto, médio e longo prazo de projetos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico local/regional, entendo por estratégia a utilização de meios adequados para atingir os resultados desejados. Define-se como uma assessoria de apoio técnico aos núcleos locais, para a execução de planos estratégicos com fins de desenvolvimento socioeconômico e a implementação de efetivas prioridades, integrando-as as necessidades das microrregiões e da região.

Esta condição possibilitaria: i) minimizar ou mesmo eliminar o desconhecimento técnico de muitos gestores públicos e da sociedade civil nos processos de decisão de prioridades; ii) reverter a fraca tradição associativa existente em muitas regiões o que dificulta a organização e mobilização da

comunidade e, iii) ao COREDE VRP a possibilidade de exercer o seu objetivo primeiro que é *formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional*.

As vantagens da implementação de um planejamento estratégico integrado seriam, 1 - unificação da agenda de interesses políticos tanto em nível local como regional, entendo que a decisão de hoje tem reflexos no futuro; 2 - análise detalhada das necessidades e prioridades a nível local e regional; 3 – integração do saber técnico com o conhecimento político; 4 – definição de cenários de necessidades e prioridades de caráter público; 5 – possibilidade de elaborar estratégias e cenários alternativos; 6 – condição para definir planos de contingência, minimizando surpresas desagradáveis; 7 - orientação às unidades, sociedade civil e órgãos públicos das prioridades a serem demandadas nas cédulas de votação e, 8 - trazer suporte técnico em todas as fases de elaboração, implementação e acompanhamento do planejamento estratégico local e regional.

E por fim, a intenção das sugestões é de contribuir para uma nova conscientização dos atores que fazem parte do COREDE VRP para que os mesmos participem, ativamente, para o desenvolvimento local/regional. E esta conscientização parte da geração de soluções, porém, tem o seu efeito concretizado por meio da efetivo envolvimento, através da ação direta.

Portanto, o saber do que é certo, o dizer de como deve ser feito, são questões que fazem parte do campo dos pensamentos e da imaginação. O mundo científico que entre outras coisas busca através, da pesquisa melhores alternativas e soluções para o bem viver da humanidade, tem o dever, como papel pontual de decisão, incentivar para que as boas ações sejam imediatas, através da utilização de conhecimentos e ferramentas cientificamente homologadas, para que os resultados possam acontecer antes das dificuldades ficarem sedimentada.

## REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio L. **Cidadania e Gestão do Processo de Desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio grande do Sul, de 1990 a 2009**. Santa Cruz do Sul, 2010 (TESE NO PPGDR da UNISC).

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a la planificación**. Buenos Aires: Lumen, 1995.

ARNSTEIN, Sherry R. **A ladder of citizen participation**. *Journal of American Institute Planners*, v.35, n.3, 1969, p.216-224.

AROCENA, José. **Discutiendo La dimención local. Las coordenadas del debate**. In: **Descentralizacion y Desarrollo Local. Cuadernos del CLAEH**. Revista Uruguay de Ciencias Sociales, no.48, 2ª série, Ano 13, 1988/ 1-2, pp. 7-16.

BANDEIRA, Pedro S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_99/td\\_630.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_630.pdf)> . Acesso em: 04 dez. 2010.

BANDEIRA, Pedro S. **As desigualdades regionais gaúchas no novo milênio**. In: COELHO, João Gilberto.; FRIZZO, Paulo Afonso.; MARCONDES, Valéria (Orgs.). **PRÓ-RS IV, Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**, Passo Fundo: Passografic, 2010, p. 37.

BAVA, Silvio C. **Democracia e Poder Local**. In: VILLAS-BÔAS, R. (Org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: PÓLIS, 1994, p. 03-09.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de Sociedade Civil**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 7-77.

BOISIER, Sérgio. **Desarrollo (local): De qué estamos hablando?** In: BECKER, Dinizar Fermiano e BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

\_\_\_\_\_. **El desarrollo em su lugar**. 130 Serie GEOLIBROS, Instituto de Geografia, Santiago de Chile: Pontifícia Universidad Católica de Chile, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento**. In: Siedenberg, D. R. (Coord.). **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, P. 69.

\_\_\_\_\_. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. Planejamento e políticas públicas**. Brasília, nº 13, jun. 1996.

BRANDÃO, Elizabeth P. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, Jorge. (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1-33.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento municipal e regional. Projeto de Cooperação Técnica do INCRA / IICA. Brasília: Mimeo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARVALHO, Maria do C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. Polis Papers. n.02,1998. Disponível em <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>>. Acesso em 18 dez. 2010.

CARVALHO, José L. F.; VERGARA, Sylvia C. **A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços**. In: **Revista da Administração de Empresas**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 78-91, jul.-set. 2002.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégia para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, Maria H. **Reforma do Estado e democratização do poder local**. In: VILLAS-BÔAS, Renata e TELLES, Vera, (Orgs.). **Poder local, participação popular, construção da cidadania**. São Paulo: Fórum Nacional de participação Popular nas Administrações Municipais, 1995, p. 11-14.

CHRISTOFF, Mariza T. da M.; CAMPOS, Heleniza Á. (Coord.): **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (RS)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 17.

COELHO, João G. L. **COREDES, Regionalização e Participação Popular**. In: COELHO, João G. L.; FRIZZO, Paulo A.; MARCONDES, Valéria. **PRÓ-RS IV: Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**, Passo Fundo: Passografic, 2010, p. 20:22.

\_\_\_\_\_.; FRIZZO, Paulo A.; MARCONDES, Valéria (Orgs.). **Missão, Visão, objetivos e Princípios dos COREDES. PRÓ-RS IV: Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**, Passo Fundo: Passografic, 2010, p. 17.

COSTA, Sergio. **Categoria analítica ou passe partout político normativo. Notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil**. BIB-Boletim Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 43, 1º semestre, 1997a, p. 3-25.

Dados socioeconômicos do COREDE RS. Disponível em: [http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale+do+Rio+Pardo](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Rio+Pardo). Acesso em: 17 dez. 2010.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a, p. 9-15.

DALLABRIDA, Valdir R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DALAND, Robert T. **Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro.** Rio de Janeiro: Lidador, 1969.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

Decreto Nº 47.170, de 08 de abril de 2010, que dispõe sobre Consulta Popular e dá outras providências. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=54106&hTexto=&Hid\\_IDNorma=54106](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=54106&hTexto=&Hid_IDNorma=54106). Acesso em: 17 dez 2010.

DEMO, Pedro. **Participação é uma Conquista: Noções da política social participativa.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública, Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público,** São Paulo: Atlas, 2007.

FERNADES, Rubem C. **O que é o Terceiro Setor?** In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 25-33.

FRANTZ, Walter. **Um processo de educação política na participação do debate sobre desenvolvimento regional: a experiência de organização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.** In: Redes, Santa Cruz do Sul, v. 9, nº 2, p. 7-29, mai/ago. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENRO, T. **O novo espaço público,** Folha de São Paulo, 9/06/1996.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonista da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

HITT, Michael A.; IRELAND, Duane R.; HOSKINSSON, Robert. E. **Administração estratégica: competitividade e globalização.** São Paulo: Thomson, 2002.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e Projetos: Uma introdução às técnicas de planejamento e elaboração de projetos.** 12. ed., Fortaleza: Edições – Universidade Federal do Ceará, 1983.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1993.

KÖCHE, José C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa,** 14.ed. ver. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Alves de Farias. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCHORI, Marlene. **Cultura e Comunicação Organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. São Caetano do Sul/SP: Difusão, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M., **Técnicas de pesquisa**, 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MARCON, Fabiano M. (Coord.). **Planejamento Estratégico**. Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguarí. Santiago: URI, 2010.

MATUS, Carlos . **O planejamento estratégico sustentável na prática**. Material didático do Curso Governo e Planejamento. Brasília: IPEA/Cendec, 1989.

MUÑOZ, Andrea E. P. **Regionalização para o planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2007.

NICKELS, W.G. e WOOD, M. B. **Marketing: relacionamentos, qualidade, valor**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. RBSC, v.18, n.52, jun. 2003.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. de., **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 17. ed. ver. e ampl., São Paulo: Atlas, 2002.

RAMOS, M. P.; MARCUZZO, J. L. **Democracia**. In: Siedenberg, D. R. (Coord.): **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 66.

RICUPERO, R. **Esperança e ação. A ONU e a busca de desenvolvimento mais justo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

REIS, F. W. **Cidadania, mercado e sociedade civil**. In: Diniz, E., J. S. L. Lopes & R. Prandi (org.): **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/Hucitec, 1994.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território, LAJET/UFRJ, n.6, jan-jun. 1999.

SEN, A.: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAG/Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Mapa de Localização dos COREDES**. Disponível em: [Http://www.scp.rs.gov.br/principal.asp?conteudo=noticias&act=view&cod\\_noticia=431](Http://www.scp.rs.gov.br/principal.asp?conteudo=noticias&act=view&cod_noticia=431)

SCHIER, Adriana da C. R. **A participação popular na administração pública: o direito de reclamação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SIEDENBERG, D.R. et tal. **A Consulta Popular como Estratégia de Planejamento para o Desenvolvimento Socioeconômico Regional**, [Projeto de pesquisa financiado no âmbito do Edital Procoredes III da FAPERGS]. Ijuí: UNIJUI, 2005.

SIEDENBERG, Dieter R. **Dicionário Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Regional**. In: Siedenberg, D. R. (Coord.): **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 71-72.

\_\_\_\_\_. **Percepções sobre avanços e percalços na aprendizagem e consolidação da cidadania: casos do Rio Grande do Sul/Brasil**. XI Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado Y de La Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 – 10 nov. 2006.

SKIDMORE, David. **Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico**. In ABREU, Alzira A. de (org.) **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOARES, José A. & GONDIM, Linda. **Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local**. In: SOARES, José A.; BAVA, Silvio C. (Orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 61-96.

SOUTO-MAIOR, Joel. **Sobre participação, transparência e suas alternativas no planejamento estratégico no setor público**. XIX Encontro Nacional da ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 1995, João Pessoa. In: **Anais**. João Pessoa: Enanpad, 1995, p. 78-96.

SUNDFELD, Carlos A. **Teoria geral do processo administrativo**. I Seminário de Direito Administrativo – TCMSP “Processo Administrativo”, 29 de set a 03 de out 2003, Disponível em [http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03\\_10/1carlos\\_ari1.htm](http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03_10/1carlos_ari1.htm). Acesso em: 06 fev. 2011.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros**. IX Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública, Madri, España, 2-5 nov. 2004. Disponível em: [http://www.gp.usp.br/files/desen\\_cidadania.pdf](http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf). Acesso em: 06 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Inovando com democracia, ainda uma utopia.** In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 33, 1999, p. 229-238.

\_\_\_\_\_.; ROZEMBERG, Jacob E. **Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação.** In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul.-ago. 1997.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIERA, Liszt. **Cidadania e controle social.** In: BRESSER PEREIRA, Luiz C.; GRAU, Nuria C. (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 222-223.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

WITTMANN, Milton L.; DOTTO, Dalva M. R. **Estratégia.** In: Siedenberg, D. R. (Coord.): **Dicionário sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 87.

WWW.espacoacademico.com.br – Refundar a Esquerda para Refundar o Brasil – acessado em 01/05/2011.

## ANEXO A

### Questionário desenvolvimento local

A fim de subsidiar o seu posicionamento sobre demandas locais, estamos disponibilizando algumas informações sócio-econômicas úteis, conforme Tabela 1, para que cada membro do grupo de analistas tenha alguns dados como referência, para propor prioridades a médio e longo prazo, para o desenvolvimento local dos municípios pertencentes ao COREDE VRP.

Dados Município	População Total	Taxa de Analfabetismo	Expectativa de Vida	Mortalidade Infantil	PIB per Capita	Exportações Totais 2009
Arroio do Tigre	13.208	10,91%	72,35	35,97	13.415	200.000
Boqueirão do Leão	8.097	13,95%	71,90	18,69	9.012	62.475
Candelária	30.423	12,63%	71,71	7,77	10.332	1.006.259
Encruzilhada do Sul	25.154	14,71%	70,22	12,20	7.748	4.276.481
Estrela Velha	3.777	14,05%	71,52	29,41	16.193	
General Câmara	9.101	11,97%	72,74	11,11	9.944	
Herveiras	2.882	13,23%	74,75	27,03	9.483	
Ibarama	4.443	12,09%	69,78	18,87	11.102	
Lagoa Bonita do Sul	2.759	0,64%	0	23,81	12.664	
Mato Leitão	3.827	5,40%	74,75	35,71	21.170	349.315
Pantano Grande	9.794	13,75%	68,61	15,75	12.320	10.395
Passa Sete	5.280	16,55%	71,71	0	10.678	
Passo do Sobrado	6.300	8,67%	72,19	19,23	11.292	3.075
Rio Pardo	38.989	11,24%	68,61	13,25	9.273	257.516
Santa Cruz do Sul	122.451	4,71%	69,68	15,25	25.562	1.106.250.080
Segredo	7.301	14,85%	69,78	21,98	9.118	
Sinimbu	10.706	10,28%	72,35	21,05	10.030	100
Sobradinho	14.744	11,45%	68,51	31,91	10.266	17.980
Tunas	4.551	20,22%	73,01	47,62	8.488	
Vale do Sol	11.273	7,57%	72,35	19,42	12.427	
Vale Verde	3.392	16,36%	71,92	0	11.656	
Venâncio Aires	67.682	6,36%	72,35	9,85	17.119	673.629.449
Vera Cruz	23.928	6,52%	72,35	0	16.985	78.738.655

Tabela 1: Dados socioeconômicos dos municípios do Vale do Rio Pardo

Fonte: elaborado pelo autor com base no site do COREDE-VRP

Questão 1: Em sua opinião, que projetos deveriam ser elaborados que seriam capazes de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento LOCAL, isto é, para o desenvolvimento de seu município?

Enumere, entre as alternativas listadas a seguir, indicando por ordem de prioridade do 1° ao 5° projeto, aquelas áreas que você considera como prioritárias para o desenvolvimento local. Também gostaríamos que você desse uma breve justificativa para sua escolha (diga **porquê** considera tal projeto prioritário), bem como

descrevesse brevemente alguns detalhes de cada projeto selecionado (Quem? O que? Quanto? Quando? Para quem? Como?).

( )	SANEAMENTO BÁSICO Justificativa:  Detalhamento:
( )	CULTURA, LAZER E ESPORTE Justificativa:  Detalhamento:
( )	APOIO A FRUTICULTURA Justificativa:  Detalhamento:
( )	PROJETOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA Justificativa:  Detalhamento:
( )	ASSISTÊNCIA AO MENOR ABANDONADO Justificativa:  Detalhamento:
( )	SEGURANÇA PÚBLICA Justificativa:  Detalhamento:
( )	REFORMA AGRÁRIA Justificativa:  Detalhamento:
( )	EDUCAÇÃO Justificativa:  Detalhamento:
( )	TURISMO Justificativa:  Detalhamento:
( )	GERAÇÃO DE EMPREGO Justificativa:  Detalhamento:
( )	COMBATE A FOME / MISÉRIA Justificativa:  Detalhamento:
( )	SAÚDE Justificativa:

	Detalhamento:
( )	APOIO A AGRICULTURA Justificativa:  Detalhamento:
( )	HABITAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES Justificativa:  Detalhamento:
( )	CONSTRUÇÃO / REFORMAS DE ESTRADAS Justificativa:  Detalhamento:
( )	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE Justificativa:  Detalhamento:
( )	1º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	2º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	3º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	4º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	5º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:

## ANEXO B

### Questionário desenvolvimento regional

Como no caso anterior, estamos disponibilizando alguns dados sócio-econômicos úteis para subsidiar a percepção dos atores analistas sobre prioridades a médio e longo prazo, para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo como um todo.

COREDES	População total	Área Km <sup>2</sup>	Densidade demográfica	Taxa de analfabetismo	Expectativa de vida	Coefficiente mortalidade	PIB total	PIB per capita	Exportação total
Vale do Rio Pardo	416.121	13.255,7	31,4	9,49%	70,58	14,75	6.625.588	16.110	1.864.583.700
Jacuí Centro Sul	146.331	8.098,6	18,1	0	0	18,34	1.534.151	10.665	19.073.895
Sul	862.499	35.042,9	24,6	8,67%	69,54	12,18	10.608.277	12.458	2.945.886.396
Centro Sul	248.248	10.300,0	24,1	11,00%	71,02	11,47	3.042.364	12.402	79.892.834
Metropolitano Delta Jacuí	2.477.577	5.652,1	438,3	4,36%	72,07	12,53	50.507.686	20.628	3.421.709.694
Vale do Taquari	320.888	4.821,1	66,6	6,73%	73,61	8,92	5.392.331	17.047	692.143.596
Alto da Serra do Botucaraí	106.744	5.746,4	18,6	0	0	14,48	1.140.621	10.864	41.344.394
Central	400.150	12.402,6	32,3	7,76%	72,82	12,02	5.988.265	11.665	67.885.449

Tabela 2: Dados socioeconômicos de alguns COREDES do RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no site da FEE

Questão 2: Em sua opinião, que projetos deveriam ser elaborados e seriam capazes de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento REGIONAL, isto é, DO VALE DO RIO PARDO como um todo?

Enumere, entre as alternativas listadas a seguir, indicando por ordem de prioridade do 1° ao 5° projeto, aquelas áreas que você considera como prioritárias para o desenvolvimento REGIONAL. Também gostaríamos que você desse uma breve justificativa para sua escolha (diga **porquê** considera tal projeto prioritário), bem como descrevesse brevemente alguns detalhes de cada projeto selecionado (Quem? O que? Quanto? Quando? Para quem? Como?).

( )	SANEAMENTO BÁSICO Justificativa:  Detalhamento:
( )	CULTURA, LAZER E ESPORTE Justificativa:  Detalhamento:
( )	APOIO A FRUTICULTURA Justificativa:  Detalhamento:
( )	PROJETOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA Justificativa:  Detalhamento:
( )	ASSISTÊNCIA AO MENOR ABANDONADO Justificativa:  Detalhamento:
( )	SEGURANÇA PÚBLICA Justificativa:  Detalhamento:
( )	REFORMA AGRÁRIA Justificativa:  Detalhamento:
( )	EDUCAÇÃO Justificativa:  Detalhamento:
( )	TURISMO Justificativa:  Detalhamento:
( )	GERAÇÃO DE EMPREGO Justificativa:  Detalhamento:
( )	COMBATE A FOME / MISÉRIA Justificativa:  Detalhamento:
( )	SAÚDE Justificativa:  Detalhamento:

( )	APOIO A AGRICULTURA Justificativa:  Detalhamento:
( )	HABITAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES Justificativa:  Detalhamento:
( )	CONSTRUÇÃO / REFORMAS DE ESTRADAS Justificativa:  Detalhamento:
( )	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE Justificativa:  Detalhamento:
( )	1º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	2º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	3º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	4º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:
( )	5º OUTRO Justificativa:  Detalhamento:









## ANEXO E

### **Estatuto do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE –VRP**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO, DAS FINALIDADES, DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP, instalado em dezanove de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e um (19/12/91) e institucionalizado pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tem sede política em todos os municípios que o integram e foro jurídico na comarca de Santa Cruz do Sul.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DAS FINALIDADES**

**Art. 2º** O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP, tem por fim promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implantação de políticas e diretrizes para promover o desenvolvimento integrado da região e diminuir os desequilíbrios existentes.

#### **CAPÍTULO III**

#### **DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º** São princípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP:

- I - promoção do desenvolvimento regional;
- II - autonomia político-institucional;
- III - pluralidade e identificação de consensos;
- IV - cooperação e formação de parcerias;
- V - regionalização das políticas de desenvolvimento;
- VI - representatividade e organização;
- VII - garantia de continuidade das ações decorrentes das políticas públicas;

VIII - consolidação da identidade regional.

**Art. 4º** São objetivos do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP:

I - Formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;

II - avançar na participação social e cidadã, combinando múltiplas formas da democracia direta com representação política;

III - constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;

IV - avançar na construção dos espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estados;

V - conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;

VI - intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;

VII - difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e de fazer o desenvolvimento regional em parcerias;

VIII – elaboração, proposição e acompanhamento de projetos.

#### **CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO**

**Art. 5º** O patrimônio do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP – constitui-se de:

I - doações, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

II - bens móveis, imóveis e direitos ou rendas auferidas sobre estes;

III - repasses periódicos de recursos do erário público estadual;

IV - auxílios e/ou subvenções de entidades públicas ou privadas;

V - rendimentos de capital;

VI - outros rendimentos.

**Art. 6º** O patrimônio do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - COREDE-VRP, caso este seja extinto, reverterá em favor do Estado do Rio Grande do Sul.

**Art. 7º** Os associados do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - COREDE-VRP não respondem pelas obrigações do Conselho.

**CAPÍTULO V**  
**DOS ASSOCIADOS E DA RECEITA**  
**SESSÃO I**

**DOS DIREITOS E DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS**

**Art. 8º** Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, os Poderes Executivos e Legislativos Municipais, os Deputados Estaduais e os Federais com domicílio eleitoral na região e representantes de segmentos da sociedade civil organizada constituem o quadro social do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP.

**Art. 9º** Constituem direitos dos associados:

I - Participar de Assembleia Geral, do Conselho de Representantes e das Comissões Setoriais e discutir os assuntos submetidos à sua apreciação;

II - votar e ser votado para os Cargos da Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP);

III - propor medidas que visem aos objetivos e ao aprimoramento deste Conselho Regional.

**Art. 10.** Constituem deveres dos associados:

I - cumprir e fazer cumprir o estatuto;

II - cumprir as obrigações e compromissos assumidos com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP;

III - cooperar para a organização, desenvolvimento e prestígio do COREDE-VRP;

IV- comparecer às reuniões e assembleias gerais.

§ 1º. Os associados que compõem o COREDE-VRP e seus órgãos não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

§ 2º. A admissão de associados pode dar-se mediante solicitação e/ou indicação dos interessados, após submetida a proposta à Assembleia Geral Regional.

§ 3º. A demissão de associado dá-se mediante solicitação dirigida ao Presidente que decide sobre o pedido.

§ 4º. É excluído do quadro social o associado que atentar contra os objetivos e princípios do COREDE-VRP, mediante procedimento a ser instalado por ordem do Presidente, garantido ao associado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

## **SEÇÃO II**

### **DA RECEITA E DA DESPESA**

**Art. 11.** A receita ordinária do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - COREDE-VRP é constituída de:

I - verbas consignadas no Orçamento do Estado, nos termos da legislação específica;

II - verbas obtidas junto ao Governo Federal e a entidades nacionais e internacionais;

III - contrapartida regional, constituída de recursos financeiros provenientes dos orçamentos municipais e de entidades privadas;

IV- contribuições e auxílios de entidades públicas e privadas;

V- receitas próprias resultantes de prestação de serviços e de outras atividades;

VI- rendimentos de aplicações financeiras.

**Art. 12.** As despesas do COREDE-VRP são realizadas:

I - na aquisição de material de consumo, abrangendo material do expediente, combustíveis e lubrificantes;

II - na aquisição de material permanente, entendido como materiais de escritório e de processamentos de dados;

III - em serviços, abrangendo transporte, alimentação e hospedagem, locação de móveis e imóveis, telefonia e comunicação.

## **CAPÍTULO VIII DOS ÓRGÃOS**

## **SEÇÃO I**

### **DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 13.** O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP é composto pelos seguintes órgãos e instâncias:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Representantes;
- III - Diretora Executiva;
- IV - Comissões Setoriais.

## **SUBSEÇÃO I**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL**

**Art. 14.** A Assembleia Geral Regional, órgão máximo de deliberação do COREDE-VRP, constitui-se por:

- I - Deputados Federais e Estaduais com domicílio eleitoral na região;
- II - Prefeitos dos Municípios que compõem este Conselho;
- III - Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios que compõem este Conselho;
- IV - Presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES;
- V – quatro representantes da classe trabalhadora, indicados pelos sindicatos constituídos na região, sendo obrigatoriamente um deles do meio rural, um do comércio e outro da indústria;
- VI – três representantes da classe empresarial, indicados pelas entidades associativas constituídas na região, sendo obrigatoriamente um deles do meio rural, um do comércio e um da indústria;
- VII – três representantes dos Conselhos Municipais constituídos formalmente e que representem os diferentes Conselhos Municipais existentes na região;
- VIII – dois representantes das Uniões de Associações Comunitárias, escolhidos e indicados pelas entidades constituídas na região;
- IX – três representantes das Cooperativas de Produção, escolhidos e indicados pelas Cooperativas da região;
- X – três representantes de Instituições de Ensino Superior;
- XI – um representante dos Micros e Pequenos Empresários;
- XII – um representante dos setores Turismo/Lazer/Esporte;

- XIII - um representante dos profissionais liberais;
- XIV - um representante da Associação dos Secretários Municipais de Educação;
- XV - um representante da Associação dos Aposentados;
- XVI - um representante dos movimentos ecológicos, ligados a entidades não-governamentais, regularizadas e em atividade com, no mínimo, dois anos de funcionamento;
- XVII - um representante das agremiações estudantis oficiais da região;
- XVIII - um representante do Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo;
- XIX- um representante dos órgãos públicos em nível estadual;
- XX - um representante da área da Educação;
- XXI - um representante da área da Saúde;
- XXII – um representante da área do Meio Ambiente;
- XXIII - um representante da área da Ecologia; e
- XXIV - um representante da área das Organizações Não-Governamentais – ONGs.

§ 1º. Podem ainda integrar a Assembleia Geral Regional entidades e/ou organizações indicadas e aprovadas em Assembleia.

§ 2º. São membros natos da Assembleia Geral Regional os nominados nos incisos I a IV do *caput* desse artigo.

**Art. 15.** Compete à Assembleia Geral Regional:

- I - eleger os membros da Diretoria Executiva;
- II - definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros titulares e suplentes a cada dois anos;
- III - aprovar e alterar o Regimento Interno do COREDE-VRP;
- IV - apreciar e deliberar sobre o relatório anual do Conselho de Representantes;
- V - apreciar e aprovar propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual, com vistas ao artigo 149 da Constituição Estadual;
- VI – alterar este estatuto;
- VII – destituir os membros da Diretoria Executiva, garantida a ampla defesa;
- VIII – aprovar as contas da Diretoria Executiva;

IX – deliberar sobre a extinção do COREDE-VRP;

X - deliberar sobre outros assuntos de interesse da região.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos VI e VII deste artigo, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim.

**Art. 16.** A Assembleia Geral Regional reúne-se ordinariamente:

I - no primeiro semestre de cada ano, para apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual, com vistas a subsidiar a elaboração das leis previstas no artigo 149 da Constituição Estadual, e para apreciação e aprovação das contas da Diretoria Executiva, relativas ao ano imediatamente anterior;

II - no segundo semestre de cada ano, para apreciar e deliberar sobre o relatório do Conselho de Representantes, sobre o plano de atividades para o ano seguinte; e

III - de dois em dois anos, para eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional, bem como, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Representantes.

§ 1º A Assembleia Geral Regional pode reunir-se também extraordinariamente, quando convocada pela Diretoria Executiva ou por, no mínimo, um quinto (1/5) dos associados.

§ 2º O quórum mínimo para as reuniões da Assembleia Geral Regional é de vinte por cento (20%) do total de seus membros, exigindo-se, nas deliberações, aprovação por maioria simples dos presentes, à exceção das deliberações do parágrafo único do art. 15, retro.

§ 3º Cada membro titular componente da Assembleia Geral Regional ou o seu representante, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DO CONSELHO DE REPRESENTANTES**

**Art. 17.** O Conselho de Representantes, órgão executivo e deliberativo da primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE-VRP, compõe-se de:

I - membros da Diretoria Executiva do COREDE-VRP;

- II - Deputados Federais e Estaduais com domicílio eleitoral na região;
- III - presidente(s) da(s) Associação(ões) de Municípios que integra(m) a região de abrangência do COREDE-VRP;
- IV - dois representantes de cada município integrante do Conselho, um indicado pelo Prefeito Municipal e outro pela Câmara de Vereadores;
- V- um representante dos órgãos públicos estaduais, existentes na região, por eles indicado;
- VI - um representante dos trabalhadores urbanos, indicado pelas respectivas entidades de classe;
- VII - um representante dos trabalhadores rurais, indicado pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região de abrangência do Conselho;
- VIII - um representante dos empresários urbanos, indicado pelas Associações Comerciais e Industriais da Região;
- IX- um representante dos produtores rurais, indicado pelos sindicatos rurais da região;
- X - um representante das cooperativas da região, por elas indicado;
- XI - um representante da área da educação, indicado pelo(s) Conselho(s) de Secretários Municipais de Educação da região;
- XII - um representante da área da saúde, indicado pelo(s) Conselho(s) de Secretários Municipais da Saúde da região;
- XIII - um representante da área agropecuária, indicado pelo(s) Conselho(s) dos Secretários Municipais de Agropecuária e Agricultura da região;
- XIV - um representante da área do Meio Ambiente dos Conselhos Municipais de Energia e Meio Ambiente, e das entidades ecológicas não-governamentais;
- XV - um representante do Pólo de Modernização Tecnológica da região do Vale do Rio Pardo;
- XVI - dois representantes das Instituições de Ensino Superior da região;
- XVII - um representante dos Micro e Pequenos Empresários;
- XVIII - um representante dos Conselhos Municipais;
- XIX - um representante dos Profissionais Liberais;
- XX - um representante das Associações de Aposentados;
- XXI - os presidentes dos COMUDES legalmente constituídos na região;
- XXII - Consórcios Intermunicipais;
- XXIII - um representante da área da Ciência e Tecnologia.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Representantes tem a duração de dois anos, permitida a reeleição.

§ 2º. As reuniões do Conselho de Representantes são convocadas pelo Presidente da Diretoria Executiva ou por um terço dos membros do Conselho, quando se fizer necessário, com antecedência mínima de oito dias.

§ 3º. Para cada membro do Conselho de Representantes há um suplente que o substitui em seus impedimentos.

**Art. 18.** Compete ao Conselho de Representantes:

I - formular as diretrizes para o desenvolvimento regional, a serem submetidas à Assembleia Geral Regional;

II - promover a articulação e a integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais;

III - promover a articulação do COREDE-VRP com os órgãos dos Governos Estadual e Federal, com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região;

IV - elaborar o Regimento Interno do COREDE e as propostas de sua reformulação, submetendo-os à deliberação da Assembleia Geral Regional;

V - elaborar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual, com vistas a subsidiar a elaboração das leis previstas no Art.149 da Constituição Estadual, submetendo-as à apreciação e à deliberação da Assembleia Geral Regional;

VI - manifestar-se, quando solicitado, a respeito da relevância regional das ações governamentais e para governamentais, a serem executadas na região de abrangência do COREDE-VRP.

**Art. 19.** São atribuições específicas dos membros do Conselho de Representantes:

I - submeter ao plenário todas as medidas julgadas úteis ao efetivo desempenho das atribuições e finalidades do Conselho;

II - comparecer às reuniões do plenário e participar de seus trabalhos, com direito a voz e voto, e das comissões especiais para as quais tenha sido designado;

III - estudar e relatar, dentro dos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem distribuídas pelo Presidente;

IV - sugerir que sejam submetidos ao plenário as propostas, as sugestões, as reivindicações e os planos de trabalho que visem ao desenvolvimento da região, especialmente na sua área de atuação;

V – analisar e emitir parecer sobre projetos de interesse regional;

VI - requerer o exame de matérias em regime de urgência;

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente do Conselho;

VIII - convocar reuniões e sessões do Plenário, observadas as normas de convocação.

**Art. 20.** O Conselho reúne-se, ordinariamente, no mínimo a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de seu Presidente ou por requerimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus Conselheiros.

§ 1º As reuniões de plenário instalam-se com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, em primeira chamada, e, trinta minutos após, em segunda chamada, com qualquer número.

§ 2º As convocações de reuniões extraordinárias devem ser procedidas de comunicação aos Conselheiros, com, no mínimo, cinco dias de antecedência.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 21.** A Diretoria Executiva do COREDE-VRP, eleita pela Assembleia Geral Regional, para mandato de dois anos, permitida a reeleição, é constituída pelos seguintes integrantes:

I - Presidente e Vice-Presidente;

II - Secretário e 2º Secretário;

III – Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Art. 22.** São atribuições do Presidente da Diretoria Executiva:

I – presidir os trabalhos da Assembleia Geral Regional e do Conselho de Representantes, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento das finalidades;

II - convocar e dirigir reuniões e sessões plenárias;

III - aprovar a pauta de cada sessão plenária;

- IV - resolver questões de ordem;
- V - baixar atos, normas e ordens de serviço necessários ao funcionamento do Conselho de Representantes;
- VI - promulgar resoluções decorrentes das decisões do plenário;
- VII - aprovar os planos de trabalho das diversas áreas das comissões especiais;
- VIII - assessorar o Governo do Estado em assuntos de competência do Conselho de Representantes;
- IX - encaminhar ao órgão correspondente do Governo do Estado as propostas, as sugestões, as resoluções, as reivindicações e os planos de trabalho aprovados pelo Conselho de Representantes;
- X - representar o Conselho de Representantes nas suas relações externas.

**Art. 23.** Além das funções executivas e de apoio administrativo, cabe ao Presidente da Diretoria Executiva do COREDE VRP presidir a Assembleia Geral Regional e o Conselho de Representantes.

**Art. 24.** Cabe ao Vice-Presidente da Diretoria Executiva representar e/ou substituir o Presidente sempre que necessário ou em seus impedimentos.

**Art. 25.** São atribuições do Secretário da Diretoria Executiva:

- I - supervisionar, coordenar e controlar as atividades e os planos de trabalho do Conselho de Representantes, dando o necessário apoio técnico e administrativo;
- II - compatibilizar a programação das atividades das diferentes comissões de trabalho e das proposições de membros do Conselho de Representantes;
- III - identificar medidas que visem à melhoria da organização funcional do Conselho de Representantes;
- IV - elaborar os relatórios referentes à atuação do Conselho de Representantes;
- V - encaminhar atas detalhadas ao órgão competente do COREDE referentes às reuniões e sessões plenárias realizadas pelo Conselho de Representantes; e
- VI - desempenhar outras ações que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

**Art. 26.** Cabe ao segundo Secretário representar e/ou substituir o Secretário sempre que necessário.

**Art. 27.** Ao Tesoureiro da Diretoria Executiva cabe gerenciar, juntamente com o Presidente, os recursos destinados ao COREDE VRP, bem como realizar a prestação de contas anual junto à unidade orçamentária de origem.

**Art. 28.** Cabe ao segundo Tesoureiro representar e/ou substituir o Tesoureiro sempre que necessário.

#### **SUBSEÇÃO IV**

##### **DAS COMISSÕES SETORIAIS**

**Art. 29.** As Comissões Setoriais, órgãos técnicos de assessoramento, são escolhidas entre os Conselheiros do COREDE VRP, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

**Art. 30.** Compete às Comissões Setoriais:

I - assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações, decisões e nos encaminhamentos;

II - estudar e dimensionar os problemas regionais;

III - elaborar programas e projetos regionais e sugerir sua priorização.

Parágrafo único. As comissões Setoriais são compostas por pessoas com formação técnica e/ou atuação na área, garantida a participação de representantes de todos os Municípios integrantes do COREDE VRP.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 31.** Todos os membros dos órgãos constitutivos do COREDE VRP exercem seus cargos sem remuneração.

**Art. 32.** A participação nas reuniões da Assembleia Geral Regional, bem como nas do Conselho de Representantes, é obrigatória para o membro titular e, na falta deste, para o respectivo suplente.

§ 1º. A ausência não justificada a mais de duas reuniões consecutivas às reuniões da Assembleia Geral Regional, ou nas do Conselho de Representantes, ou a cinco intercaladas, implica na perda do mandato do titular, assumindo o suplente.

§ 2º. Na falta de suplente(s) de membro(s) excluído da Assembleia Geral Regional, o Presidente da Diretoria deve solicitar à respectiva entidade de origem do representante a indicação de novo titular com seu suplente.

§ 3º. Na falta de suplente(s) de membro(s) excluído do Conselho de Representantes, o Presidente da Diretoria deve solicitar à Assembleia Geral Regional a indicação de novo titular com seu suplente.

**Art. 33.** Fazem parte do COREDE VRP os Municípios de Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Herveiras, Estrela Velha, General Câmara, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

§ 1º. O Conselho de Representantes pode fixar critérios que permitam a alteração da área territorial de atuação do COREDE VRP, prevendo a agregação de Municípios que manifestem interesse em dele participar, bem como da exclusão dos associados que assim requererem.

§ 2º. Os novos Municípios, emancipados a partir do desmembramento dos municípios integrantes do COREDE VRP, passam automaticamente a integrá-lo, salvo solicitação contrária expressa do interessado.

**Art. 34.** Os casos omissos neste Estatuto são levados à apreciação e deliberação da Assembleia Geral Regional.

**Art. 35.** Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Regional.

Santa Cruz do Sul, 19 de novembro de 2007.

Neimar Santos da Silva,  
OAB/RS 26.857.

Mariza Terezinha da Motta Christoff,  
Presidente.

Estatuto aprovado em reunião da Assembleia Geral Regional realizada em 21/11/2007.

## ANEXO F

### Primeira solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas

Prezado . . .

Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa para elaboração de minha dissertação como processo conclusivo do Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Neste momento da pesquisa estamos procurando captar a percepção das principais **lideranças regionais** sobre processos e projetos que contribuam para o desenvolvimento local e regional.

Para tanto, o presente tem por finalidade solicitar a sua colaboração, respondendo inicialmente as duas questões explicitadas no questionário anexo.

Apenas a título de informação, no preenchimento dos questionários não será necessário observar a estética na apresentação, principalmente, quando descreverem suas justificativas e detalhamentos.

Antecipadamente agradeço pela colaboração, e aproveito para solicitar a gentileza de retornar o mais breve possível a resposta das questões referidas.

Atenciosamente

Mestrando: João Carlos Bugs

Orientador: Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg

## ANEXO G

### Segunda solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas

Prezado . . .

MEMBRO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DO COREDE-VRP

Inicialmente quero agradecer a sua importantíssima participação nesta pesquisa sobre os projetos eleitos em 2010 pela consulta popular no COREDE VALE DO RIO PARDO, do qual você é membro efetivo.

No entanto, para finalizar minha pesquisa, apresento-lhe em anexo, o último questionário de fundamental importância para o COREDE-VRP e para a conclusão do trabalho, onde deverá ser marcado com um “X” dentro de uma escala, a sua visão sobre os projetos eleitos.

Portanto, reitero os agradecimentos pela sua participação e parablenizo-o pela sua responsabilidade social em prol dos anseios coletivos.

Atenciosamente

Mestrando: João Carlos Bugs

Orientador: Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg

## ANEXO H

### Terceira solicitação aos atores integrantes do grupo de analistas

Prezado . . .

O dia-a-dia está corrido. De uma maneira geral, às pessoas vem acumulando compromissos e responsabilidades que necessitariam uma carga horária muito maior que dispõe.

No entanto, em determinado momento temos que fazer uma pequena pausa, reforçando nosso fôlego, para continuarmos nossa caminhada.

Isto não significa que devemos ficar parados, muito pelo contrário, até o desvio, momentâneo de rota, poderá nos tirar da rotina e trazer novas energias.

E é nesta pausa que reitero a sua ajuda respondendo o nosso questionário sobre um tema que está, gradativamente crescendo em importância e, principalmente, na consciência de respostas que agregam valores coletivos.

Porque tenho certeza que com sua colaboração e a possibilidade de utilizar as conclusões que serão levantadas, você poderá fazer a diferença nas decisões a serem implementadas no COREDE-VRP.

Para tanto, estou reenviando o questionário em anexo e conto com sua ajuda.

Obrigado pela atenção.

Atenciosamente

João Carlos Bugs

## ANEXO I

### As percepções das lideranças encaminhadas por escrito

#### 1 Depoimento do Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Bom Dia João,

Penso que seu trabalho consegue mostrar adequadamente o sentimento e a decisão da comunidade regional do VRP no sentido de que as demandas encaminhadas para votação na Consulta Popular, são urgentes e necessárias, e traduzem a falta ou a ineficiência de políticas públicas capazes de atender satisfatoriamente as demandas apontadas.

Penso que o seu trabalho se coloca como importante instrumento de gestão para o COREDE-VRP.

Por ora, diante da absoluta falta de tempo para uma análise mais detalhada dos seus resultados, é o que consigo te alcançar.

Abraço, Rogério.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional -  
Mestrado e Doutorado - e do Departamento de História e Geografia da Universidade  
de Santa Cruz do Sul - UNISC

#### 2 Depoimento da Sra. Mariza Christoff

Aponto a seguir algumas peculiaridades da região que na minha concepção possam estar contribuindo para que a grande maioria dos projetos tenham sido enquadrados em Administrando Crises:

O Cultivo do tabaco na região do Vale do Rio Pardo é tradicional e responsável por mais de 50% da economia, conseqüentemente, torna a região extremamente dependente desta APL que foi ao longo dos anos muito bem estruturada pelas empresas que beneficiam o tabaco. As restrições que estão sendo impostas ao

cultivo, deixaram a região, de certa forma, insegura e pessimista quanto ao seu futuro sem visualizar saídas. Se por um lado há necessidade de diversificação, por outro lado, não está claro de qual o melhor caminho gerando de certa uma certa resistência do produtor que não consegue ainda visualizar uma saída que lhe traga a segurança que hoje o fumo lhe traz.

Outra situação que observo é que não há uma conscientização de pertencimento regional, sem dúvida é ainda algo a ser trabalhado e desenvolvido. Por um lado os municípios maiores querem trazer pra si todos os investimentos regionais, mas relutam em assumir as responsabilidades que advém dessa liderança, por outro lado os municípios menores procuram de todas as formas recursos que possam trazer melhor qualidade de vida imediata a seus munícipes.

Vejo ainda que a grande desigualdade intra-regional em que cerca de 70% do PIB da região concentra-se em 2 municípios e destes cerca de 60% em apenas um município, de certa forma também contribui para dificultar essa o avanço desta visão mais regional.

Por fim, acredito que muito lentamente algumas propostas estratégicas regionais vem ganhando a simpatia como é o caso da construção do HPS, aeroporto regional, escolas técnicas de nível médio e projetos regionais de diversificação e expansão da bacia leiteira e fruticultura, esse último mais entre os municípios da região que pertencem a faixa da Metade Sul.

**MARIZA CHRISTOFF**  
**Presidente COREDE VRP**

### **3 Depoimento do Prof. Luiz Augusto Costa Campis**

Caro Professor João Carlos

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo trabalho de Pesquisa realizado e pela conquista do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

Em relação aos resultados alcançados na terceira etapa da pesquisa que versa sobre a identificação do grau de “urgência e importância” dos 25 projetos

apresentados na Consulta Popular de 2010 do Vale do Rio Pardo, temos a considerar primeiramente, que os investimentos em esfera Estadual nas áreas da Educação, Saúde e Segurança foram conduzidos de acordo com o Pacto Federativo. Além disto, um percentual do orçamento do estado deve obedecer os limites mínimos de investimento em projetos nestas áreas de Saúde e Educação. Porém, vale lembrar que o Estado do Rio Grande do Sul não vem cumprindo com estes percentuais mínimos em relação a estas áreas. Os projetos submetidos a Consulta Popular são apresentados de acordo com as necessidades e demandas de cada região e área. Entende-se que há uma demanda reprimida e que esta situação levou a apontar que a maioria dos projetos são localizados no quadrante II. Se esta demanda tivesse sido identificada estrategicamente no passado, hoje ela não seria enquadrada como “alto grau de importância e alto grau de urgência” e poder-se-iam concentrar esforços em identificar de fato ações mais estratégicas para o desenvolvimento da região. Assim, como não aconteceram os projetos estratégicos resta ao município alocar os recursos em projetos importantes e urgentes e submeter a Consulta Popular para que a população possa votar pela prioridade dos projetos a serem atendidos.

Luiz Augusto Costa Campis

Mestre em Sociologia

Vice Prefeito de Santa Cruz do Sul/RS